

# DA RIO+20 AO PÓS 2015

UMA PONTE ENTRE FUTUROS

FROM RIO + 20 TO POST 2015  
A BRIDGE BETWEEN FUTURES

EDIÇÃO BILÍNGUE PORTUGUÊS – INGLÊS | ESPANHOL – INGLÊS

KOI  
NO  
NIA  
20  
ANOS  
actalliança

Religiões  
por direitos  
religions for rights



# DA RIO+20 AO PÓS2015

UMA PONTE ENTRE FUTUROS

**FROM RIO + 20 TO POST2015**  
A BRIDGE BETWEEN FUTURES

EDIÇÃO BILÍNGUE PORTUGUÊS – INGLÊS | ESPANHOL – INGLÊS



Religiões  
por direitos  
religions for rights



EQUIPE  
RESPONSÁVEL

**Diretor-Executivo de KOINONIA:**

Rafael Soares de Oliveira

**Equipe Técnica:**

**Coordenação Editorial:** Rafael Soares de Oliveira e Marcelo Schneider

**Edição:** Thiago Ansel

**Revisão:** Marília Schüller e Thiago Ansel

**Tradução:** Marília Schüller, Thiago Ansel e Zwinglio Dias

**Revisão da Tradução:** Marília Schüller

**Projeto gráfico e diagramação:**

**BP Studio** – fb.com/bpstudiodesign

**2014 KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço**

**Tiragem:** 500 exemplares

**Distribuição** gratuita

**Impresso** no Brasil

A reprodução do todo ou parte deste documento é permitida somente para fins não lucrativos e com a autorização prévia e formal de KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço, desde que citada a fonte.

Rio+20 ao pós-2015: uma ponte entre futuros. – Rio de Janeiro : KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço, 2014.

120 p.

**ISBN 978-85-99-46-08-2**

1. Oliveira, Rafael Soares de. 2. Dennis, Helen. 3. Hosse Sahonero, María Teresa. 4. Hanwey, Sean. 5. Moreno, Tica. 6. Estupiñán Aponte, Luiz Carlos. 7. Direitos humanos. 8. Justiça ambiental. 9. Movimento Ecumênico. I. Título.

CDD 341.481

**KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço**

Rio de Janeiro: Rua Santo Amaro, 129 – Glória, Rio de Janeiro – RJ. CEP: 22211-230

Tel.: (55) (21) 3042-6445 | Fax: (55) (21) 3042-6398

Salvador: Travessa da Ajuda, s/nº, Edifício Martins Catharino, sala 705, Centro - Salvador - BA

Tel.: (71) 3266-3480 | (71) 9966-7890

São Paulo: Rua Barão de Itapetininga, nº 120 sala 307, República, São Paulo - SP

Tel.: (11) 3667-9570

[www.koinonia.org.br](http://www.koinonia.org.br)

Esta é uma publicação de KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço - 1ª Edição - Rio de Janeiro, 2014

# DA RIO+20 AO PÓS2015

UMA PONTE ENTRE FUTUROS

**FROM RIO + 20 TO POST2015**  
A BRIDGE BETWEEN FUTURES

EDIÇÃO BILÍNGUE PORTUGUÊS – INGLÊS | ESPANHOL – INGLÊS



Religiões  
por direitos  
religions for rights

# APRESENTAÇÃO – PAULO AYRES MATTOS

PRESIDENTE DE KOINONIA  
PRESENÇA ECUMÊNICA E SERVIÇO

Diante da diversidade de sujeitos e, conseqüentemente, das demandas e lutas sociais contemporâneas, há sentido em falar de preocupações e bens comuns? Horizontes partilhados ainda cabem na agenda pública, sobretudo, a global? Certamente, os debates sobre as mudanças climáticas decorrentes da ação humana têm apontado a necessidade de (re)articular as reivindicações históricas de diferentes grupos – como mulheres, negros, LGBTs, populações tradicionais, comunidades religiosas e outros – às lutas para que os bens comuns permaneçam, de fato, atendendo aos interesses comuns.

“Comum”, nesse sentido, não significa necessariamente um retorno ao discurso da primazia do universal sobre demandas sociais pretensamente específicas. Muito pelo contrário, já que a crise ambiental pode se fazer sentir de formas mais ou menos agudas, de acordo com o pertencimento de classe, identidade cultural ou de gênero. Os moradores de áreas rurais e urbanas; os habitantes de nações empobrecidas, sobretudo, aqueles que vivenciam a pobreza extrema e os de países desenvolvidos; os grupos étnico-raciais colonizados e os povos colonizadores; as mulheres e os homens sofrem com diferentes intensidades os impactos desses problemas. Portanto, a questão não é fundamentalmente a dos diversos ecossistemas, mas sim de política. Ou melhor, a *natureza* é também uma questão política.

O aparente consenso geral em torno da necessidade de preservação ambiental ou redução de sua degradação (afinal seria no mínimo pouco razoável defender a extinção de recursos naturais cuja escassez é incompatível com nossa existência) tem como pano de fundo interesses de grandes corporações na privatização de bens comuns e na extração de tanto lucro quanto possível às custas não só da destruição da natureza, mas também da violação de direitos de todas as populações já citadas.

Desta forma, “desenvolvimento”, “desenvolvimento sustentável” e “sustentabilidade” têm sido conceitos alvos de disputas, as quais vêm se acirrando mais notadamente desde a década de 1990 ante a grande visibilidade adquirida pela pauta ambiental. Este vocabulário e suas variações ligadas à responsabilidade socioambiental podem estar relacionados tanto a uma visão radicalmente antropocêntrica, segundo a qual a mercantilização da natureza é um fim em si; quanto a uma perspectiva que encara a experiência humana em toda a sua diversidade de expressões como contida na natureza e, por isso, se compromete com a defesa radical dos direitos de todos os seres.

A Cúpula dos Povos por Justiça Social e Ambiental, evento simultâneo a Rio+20 (Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável) reuniu, em junho de 2012, no Rio de Janeiro, ativistas da sociedade civil global para elaboração de propostas alternativas ao modelo de desenvolvimento em dominância – em que

desenvolvimento significa o mesmo que crescimento econômico com pouca ou nenhuma preocupação com as consequências ambientais (e, portanto, humanas).

A necessidade de diálogo permanente com essa diversidade de atores proporcionou à coalizão ecumênica<sup>1</sup>, participante ativa da coordenação dos debates, uma oportunidade de reforçar valores históricos e caríssimos ao ecumenismo, como o conceito tridimensional de unidade entre cristãos, unidade entre aqueles que lutam por justiça e paz e unidade na diversidade do diálogo e nas relações inter-religiosas.

O desafio de articular especificidades em uma agenda comum na Cúpula dos Povos, visibilizar propostas democráticas de desenvolvimento – comprometidas com defesa e ampliação dos direitos – permanece na construção de um processo de monitoramento compartilhado das agendas oficiais e da sociedade sobre as questões globais de desenvolvimento sustentável. *Da Rio+20 ao Pós-2015: Uma ponte entre futuros* quer atualizar tais desafios, sobretudo, no âmbito do Movimento Ecumênico, que tem pela frente a tarefa de contribuir para a construção de uma ponte entre o processo da Cúpula dos Povos em 2012 e o futuro que queremos pós-2015, ano em que serão re-avaliados os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), adotados por 191 Estados no ano 2000 e agora criticados oficialmente com propostas de Metas de Desenvolvimento Sustentável.

No ano em que KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço completa 20 anos de existência, reunimos nesta publicação, que não deixa de ser comemorativa, perspectivas de algumas representações de entidades que fazem parte de nossa história de lutas por justiça em frentes tão variadas quanto a ação direta na defesa e promoção de direitos de comunidades em situação de vulnerabilidade, incidência política, mas também reflexão e análise de conjuntura – como é o caso aqui.

Fruto de mais um dos processos de diálogo e compartilhamento que constituem nossa prática, esta publicação traz contribuições de ativistas de diferentes países sobre o futuro pós-2015 desde seus respectivos contextos geopolíticos e sua relação com causas como a dos povos indígenas, a da erradicação da pobreza, das mulheres e outras. Os textos – em português/inglês e espanhol/inglês – trazem panoramas sucintos, porém riquíssimos, que apresentam desafios, mas também propostas para a efetivação de um modelo de desenvolvimento que tem como princípio fundamental a superação das desigualdades e a garantia de direitos.

---

1. Articulação ecumênica e inter-religiosa reunida durante a Cúpula dos Povos, em 2012, no Rio de Janeiro, com o objetivo de garantir visibilidade e participação de expressões destes grupos no espaço "Religiões por Direitos". A iniciativa nasceu de três níveis de convergência já existentes: a articulação ecumênica nacional do Fórum Ecumênico ACT Brasil (FE ACT Brasil); a cooperação internacional ecumênica oriunda da membresia do Conselho Mundial de Igrejas, ACT Alliance e Ecumenical Advocacy Alliance, além do PAD (Processo de Articulação e Diálogo), CIDSE, APRODEV e Aliança Anglicana; e o grupo inter-religioso do Rio de Janeiro. Esses três níveis passaram a buscar interfaces de colaboração mútua e, sob a coordenação de uma secretaria de apoio instalada em KOINONIA - Presença Ecumênica e Serviço, construíram uma agenda de atividades para a Cúpula dos Povos.

# INTRODUCTION

- PAULO AYRES MATTOS

PRESIDENT OF KOINONIA  
ECUMENICAL PRESENCE AND SERVICE

Given the diversity of subjects and, consequently, of demands and contemporary social struggles, is there any sense in talking about concerns and commons? Shared horizons still fit on the public agenda, especially the global? Certainly, the discussions on climate change due to human action have pointed out the need to (re) articulate the historical claims of different groups – women, black, LGBT, traditional populations, religious communities and others – to the struggle in order that the commons remain, in fact, addressing common interests.

“Common” in this sense does not necessarily mean a return to the primacy of the universal discourse about allegedly specific social demands. Quite the contrary, since the environmental crisis can be felt in more or less acute forms, according to belonging of class, gender or cultural identity. The residents of rural and urban areas; the inhabitants of impoverished nations, particularly those who experience extreme poverty and of the developed countries; the colonized ethnic and racial groups and colonizers; women and men experience different intensities of the impact of these problems. So the question is not fundamentally nature related, but political. Better saying, nature is also a political issue.

The apparent general consensus on the need for environmental preservation or reduction of its degradation - after all it is at least unreasonable to defend the extinction of natural resources whose scarcity is incompatible with our existence - has as backdrop the interests of large corporations in the privatization of the commons and in extracting as much profit as possible at the expense not only of the destruction of nature, but also of the violation of rights of all peoples already mentioned.

Thus, “development”, “sustainable development” and “sustainability” have been targeted concepts of disputes that have been intensifying since the 1990s, given the high visibility gained by the environmental agenda. This vocabulary and its variations linked to environmental responsibility may be related both to a radically anthropocentric view, according to which the commodification of nature is an end in itself, as to the perspective that sees the human experience in all its diversity of expression as contained in nature and, therefore, agrees with the radical defence of the rights of all beings.

The Peoples’ Summit for Social and Environmental Justice event, simultaneously to Rio +20 (UN Conference on Sustainable Development) brought together in June 2012 in Rio

de Janeiro, global civil society activists to elaborate alternative proposals to the dominant model of development in which development means the same as economic growth with little or no concern for environmental consequences (and therefore human).

The need for on going dialogue with this diversity of actors provided to the Ecumenical Coalition, active participant in the debates, an opportunity to strengthen historical values dear to ecumenism, as the three-dimensional concept of unity: among Christians, among those who struggle for justice, peace and integrity of creation and unity in diversity and dialogue on inter-religious relations.

The challenge to articulate the specifics on a common agenda in the Peoples' Summit, to turn visible democratic development proposals - committed to defending and expanding the rights - remains on building a shared monitoring process of official agendas and society on global issues related to sustainable development. *From Rio+20 to Post-2015: A Bridge Between Futures* wants to update such challenges, especially in the context of the Ecumenical Movement that faces the task of helping to build a bridge between the process of the Peoples' Summit in 2012 and the future we want post-2015, year in which will be re-assessed the Millennium Development Goals (MDGs), adopted by 191 States in 2000 and now officially criticized on the proposal of Sustainable Development Goals.

In the year that KOINONIA Ecumenical Presence and Service celebrates 20 years of existence, we have compiled this publication, that is nonetheless commemorative, gathers perspectives of representatives of organizations that are part of our history of struggle for justice in varied fronts as the direct action on defence and promotion of rights of vulnerable communities, advocacy, but also reflection and analysis of context as is the case here.

As a fruit of dialogue and of sharing processes that constitute our practice, this publication features contributions from activists from different countries on the future post 2015 from their respective geopolitical contexts and their relation to causes such as indigenous peoples, the eradication of poverty, women and others. Texts - in Portuguese / English and Spanish / English - bring succinct overviews, but very rich, that present challenges, as well as proposals for the realization of a development model that has as its fundamental principle overcoming inequalities and ensuring rights.



# SUMÁRIO

## CONTENTS

**DEMOCRACIA E AÇÃO ECUMÊNICA  
PARA O FUTURO QUE QUEREMOS ..... 10**

**DEMOCRACY AND ECUMENICAL  
ACTION FOR THE FUTURE WE WANT ..... 20**

RAFAEL SOARES DE OLIVEIRA

**PARTILHAS JUSTAS NUM MUNDO LIMITADO ..... 30**

**FAIR SHARES IN A CONSTRAINED WORLD ..... 38**

HELEN DENNIS

**LA MADRE TIERRA QUE QUEREMOS POST 2015 ..... 44**

**THE MOTHER EARTH WE WANT POST 2015 ..... 54**

MARÍA TERESA HOSSE SAHONERO

**ODM+ODS = PÓS2015.....62**

**MDG + SDG = POST2015.....70**

SEAN HAWKEY

**EM LUTA CONTRA A MERCANTILIZAÇÃO DA VIDA.....80**

**IN THE FIGHT AGAINST THE COMMODIFICATION OF LIFE.....88**

TICA MORENO

**COLOMBIA: LA NECESIDAD DE ESTABLECER  
UNA SOCIEDAD JUSTA Y SOSTENIBLE.....96**

**COLOMBIA: THE NEED TO ESTABLISH  
A FAIR AND SUSTAINABLE SOCIETY .....108**

LUÍS CARLOS ESTUPIÑÁN APONTE

# DEMOCRACIA E AÇÃO ECUMÊNICA PARA O FUTURO QUE QUEREMOS



Rafael Soares de Oliveira


## FUTURO SUSTENTÁVEL SÓ COM DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO

A realidade da questão ambiental no Brasil apresenta muitos desafios. Aqui há vários exemplos gritantes destes: a destruição da biodiversidade na Amazônia, por meio dos projetos de agronegócio, principalmente o cultivo de soja; sofremos com os planos governamentais de produção de energia na Amazônia e na Floresta Atlântica, em que projetos hidroelétricos deslocam milhares de agricultores e comunidades tradicionais; há a ameaça do uso crescente de culturas geneticamente modificadas nos agronegócios (praticamente todo o milho cultivado no país é geneticamente modificado) e o aumento do uso de pesticidas (cinco litros por pessoa por ano); e as mudanças climáticas que causam chuvas e desastres de deslizamento de terra que, em cinco anos, já foram cinco, com um registro oficial de mais de 2.000 mortes.

Atualmente, apesar desses e outros tantos desafios, vivemos sob um modelo de desenvolvimento baseado em uma meta de crescimento do PIB de quatro por cento ao ano e governos insensíveis às campanhas populares, que deixam claros os contrastes entre desenvolvimento, diversidade social e biodiversidade.

Qualquer plano de desenvolvimento pós-2015 deve considerar a biodiversidade, a sociodiversidade (garantindo que comunidades diferentes com tradições diferentes possam viver lado a lado no ambiente natural, sustentadas por ele, protegendo e garantindo sua continuidade) e a gestão de riscos causados pelas mudanças climáticas, ou outras mudanças ambientais sistêmicas, decorrentes da atividade humana.

O planejamento deve assegurar que as minorias (não importa a raça, etnia, gênero e grupo social) e todos os indivíduos que vivem em nosso sistema ambiental compartilhado sejam ouvidos sob todos os aspectos. A igualdade, a participação e a reciprocidade devem ser garantidas a todos. O que significa dar voz e condições de participação (de tempo e recursos materiais) a todos os indivíduos que, em geral, são tratados como diferentes. Além disso, os que têm mais poder e recursos devem arcar com todos os custos desse sistema de participação.



“A participação de todos é, sem dúvida, essencial e deve ser priorizada pelos tomadores de decisão. Por exemplo: onde há desigualdade do nível de educação, não devemos esperar até que todos sejam alfabetizados para lhes permitir expressar suas opiniões sobre a melhor educação que desejam no futuro: a comunicação oral, o uso de intérpretes e de outros meios deve assegurar que todos sejam ouvidos já”.



A participação de todos é, sem dúvida, essencial e deve ser priorizada pelos tomadores de decisão. Por exemplo: onde há desigualdade do nível de educação, não devemos esperar até que todos sejam alfabetizados para lhes permitir expressar suas opiniões sobre a melhor educação que desejam no futuro: a comunicação oral, o uso de intérpretes e de outros meios deve assegurar que todos sejam ouvidos já. Os processos de planejamento devem ocorrer em espaços abertos, igualitários, onde nem mesmo as desigualdades econômicas permitam o desequilíbrio entre as partes. Acreditamos ainda que deva haver um plano de ação abrangente para o desenvolvimento sustentável, dada a nossa dependência do ecossistema.

## Mecanismos de observância

Um ponto de partida para a agenda pós-2015 seriam os acordos internacionais existentes, como o DHESCA (direitos humanos, econômicos, sociais, culturais e ambientais) e as Convenções da OIT (Organização Internacional do Trabalho). Desta forma, caso os novos acordos sejam assinados, deverão fornecer mecanismos de observância e sanções sobre os países signatários. Até o momento, não houve cumprimento dos Objetivos do Milênio (ODMs) e de outros acordos e os Estados não foram punidos. Outro importante aspecto transversal do desenvolvimento planejado e participativo é a dimensão dos interesses das empresas e corporações. Em nosso ecossistema, é crucial que os interesses das empresas não sejam promovidos à custa da proteção ambiental, da reprodução cultural e da luta contra as desigualdades. Os indicadores demonstram que esse equilíbrio deve ser construído em espaços abertos e igualitários. Na implementação da agenda de desenvolvimento pós-2015 não podemos depender exclusivamente da boa vontade do Estado. Este nem sempre defende os interesses dos mais vulneráveis, ou dos destituídos de poder e recursos financeiros. Desta forma, precisamos que as instituições locais, nacionais e internacionais, inclusive as organizações ecumênicas e religiosas, cobrem de nossos líderes o cumprimento de suas promessas de desenvolvimento sustentável.

Há mecanismos disponíveis que podem ser acessados para criar a possibilidade de participação genuína; uma série de exemplos do Brasil e de todo o mundo oferece alguns lampejos de esperança. Estes incluem:

- Audiências e consultas comunitárias de planejamento para os povos indígenas e tribais; garantidas pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho;
- Redução do risco de desastre e gestão de risco de emergência;
- Processos Participativos de Educação Básica, para o fortalecimento das comunidades (em que estas e seus líderes são encorajados a formar seus próprios planos de desenvolvimento sustentável);
- Incidência pública internacional e nacional: conferências paralelas, campanhas para relações justas (tributária, comercial e outras), fóruns sociais, campanhas de grupos de fé pela paz nas situações de conflito;
- Sistemas internacionais de proteção e cumprimento de direitos;



Foto: Marcelo Shneider

Espaço Religiões por Direitos na Cúpula dos Povos (2012)

- Acordos internacionais desenvolvidos no âmbito de base (por exemplo, nas Cúpulas dos Povos);
- Acordos globais estabelecidos pelos Estados-nação.


Estes são bons pontos de partida, que devem ser considerados com seriedade por todos os governos que negociam os objetivos pós-2015 e esperamos que indicadores adequados surjam naturalmente desse tipo de participação. Por exemplo, indicadores que nos garantam o equilíbrio entre o direito ao lucro financeiro e a sustentabilidade sociocultural e ambiental; e que possam medir o grau de satisfação das pessoas com os planos que tratem das preocupações das minorias e das populações vulneráveis.

## A TAREFA ECUMÊNICA

Os mecanismos de observância aqui sugeridos podem ficar apenas no plano ideal se não avançarmos concretamente no plano político. É na política de interesse público que se colocam as articulações, os diálogos, os acordos e as convergências de lutas.

Na América Latina hoje se vê um processo de criminalização de lutas que tem criado um círculo de perseguições e de difusão do medo a longo prazo.

No Brasil, depois das manifestações de junho de 2013, avança sobre a interpretação de cada ato público popular uma sombra de acusação de terrorismo e de que aqueles que vão às ruas são contra a democracia e as instituições – uma falácia reiterada de modo uníssono por toda a mídia empresarial, mídia essa que busca ser o lugar de julgamento de tudo e de todos e de legitimação do certo e do errado. O enfrentamento desse tipo de espectro ideológico com a força econômica dos meios de comunicação empresarial não tem sido fácil.



“O desafio colocado antes da Rio + 20, que ainda permanece, tem duas vertentes: visibilidade para as causas dos povos e convergências de agendas globais da sociedade, tanto das lutas como das propostas para o futuro comum do planeta e seres vivos”.

A informação alternativa e a busca de interlocutores nas instituições reconhecidas pela população têm se apresentado como saídas nesse árduo enfrentamento por democracia. Essa é a tarefa de todas as forças públicas e democráticas, entre elas a ecumênica.

Em um contexto como esse de que modo podemos falar de voz dos vulneráveis, participação e de mecanismos pactuados de democratização dos planos de desenvolvimento em equilíbrio com o planeta e a sua sócio-bio-diversidade?

O tempo nos dirá a que futuro vamos chegar, mas há aprendizados que podem iluminar o presente e o que fazer pelas próximas gerações. Nesse sentido gostaria de salientar para o Movimento Ecumênico, aprendizados de construção de alianças e ação política pública que vieram da experiência da Cúpula dos Povos na Rio + 20.

### Fazer a diferença, experiência da Rio +20

O desafio colocado antes da Rio + 20, que ainda permanece, tem duas vertentes: visibilidade para as causas dos povos e convergências de agendas globais da sociedade, tanto das lutas como das propostas para o futuro comum do planeta e seres vivos. Uma dinâmica exigente para chegar às articulações necessárias.

Dialogar com todos os movimentos evidentes na sociedade, compartilhar de suas lutas, enfrentar as armadilhas das inócuas negociações recentes com governos foi a tarefa que se propôs o Comitê Facilitador da Sociedade Civil para a Cúpula dos Povos na Rio + 20 (CFSC). Esse processo começou com base no Brasil, aglutinando atores durante quase um ano e meio, buscando aumentar o espectro de participação e mantendo um tensionado processo de consenso entre redes e movimentos que ou fazia tempo que não dialogavam e já expressavam antagonismos ou nunca haviam se encontrado. As tensões eram tantas que a tarefa parecia impossível, mas conseguiu-se avançar, inclusive agregando a mobilização internacional que cada rede e movimento foi capaz de mobilizar.

O processo dos Fóruns Sociais Mundiais com o Fórum Temático por Justiça Socioambiental ajudou as mobilizações, mas não se confundiu com elas. Outras foram necessárias e se fizeram presentes. A Cúpula dos Povos terminou por ser dirigida por um núcleo do CFSC de redes e movimentos, brasileiros e internacionais. A esse núcleo se chamou Grupo de Articulação (GA), que consolidou a convocação internacional da Cúpula dos Povos, lugar em que se situou o Fórum Ecumênico ACT Aliança

Brasil (FEACT Brasil) e a representação que acumulou, compartilhada para além do mundo ecumênico cristão, mobilizando e interagindo.

## Situando a participação ecumênica e a representação compartilhada

Como se vê, os desafios centrais estiveram em torno de manter negociações continuadas entre tantos e diversos atores públicos, que alimentavam e ainda acalentam o sonho de mais unidade entre tantas partes da sociedade civil em movimentos locais, nacionais, continentais e globais.

Chama-se aqui de sonho a um processo que se tornou palpável e não está nos limites do irreal, mas nas fronteiras sociais, na vida cotidiana e conflituosa de milhões – que vivem e sobrevivem – em situações que a maioria de alguma forma conhece e não quer ver, ou não se solidariza, ou acostumou-se a ocultar com desculpas casuísticas. Visualizar convergências impensadas, encontros que há muito não ocorriam, parcerias produtivas em prol de uma causa geral e não corporativa e algumas outras ações mais, na Cúpula dos Povos foi exemplo vivo de um novo tempo, radical e exigente – ainda que vivenciado ali como um aperitivo do futuro.

A “Cúpula dos Povos por Justiça Social e Ambiental, contra a Mercantilização da Vida e da Natureza e pelos Bens Comuns” consolidou-se como um momento de expressão das mobilizações gerais da sociedade civil global. Entre os principais efeitos que causou esteve a união de agentes de lutas globais atuais por direitos sob uma identidade comum. Uma conformação difícil e de frágil unidade, mas cuja reedição é exigida pelos tempos de criminalização e enfrentamento.

Sabemos que identidade é algo relacional e implica no reconhecimento daquelas e aqueles que estão em uma mesma fronteira, cuja linha ou borda limite varia de acordo com os contextos em que os de dentro da fronteira reconhecem aqueles que estão dentro e aqueles que estão fora, por processos políticos, por intercâmbios de reconhecimentos, de valores e de sinais simbólicos de pertença. Nesse sentido que se pode dizer que o antes, durante e depois da Cúpula dos Povos delimitou uma fronteira de identidade pública com um mínimo em comum.

Nos contornos dessa identidade, algumas marcas de sua delimitação foram e são:

- Vontade política de realizar convergências entre movimentos sociais<sup>1</sup>;
- Separação nítida das ações da sociedade civil daquelas das corporações empresariais;
- Separação nítida das ações da sociedade civil daquelas dos governos;
- Compreensão do Estado como gerente de recursos e bens públicos, nunca privados;
- Consciência da urgência da crise socioambiental que se abate sobre o planeta;

1. Por movimentos sociais entenda-se um conjunto amplo dos movimentos populares por direitos, movimentos sindicais, ONGs, movimentos de religiosos, movimentos dos “indignados”, os movimentos “occupy” e de juventudes.



- Oposição ao modelo econômico financista e extrativista, hegemonicamente capitalista;
- Solidariedade radical com a resistência (ou resiliência) das vítimas dos conflitos socioambientais;
- Formulação de propostas alternativas para a sociedade a partir daqueles que, de vítimas dos conflitos, tornam-se agentes de modos alternativos de enfrentamento das crises – tanto no âmbito prático da viabilidade econômica e social da vida no planeta, como no âmbito reflexivo, evidenciado em tradições culturais e em novos paradigmas societários.

Interagir com essa fronteira de identidade de forma a incluir-se exigiu a tomada de posição sem ambiguidades da Coalizão Ecumênica. Para tanto se fez necessário considerar conceitos e valores históricos e recentes do mundo ecumênico, a exemplo:

- Do conceito tridimensional do ecumenismo: unidade dos cristãos, unidade com os que lutam pela justiça, a paz e a integridade da criação, unidade na diversidade do diálogo e nas relações inter-religiosas;

Foto: Marcelo Schneider



Início de atividade no espaço Religiões por Direitos (2012)

- Dos princípios do compartilhar ecumênico de recursos – não competição, colaboração entre desiguais de forma igual, recursos materiais e imateriais como bens coletivos;
- Do conceito de desenvolvimento transformador.

Somente a partir do momento que a representação ecumênica com seus valores e referências conseguiu sentir-se parte daquela outra fronteira de identidade mais geral, e por ela foi reconhecida, é que foi possível participar de decisões, assumir compromissos de gestão e atos de expressão pública em conjunto.

Obviamente que, além dos valores, um sinal claro de mandato de representação deveria ser dado e isto foi feito de modo dinâmico na Cúpula dos Povos.

Por um lado o sinal delegado pelo FEACTION Brasil, e por outro lado como representação das mobilizações feitas para incentivar que diferentes atores se auto-organizassem para a Cúpula dos Povos. A exemplo do que foram as relações internacionais mobilizadas entre CMI, Associação de Organizações de Desenvolvimento na Europa Ligadas ao Conselho Mundial de Igrejas (Aprodev), Agências Ecumênicas, Anglican Alliance, Ecumenical Advocacy Alliance, ACT Alliance, Aliança Internacional de Organizações Católicas de Desenvolvimento (CIDSE) e FEACTION Brasil, bem como das mobilizações a partir do Brasil com cunho local e internacional entre as cerca de 45 expressões de religiões congregadas para a Cúpula. O denominador comum prático e de valores entre a fronteira de identidade da Cúpula, do mundo ecumênico e inter-religioso foi a marca “Religiões por Direitos” – que agregava um sentido último à nossa cooperação e convergência, nossa história de defesa de direitos e nossa vontade de continuar defendendo, dentro dos parâmetros estabelecidos pela Cúpula dos Povos.

O sentido último das ações assim congregadas estava em sintonia com a defesa da participação de todas e todos e dos direitos em qualquer proposta de desenvolvimento transformador e sustentável.

## Operando a representação coletiva e pública

Nesses contextos ficou claro que cada vez menos a Cúpula dos Povos convergiria para uma agenda de diálogo com governos e com organismos governamentais multilaterais. O que se acirrou mais ainda com o progressivo retrocesso do Governo Brasileiro tanto nas negociações com a sociedade civil, quanto na produção de um documento paralelo a ser apresentado para a ONU (informações acolhidas em maio e confirmadas no dia 19 de junho de 2012) desqualificando todos os processos preparatórios da própria ONU.

Estar no CFSC e seu GA implicava em afastar-se da Conferência Oficial e demarcar um campo para o futuro, ainda que soubéssemos que parte da representação ecumênica continuava a pleitear espaço e agenda política de incidência na conferência oficial da Rio+20.

Note-se por tudo que se analisou até aqui que a Cúpula dos Povos rechaçou qualquer compromisso com empresas e corporações econômicas e não se configurou como uma con-

ferência paralela, sem se pautar pela agenda da conferência oficial. As metas desejadas pela Cúpula eram para além de uma agenda paralela, um movimento mais amplo. Diante do frágil resultado da Conferência Rio+20, pode-se considerar que a Cúpula foi mais ampla.

Operar uma representação tão ampla que incluía ACT Aliança e outros setores significava ter uma visibilidade necessariamente compartilhada, em favor dos consensos e das convergências alcançados.

Aqui destacamos um aprendizado: compartilhar a marca onde estejam claros o público alvo da solidariedade e os compromissos com o futuro não a diminui. Pelo contrário, amplia e acumula simbolicamente, pois facilita o reconhecimento sobre que causas e que interesses mobiliza.

A operação da representação significava arriscar também no território da inter-religiosidade e das ideologias político-econômicas, o que só foi possível porque se manteve o foco do sentido último já definido. E esses riscos mexem todo o tempo com as expectativas e processos em que a representação se move.

Para imprimir dinamismo a nossas participações e práticas ecumênicas é necessário avançar nos aprendizados: a tomada de decisões que se exige das experiências de ações público política (incidência), com a sua correlata visibilidade, deve considerar que nossos representantes têm mandato político para arriscar (dentro dos parâmetros de nossos valores comuns e identidade). É irreal e nada prático conduzir processos supondo que todas as decisões críticas estarão submetidas a processos de consultas a todos os membros. Inserir-se como parte de outros coletivos em cooperação, tomar posições e propor atos que impliquem em visibilidade pública exige velocidades que não podem estar condicionadas à soma da opinião de todos, mas à vontade geral personificada em um representante e ou um grupo mínimo de referência para a consulta rápida. O bom senso nesses caso é sem dúvida a verificação dos prazos para que se façam ou não consultas e a contínua circulação de informações para todos e todas sobre o realizado.

O risco exigido nesse caso foi o total afastamento da Conferência Oficial, hipótese que não pode ser descartada em qualquer outra dinâmica de incidência, como nas COPs (a COP 20 será no Peru em dezembro de 2014) e na Conferência de revisão dos Objetivos do milênio e da Agenda Pós-2015.

Esses aprendizados podem ser uma obviedade para alguns, mas precisamos tomar ou retomar nossas referências, principalmente quando estamos a construir novas dinâmicas, a exemplo da ACT Aliança, com três anos de existência formal e uma Assembleia de revisões e estratégias a ser realizada, em 2014, na República Dominicana.

Pode-se dizer que foi baseando-se nesses aprendizados que a circulação e legitimidade entre tantas esferas diferentes de participação e decisão foram possíveis: no Grupo de Articulação do Comitê facilitador da Sociedade Civil e na gestão de tudo que se configurou sob o guarda-chuva “Religiões por Direitos” ([religiospordireitos.blogspot.com.br](http://religiospordireitos.blogspot.com.br)).

## Visibilidade com intenção pública ecumênica e o futuro da Aliança ACT

Experiências como esta da participação na Cúpula dos Povos apontam nitidamente para a necessidade de que os atores da Família Ecumênica tenham sua identidade clara para o público e os atores intervenientes nos processos.

Especificamente para a Aliança ACT o reconhecimento da sua identidade tem que se tornar cada vez mais imediato, em sua face tridimensional, qual seja, desenvolvimento a longo prazo, ajuda humanitária e incidência pública, sem a hipertrofia de qualquer das partes. Alcançar isso, no entanto, não será resultado de discussões internas de prioridades e de definições conceituais. Virá por outro lado de um equilíbrio que só se alcançará com um misto de intenção política de interagir, de compartilhar e de atuar em favor de causas que explicitem nossos valores e públicos-alvo. O aprendizado da Cúpula dos Povos aponta nessa direção, de que o caminho do equilíbrio da tridimensionalidade da Aliança ACT passa pelo processo de incidência conjunta com outros atores, além dos ecumênicos. Prática que retornará para a Aliança como exigência de coerência com seu sentido último.

É correndo riscos que atualizem permanentemente a identidade da Aliança ACT, nas diversas fronteiras com que interagir, que se logrará uma aliança visível assim como os seus compromissos.

Afinal as agendas de responsabilidade com soluções para o futuro do planeta, de solidariedade com as vítimas da injustiça socioambiental, da injustiça econômica e das injustiças políticas continuam na ordem do dia, como anuncia o documento final da Cúpula – [www.cupuladospovos.org.br](http://www.cupuladospovos.org.br) e como se delineiam em todos os debates para a composição das metas para o Planeta pós-2015.

---

**Rafael Soares de Oliveira** é diretor executivo de Koinonia Presença Ecumênica e Serviço e Doutor em Ciências Sociais. Tem experiência em Antropologia das Populações Afro-Brasileiras, Educação Popular, Ecumenismo e Relações Inter-religiosas.

Fundada em 1994, **KOINONIA** é uma organização sediada no Rio de Janeiro - RJ, com atuação nacional e internacional. Somos uma entidade ecumênica de serviço composta por pessoas de diferentes tradições religiosas, reunidas em associação civil sem fins lucrativos. Integramos o movimento ecumênico e prestamos serviços ao movimento social.

A missão de KOINONIA é mobilizar a solidariedade ecumênica e prestar serviços a grupos histórica e culturalmente vulneráveis e em processo de emancipação social e política; além de promover o movimento ecumênico e seus valores libertários.

A palavra *koinonia* vem do grego e significa comunidade e comunhão.

---



**DEMOCRACY  
AND  
ECUMENICAL  
ACTION FOR  
THE FUTURE  
WE WANT**

Rafael Soares de Oliveira


## SUSTAINABLE FUTURE ONLY WITH DEMOCRACY AND PARTICIPATION

The environmental reality of Brazil presents several challenges. Some of the most outstanding are: the biodiversity destruction in the Amazon area by the agribusiness projects like the soya plantations; the government's programs to produce electrical energy in the Amazon region and in the Atlantic Forest which displace thousand of peasants and traditional communities from their traditional habitat; the increasing use of genetically modified seeds by the agribusiness (e.g. almost all the corn production come from genetically modified seeds); the extensive use of pesticides (5 liters per person/per year); finally the weather changes that provoke rains and landslides. In each of the last 5 years these have occurred with more than 2000 victims.

In spite of these and others challenges we live under a development model which has targeted the economic growth of the GNP at 4% per year. At same time we have had governments unresponsive to the demands of the people what demonstrates clearly the contrast between development, social diversity and biodiversity.

Any development plan post-2015 should take seriously the biodiversity, the socio-diversity and the management of risks caused by either the climate changes or others systemic environmental changes brought about by the human activities. In relation to the socio-diversity they should ensure that different communities with different traditions could live side by side in their natural environment and being supported by it. At the same time they should protect and guarantee its continuity.

The planning should make sure that all the minorities (regardless of race, ethnicity, gender or social group) and all individuals that live in our shared environmental system are heard under all aspects. Equality, participation and reciprocity should be guaranteed for all. It means to give voice and conditions of participation (such as time and resources) to all people that generally are seen as different. Besides, people with more resources and power should support all the costs of this system of participation.



“The participation of all people is essential and should be prioritized by the decision-makers. For example: whenever there is inequality at the educational level we should not wait until all become able to read to give them the right to express their opinions on the best education they wish to have in the future. Oral communication, use of interpreters and other means should guarantee that all are heard now”.

The participation of all people is essential and should be prioritized by the decision-makers. For example: whenever there is inequality at the educational level we should not wait until all become able to read to give them the right to express their opinions on the best education they wish to have in the future. Oral communication, use of interpreters and other means should guarantee that all are heard now. The planning process should be developed in open spaces, an equalitarian one, where even the economic inequalities cannot provoke an imbalance among the parts. We are dependent of the ecosystem. Because of that, we believe that there should be a comprehensive action plan for sustainable development.

### Mechanisms to be monitored

A starting point for a post-2015 agenda should be the international agreements as *DHESCA* (human, economical, social, political, cultural and environmental rights) and the ILO conventions. If the new agreements are signed they would offer elements to be observed as sanctions for the signatory countries. Until now the Millennium Development Goals (MDGs) and others agreements have not been accomplished, but the countries were not punished. Another important crosscutting aspect of a planned and participatory development is the dimension of corporations' interests. In our ecosystem it is decisive that the corporations' interests don't be promoted at the expenses of the environmental protection, the cultural reproduction and the struggle against the inequalities. The indicators have shown that this balance should be built up in open and egalitarian spaces. On carrying out the post-2015 development agenda we cannot depend only on the State as it does not always defend the interest of the most vulnerable, of the ones without power and financial resources. For that to happen we need that the local, national and international institutions, including the ecumenical and religious ones, demand from our leaders the accomplishment of their promises for a sustainable development.

- There are mechanisms which can be used in order to create possibilities of genuine participation. Some examples from Brazil and elsewhere in the world offer some glimpses of hope. They are:
- Hearings and community consultations for planning for indigenous and tribal peoples according to the 169 ILO Convention;
- Disaster risk reduction and emergency management;
- Participatory processes of basic education to strengthen community life, in which the communities and local leaders are stimulated to produce their own sustainable development planning;
- International and national advocacy action: parallel conferences, campaign for just relationship (on tax, on trade, and others), participation in social forums, faith groups campaigns for peace in conflict situations;
- International systems for protection and guarantee of rights;
- International agreements established from the society basis ( e.g. in the Peoples' Summit);
- Global agreements among the Nations States.



Foto: Marcelo Shmeider

Espace Religions for Rights, Peoples' Summit (2012)

These are good starting points which should be taken into account seriously by all governments dealing with the post-2015 objectives. We hope the indicators will come out naturally from this type of participation. For example, indicators to measure the balance between the right to financial profit and the socio/cultural/environmental sustainability; indicators able to measure the degree of people satisfaction with the plans that deal with minorities and vulnerable people's concerns.

## THE ECUMENICAL TASK

All the mechanisms here suggested may remain at the ideal level if we do not advance concretely on the political level. It is on the politics of public interest that the articulations, the dialogues, the agreements and the convergence of struggles come together.

In Latin America today we can observe a process of criminalization of struggles creating a persecution circle which spreads out long term fear.

After the demonstrations of June 2013 in Brazil, a shadow of terrorism hangs over any interpretation of each public popular act, as if everyone going to the street is against democracy and the institutions. It is a fallacy which is reaffirmed in unison by all the commercial media which try to be the place of judgment of all and everyone, of the opposition too, acting as if it is the place for legitimating what is right and wrong. To confront this type of ideological spectrum supported by the economic force of the media corporations has not been easy.

Alternative information and the search of counterparts amongst the institutions recognized by the population have been a way out in this difficult struggle for democracy. This is the task of all public and democratic forces, including the ecumenical one.



“The challenge put forward before the Rio+20 conference still remains and has two faces: visibility for the causes of the peoples and search for convergence between the global society agenda, peoples’ struggles and the proposals for a common future of the planet and its living beings”.

In such a context how could we talk about the voice of the vulnerable, participation and agreed upon mechanisms for democratic development planning in balance with the planet and its socio-biodiversity?

Time will say which future we can reach, but there are some learning experiences that could illuminate the present and teach us what to do for the next generations. In this sense I want to highlight some learning processes of ecumenical movement such as alliances building and public policy’s actions that were born from the Peoples’ Summit at the Rio+20.

### Making the difference – The Rio+20 experience

The challenge put forward before the Rio+20 conference still remains and has two faces: visibility for the causes of the peoples and search for convergence between the global society agenda, peoples’ struggles and the proposals for a common future of the planet and its living beings. That is a demanding dynamics to arrive to the necessary articulations.

To dialogue with all society’s movements, to share its struggles and to confront the traps of the innocuous negotiations among the governments was the self-imposed task of the Civil Society Facilitator Committee for the Peoples’ Summit during the Rio+20. This process started in Brazil bringing together actors during one and half year. Besides that it tried to expand the spectrum of participation keeping a tension in the consensus building among networks and movements which either were not in dialogue for long time and have expressed their antagonism or never had met each other. The tensions were so great that the task seemed impossible. But it was possible to go ahead bringing also the international mobilization that each network and movement was able to mobilize.

The process of the World Social Forum and the thematic Forum for Socio-environmental Justice had helped in the mobilizations but did not merge with them. Other kinds of mobilizations were necessary and were done. The Peoples’ Summit was coordinated by a core group of networks and movements of the Civil Society Facilitator Committee for the Peoples’ Summit (CSFCPS) at the Rio+20 including Brazilians and international people. This core group was called Articulation’s Group (AG) and was this group that has consolidated the international convocation for the Peoples’ Summit. It was just in this space that the Ecumenical Forum ACT Alliance Brazil (FEACT Brazil) carried its representative role, shared beyond the Christian ecumenical world, helping in mobilization and exchange.



## The ecumenical participation and the shared representation

The central challenges were around the need to hold continuous negotiations among diverse public actors whose dreams were, and are until now, to create more unity among the different parts of the organized civil society, at local, national, continental and global levels.

What we are calling here dreams is a process that has become real and is no more in the limits of the unreal but in the social boundaries, in the conflicting everyday life of millions of peoples. It has to do with people who live and survive in such a situation that the majority in certain way don't want to see, don't want to be in solidarity with or got accustomed to hide behind casuistic excuses. To see unthinkable convergences, encounters that for long time did not occur, productive partnership in favor of a general and non corporative cause and some others actions, were examples in the Peoples' Summit of a new time, demanding and radical – even if experienced there as an aperitif of the future.

The “Peoples' Summit for Social and Environmental Justice against the Mercantilization of Life and Nature and for the Common Good” has been consolidated as a moment of expression of the general mobilization of the global civil society.

Among the main effects it has produced is the unity of agents of a global struggle for Rights (Dhesca - human, economical, social, political, cultural and environmental rights) under a common identity. It is something with difficult and fragile unity but that is required in such a time of criminalization and confront.

We know that identity is something relational and has to do with the recognition among those who are inside the same boundary. This varies according to the contexts in which the insiders recognize both, insiders and outsiders, by means of political processes, exchange of recognitions, and exchange of values and symbolic signs of belonging. It is in this sense that we can say that before, during and after the Peoples' Summit a public identity boundary has been delimited as a common minimum.

In the outline of this identity some marks of delimitation were and still are:

- Political will to look for convergences among the social movements<sup>1</sup>;
- Clear separation between actions of civil society and that of the economic corporations;
- Clear separation between actions of civil society and that of the governments;
- Understanding the State as a manager of public properties and resources and never private ones;
- Consciousness of the urgency of socio-environmental crisis of the planet;
- Opposition to the financial and extractive economic model, hegemonically capitalism;

---

1. Social movements should be understood as a wide spectrum of popular movements for Rights, trade unions, NGOs, movements of religious people, movement of the 'outraged', 'occupy' and youth movements.

- Radical solidarity with the resistance (or resilience) of the victims of the socio-environmental conflicts;
- Give expression to alternative proposal for the society coming from those who have being victims of the conflicts and became agents of alternative forms to combat the crisis. This at both the practical scope of the economic and social viability of life in the planet and the reflexive dimension that is made clear by cultural traditions and new society paradigms.

To interact with this identity frontier in order to be included in it, demanded a clear position from the Ecumenical Coalition. It was important to consider some concepts and values, historical and new, of the ecumenical world, such as:

- The tridimensional concept of ecumenism: the unity of the Christians; the association with all people who struggle for justice, peace and the integrity of creation; the dialogue with others faith.
- The principle of the ecumenical sharing of resources, which means no-competition, collaboration among the different on an equal footing; material and immaterial resources considered as collective goods.
- The concept of transforming development.

Only when the ecumenical representatives with its values and references felt as part of the more general identity group and were also recognized by them as such, participation in the decisions became possible, as well as performing management responsibilities and joint participation in acts of public expression.

Besides the values a clear sign of representation mandate should be given and that was done in a very dynamic way in the Peoples' Summit. On one hand was the sign given by FEACTION Brazil; on the other, the expression of representation signaled by the mobilization done to stimulate different actors to organize themselves for the Peoples' Summit. Example of that are the international relations mobilized among WCC, Aprodev, Ecumenical Agencies, Anglican Alliance, Ecumenical Advocacy Alliance, ACT Alliance, CIDSE and FEACTION Brazil as well as the mobilization from Brazil with a local mark and the international one which brought together around 45 religious expressions for the Summit. The common denominator, in a practical way and in terms of values, was the ecumenical and inter-religious world mark (Religions for Rights). This mark has given an ultimate sense for our convergence and cooperation, our history of defense of Rights and our common will to continue to defend them in the parameters established by the Peoples' Summit.

The ultimate meaning of the joint actions was tuned with the defense of the participation of all and of peoples' rights in any proposal of transforming and sustainable development.

## Making the collective and public representation operational

In these contexts became clear that the Peoples' Summit hardly would come into dialogue with the governments and governmental multilateral organisms and their agenda. It became even more annoying by the unwillingness of the Brazilian government to cooperate in the negotiations with the civil society and the production of a parallel document to be presented to the UN (information received in May and confirmed in June 19<sup>th</sup>, 2012) disqualifying all the preparatory processes, including the UN one.

To be in the CSFCPS and in its AG implied to move away from the Official Conference and to fix the boundaries of a field for the future even knowing that part of the ecumenical representation continued to look for space and political agenda in the official conference of Rio+20.

It is important to note that the Peoples' Summit refused any commitment with enterprises and economic corporations and did not understand itself as a parallel conference, with a different agenda of the official conference. The goals of the Summit were far beyond of a parallel agenda. It was a wider movement. Facing the weak results of the official Conference we can consider that the Peoples' Summit was much wider.

To operate a wide representation including ACT Alliance and other sectors means that we had to have a necessarily shared visibility on behalf of the consensus and the reached convergences.

On that regard, we want to highlight a lesson learned: to share a mark where the target public of solidarity and the commitments with the future are very clear does not diminish it. On the contrary, make it wider and give it greater symbolic meaning. It facilitates the recognition of the causes and interests it mobilizes.

The action of representing means also to risk in the inter-religious territory and in that of political and economics' ideologies. This was only possible because the focus on the ultimate meaning was kept. Such risks shake all the time the expectations and the processes in which the representation moved itself.

To give dynamism to our ecumenical participation and practice we have to advance in our apprenticeship: the decision-making actions demanded from the experiences of advocacy and its correlated visibility, should consider that our representatives have a political mandate to risk (within the parameters of our common values and identity). It is an illusion and not practical do conduct processes thinking that all critical decisions will be submitted to consultation with all members. To be part of other collectives in cooperation, to take decisions and to propose actions that imply public visibility demand a speed which cannot be conditioned to the sum of the opinions of all, but at a general will expressed through a representative or at least a reference group for rapid consultation. In such cases it is recommended the verification of the dates to know if consultations are necessary or not and to maintain the continuous circulation of information to all involved.

The risk taking required in this case was a total separation from the Official Conference. This hypothesis cannot be discharged in any other advocacy dynamics, like the COPs (the COP 20 will be held in Peru, in December 2014) and in the Conference for the review of the Millennium Development Goals and the Post-2015 Agenda.

This kind of learning can be viewed for some as obvious. But we have to revisit our references, mainly when we are building up new dynamics. ACT Alliance is a case in point, with three formal years of existence and an Assembly for reviewing and defining strategies to be held this year in Dominican Republic.

It was based on this learning that the presence and legitimacy within so many and different spheres of participation and decision were possible: in the Articulations' Group of the Civil Society Facilitator Committee and in the management of all that occurred under the umbrella "Religions for Rights". ([www.religioesporDireitos.blogspot.com.br](http://www.religioesporDireitos.blogspot.com.br)).

### Visibility with public ecumenical intention and the future of ACT Alliance

Experiences like the participation in the "Peoples' Summit" point out to the need for the actors of the Ecumenical Family to have a clear identity for the general public and for the other actors participating in the process.

For ACT Alliance particularly the recognition of its identity has to become more immediate in its tridimensional face: long term development, humanitarian aid and advocacy, without the hypertrophy of any part. To reach that will not be the result of internal discussions about priorities or conceptual definitions. It will come from a balance reached through a mixture of political intention to interact, to share and to act in favor of causes that make clear our values and target public. What we have learned in the Peoples' Summit point out in this direction. The way to balance the tridimensional face of ACT Alliance goes through the process of joint advocacy with others actors, besides the ecumenical ones. This praxis is a requirement of coherency of ACT Alliance with its ultimate goal.

It is taking risks in order to update permanently the identity of ACT Alliance, in the different boundaries of its interaction that a visible alliance and its commitments will be reached.

The agendas of responsibility for solutions of the planet's future, of solidarity with socio-environmental, economic and political injustices' victims are in the order of the day, as the final document of the Peoples' Summit announces and also appear in all debates for the composition of the Goals for the Planet post-2015.

---

---

**Rafael Soares de Oliveira:** Executive director of Koinonia Ecumenical Presence and Service, he has a PhD on Social Sciences. Has experience in Anthropology of Afro-Brazilian populations, Popular Education, Ecumenism and Interreligious Relations.

Founded in 1994, **KOINONIA** is an organization based in Brazil, with national and international initiatives. We are an ecumenical service organization composed of people from different religious traditions, gathered in civil nonprofit association. We integrate the ecumenical movement and provide services to the social movement.

The mission of KOINONIA is to mobilize ecumenical solidarity and provide services to culturally and historically vulnerable groups in process of social and political emancipation; and promote the ecumenical movement and its libertarian values.

The word comes from the Greek koinonia means fellowship and community.

---

---



# **PARTILHAS JUSTAS NUM MUNDO LIMITADO**



Helen Dennis

Antes da Conferência Rio +20 sobre desenvolvimento sustentável, a Christian Aid publicou *Os ricos, os Pobres e o Futuro da Terra: Equidade em um Mundo Limitado*, que delineou o desafio central comum a governos, empresas e sociedade civil hoje: como podemos alcançar a erradicação da pobreza, dentro dos limites dos recursos naturais do mundo? Como podemos efetivamente apresentar este conceito de “ações justas” quando a resposta política padrão é a de enterrar a cabeça na areia e esperar que tudo fique bem? Em sua introdução a esse relatório, o Secretário-Geral do Conselho Mundial de Igrejas (CMI), Rev. Dr. Olav o Fyske Tveit, defendeu uma abordagem de “justiça e equidade” que nos garantiria “a vida em sua plenitude para todos”, mas para todas as discussões no Rio acerca de uma economia verde, olhar para além do PIB na direção de formas alternativas de mensurar o bem-estar humano, a trajetória dominante permanece.

Claro que muitas das iniciativas surgidas a partir da conferência Rio +20 estão apenas começando a alçar voo. Levou quase um ano para que se estabelecessem o Grupo de Trabalho Aberto sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), o Comitê de Especialistas em Financiamento para o Desenvolvimento Sustentável e também para que fosse criado o novo Fórum Político de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável. Ainda é muito cedo para julgar se essas iniciativas terão a força política para conduzir à mudança necessária, mas ao menos as questões permanecem na agenda política. Em parte, isso se deve também ao debate “pós- 2015” e ao significativo entusiasmo mostrado pela sociedade civil mundial para engajar-se na discussão sobre um novo conjunto de metas de desenvolvimento. Em paralelo aos processos pós-Rio+20, o Grupo de Desenvolvimento da ONU supervisionou consultas temáticas e nacionais que já envolveram mais de 1 milhão de pessoas no mundo. Talvez em um universo de 7 bilhões de pessoas ainda haja um caminho a percorrer, mas esse esforço não deve ser subestimado, pois é, de fato, sem precedentes, especialmente em se tratando de um processo da ONU.


Agora parece haver um forte consenso entre governos e sociedade civil em favor de juntar estas duas discussões, resultando, em última análise, em um conjunto de metas integradas que reflitam os três pilares do desenvolvimento sustentável: econômico, ambiental e social. Tal abordagem foi aprovada dentro da recente resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre a agenda pós-2015, mas não sem dificuldade. Enquanto os ativistas pelo desenvolvimento não são suscetíveis de separar sua paixão pela justiça econômica e ecológica, muitas vezes os “profissionais”, sejam eles os negociadores de governos e ativistas da sociedade civil, passaram a focar-se em tornar realidade o desenvolvimento humano, por meio do investimento nos setores sociais e da promoção da igualdade de gênero; ou em tornar realidade a sustentabilidade ambiental - a biodiversidade, a proteção de nossas florestas e uma negociação de mudança climática baseada na ciência. Pode ser fácil perder de vista nossas interconexões com a dependência humana da natureza e com o impacto que a degradação ambiental traz para o bem-estar humano. Acordar um conjunto de metas de desenvolvimento pós-2015 exigirá uma quebra de silos e novas ideias. Contudo, a recompensa será grande. Dois conjuntos de metas paralelas apenas reforçariam falsas distinções - ambientalistas, economistas e aqueles que trabalham nos setores sociais devem começar a dialogar cada vez mais uns com os outros enquanto nos aproximamos de 2015.



Debate durante a Cúpula dos Povos (2012)

Então, qual é o “Mundo que Queremos” ou, como questionamos no Rio, o “futuro” que queremos? A Christian Aid publicou recentemente um conjunto de respostas a esta questão a partir de 17 organizações parceiras em todo o mundo, incluindo KOINONIA e INESC, com um forte foco na sustentabilidade e igualdade. Christian Aid e ACT Aliança têm procurado por algum tempo dar voz a essas comunidades vulneráveis aos impactos das mudanças climáticas. A contribuição de abertura do relatório, feita pela CEPA no Malawi, chama a atenção para o aumento de catástrofes climáticas vividas por comunidades de base e as consequências de grande alcance, incluindo as mortes, as perdas econômicas e a interrupção da educação de muitas crianças. Esta mensagem é reiterada no relatório de Mathieu Ouedraogo, do Réseau Marp<sup>1</sup> Burkina Faso, que sugere que uma agenda de desenvolvimento pós-2015 deve ajudar a desenvolver sistemas de alerta precoce, reforçar a capacidade local para a prevenção e gestão de desastres e impulsionar o investimento em infraestrutura para a redução e mitigação de riscos de desastres. O “Mundo que Queremos” é também claramente um sem uma mudança climática catastrófica - onde o aumento da temperatura média global seja mantido abaixo de 1,5 graus - e, embora a política de um acordo juridicamente vinculativo sobre mitigação será negociada por meio da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) têm claramente um papel de apoio a desempenhar na condução do desenvolvimento de baixo carbono e promoção da energia sustentável.

1. Réseau MARP - Rede de Desenvolvimento e Promoção de Métodos Ativos de Pesquisa e Planejamento Participativo, em Burkina Faso.



“A desigualdade, claro, é envolta pela situação ambiental. Hoje, os 1% mais ricos controlam 40% da riqueza do mundo e, como a Oxfam mostrou recentemente, a riqueza das 85 pessoas mais ricas do mundo somada é igual a dos 3,5 bilhões mais pobres”.

A desigualdade, claro, é envolta pela situação ambiental. Hoje, os 1% mais ricos controlam 40% da riqueza do mundo e, como a Oxfam mostrou recentemente, a riqueza das 85 pessoas mais ricas do mundo somada é igual a dos 3,5 bilhões mais pobres. Uma série de contribuições para o relatório da Christian Aid destaca isso - com Mónica López Bal-todano, do Centro Humboldt na Nicarágua, argumentando a favor de uma nova agenda de desenvolvimento sustentada não só pela justiça climática e sustentabilidade ambiental, mas pela equidade de gênero e redistribuição da riqueza. Como observa Martin Vilela, da Plataforma de Mudanças Climáticas da Bolívia, há uma necessidade de desvincular o “desenvolvimento” a partir do conceito de crescimento econômico, e, ao invés disso perseguir uma agenda focada no bem-estar humano alinhado com os limites do planeta. O “Painel de Alto Nível” sobre pós -2015 já sugeriu que um dos objetivos centrais da nova agenda de desenvolvimento deve ser “não deixar ninguém para trás”, para garantir que as populações mais marginalizadas sejam capazes de compartilhar os frutos do desenvolvimento e ter suas necessidades mais básicas atendidas. Isto ressoa com uma série de contribuições que recebemos - como o foco indiano em eliminar a discriminação baseada em castas e a poderosa causa afegã sobre inclusão das mulheres, até o artigo colombiano enfatizando a persistência da pobreza rural. No entanto, em nossa opinião, elas não vão longe o suficiente para enfrentar o fosso cada vez maior entre ricos e pobres em escala mundial e no interior dos países, combatendo a concentração de riqueza no topo, ou na procura de uma “abordagem de direitos humanos”, que deve ser manifesta pela “realização progressiva” dos direitos das pessoas. O mundo que queremos não é apenas um mundo onde todos ganham pelo menos US \$ 1,25 por dia. Onde está a ambição e justiça nisso? Pelo contrário, é um mundo de partilhas justas em um planeta restrito e de diminuição da desigualdade de renda. Os ODS devem refletir essas prioridades.

A questão para todos estes processos globais é se eles realmente podem impulsionar a mudança em escala nacional. Quais são as consequências para os governos e para as empresas, especialmente quando novas metas e compromissos de financiamento são considerados voluntários? Na ausência de mecanismos internacionais juridicamente vinculativos ligados à agenda do desenvolvimento sustentável, a questão é se o multilateralismo pode funcionar de forma eficaz e estabelecer normas globais fortes o bastante e incentivos em favor da sustentabilidade e da igualdade. As novas metas pós-2015 serão, portanto, tão fortes quanto a responsabilidade que elas geram e, infelizmente, a experiência indica que o progresso pode ser lento.

“O mundo que queremos não é apenas um mundo onde todos ganham pelo menos US\$ 1,25 por dia. Onde está a ambição e justiça nisso? Pelo contrário, é um mundo de partilhas justas em um planeta restrito e de diminuição da desigualdade de renda”.

Peguemos a eliminação de subsídios aos combustíveis fósseis, um tema quente na Cúpula da Rio +20 e uma demanda central para a sociedade civil. Os membros do G20 concordaram em eliminar os subsídios aos combustíveis fósseis na Cúpula de Pittsburgh 2009, com o presidente dos EUA, Obama declarando: “Todas as nações têm a responsabilidade de responder a este desafio e juntos demos um passo substancial à frente no cumprimento dessa responsabilidade”. No entanto, a Agência Internacional de Energia (AIE) advertiu que, longe de eliminar esses subsídios, eles estão a caminho de alcançar os US\$ 660 bilhões em 2020. Quanto aos impostos, estima-se que há ainda US\$ 21 trilhões abrigados em paraísos fiscais, apesar de todos os recentes pronunciamentos dos líderes mundiais. E sobre a igualdade de gênero, já temos uma convenção juridicamente vinculativa - a CEDAW (Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher) -, ratificada por quase todos os Estados membros da ONU. No entanto, a Organização Mundial de Saúde

Foto: Marcelo Shneider



Manifestação na cidade do Rio de Janeiro, durante a Cúpula dos Povos (2012)

2. [www.micahchallenge.org](http://www.micahchallenge.org)



ainda estima que 35% das mulheres em todo o mundo têm experimentado violência íntima praticada pelo companheiro ou violência sexual praticada por não parceiros durante a vida. Em 2006, ainda havia 102 países ao redor do mundo sem quaisquer disposições legais específicas contra a violência doméstica.

A questão é não desistir desses processos globais mas, ao lado de nossa incidência política na ONU, prestar muito mais atenção a ambos: garantir a plena implementação de acordos globais e promessas e também moldar o contexto político e cultural em nível nacional. Comunidades de base religiosa estão excepcionalmente bem situadas para fazer ambas as coisas: lembrar os líderes de suas obrigações morais e promessas, mas também através de sua função teológica e educacional, influenciar as normas sociais e culturais em prol do desenvolvimento sustentável. Um exemplo pode ser visto na campanha global “Micah Challenge (Desafio de Miquéias)”, que une organizações ligadas às igrejas para fazer campanha pelo cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Elas agora estão ativas em 46 países ao redor do mundo e vamos precisar de um impulso semelhante, se não maior, para o desenvolvimento sustentável a partir de 2015. As pessoas de fé, incluindo líderes religiosos, devem continuar a falar sobre o cumprimento das promessas e, como o ex-arcebispo de Canterbury, Rowan Williams, escreve em nosso relatório recente: “o trabalho a ser enfrentado pelos grupos da sociedade civil e de defesa de direitos não é criar aspirações a partir do nada, mas fazer que as agências governamentais e o público em geral se responsabilizem perante a melhor e mais generosa visão que eles tenham reconhecido”.

O segundo papel das comunidades de fé é talvez ainda mais distinto, embora não sem riscos - o poder da fé e da crença pode ser aproveitado para o bem ou para o mal e assim o desafio para as agências ecumênicas e baseadas na fé é como podemos promover teologia que seja positiva para as pessoas e o planeta. O trabalho recente realizado pelo Conselho de Igrejas Cristãs do Brasil ao chamar a atenção para a persistência da violência contra mulheres e meninas, usando textos bíblicos para sublinhar a importância de enfrentar o problema e construir a paz é um exemplo de como isso pode ser feito bem. Em relação à sustentabilidade, as comunidades religiosas têm um papel absolutamente crucial a desempenhar, lembrando-nos de que não somos apenas seres materiais, cuja função principal é a de consumir mais e mais, mas que, ao contrário, somos chamados a florescer em comunhão com Deus, com a natureza, e com os outros.

A citação recente de Gus Speth, consultor dos EUA sobre clima e professor em Yale, articula este ponto perfeitamente: “Eu costumava pensar que o início dos problemas ambientais globais fosse a perda da biodiversidade, o colapso dos ecossistemas e as mudanças climáticas. Eu pensei que com trinta anos de boa ciência poderíamos lidar com esses problemas, mas eu estava errado. Os principais problemas ambientais são o egoísmo, a ganância e a apatia - e para lidar com estes precisamos de uma transformação espiritual e cultural”.

Sem dúvida, temos a política que nós merecemos, e por isso, enquanto as contínuas ações de incidência política e defesa de direitos são essenciais, precisamos também enxergar um compromisso mais profundo entre os indivíduos e comunidades de fé para o desenvolvimento sustentável e assegurar o bem comum. O teólogo norte-americano e ativista Jim Wallis fala sobre a necessidade de “mudar o vento para criar um clima político que amadureça para a mudança”. Assim, no período que antecede 2015, sigamos desafiando nossos líderes políticos a manterem-se atentos as suas promessas, tornando-as realidade para as pessoas e o planeta, mas continuemos também a desafiar a nós mesmos.

---

---

**Helen Dennis** é atualmente conselheira sênior da Christian Aid sobre Pobreza e Desigualdade, e coordena o trabalho da entidade na agenda de desenvolvimento pós-2015, com foco na igualdade e sustentabilidade. Helen é vice-moderadora da articulação Pós-2015 no Reino Unido e faz parte do grupo de acompanhamento pós-2015 de ACT Aliança. Antes de trabalhar na Christian Aid, Helen trabalhou na Tearfund, por mais de 3 anos, como conselheira política sênior, com foco em mudanças climáticas e combate à corrupção. Também tem experiência de trabalho com a YMCA, na Inglaterra. É mestre em Políticas Públicas pela King's College London e, fora do trabalho, é afiliada do Partido Trabalhista do Reino Unido e ajuda a liderar uma pequena igreja no sudeste de Londres.

**Christian Aid** é uma organização cristã, que insiste que o mundo pode e deve ser rapidamente transformado num em que todos possam viver vidas plenas, livres de pobreza.

A entidade trabalha globalmente por mudanças profundas que eliminem as causas da pobreza, num esforço para alcançar a igualdade, a dignidade e a liberdade para todos, independentemente de fé ou nacionalidade. Christian Aid faz parte de um movimento mais amplo por justiça social.

A entidade fornece assistência urgente, prática e eficaz onde a necessidade é grande, enfrentando efeitos da pobreza, bem como suas causas profundas.

---

---

**FAIR  
SHARES  
IN A  
CONSTRAINED  
WORLD**

Helen Dennis

Ahead of the Rio +20 conference on sustainable development, Christian Aid published *The Rich, The Poor and the Future of the Earth, Equity in a Constrained World*, which outlined the central shared challenge for governments, businesses and civil society today: how can we achieve the eradication of poverty within the natural resource limits of the world? How can we effectively deliver this concept of ‘fair shares’ when the standard political response is to bury heads in the sand and hope that all will be well? In his introduction to that report, the General Secretary of the World Council of Churches (WCC), the Rev Dr Olav Fyske Tveit, argued for a ‘justice and equity’ approach that would secure ‘life in its fullness for all’, but for all of the discussions in Rio about a green economy, and moving beyond GDP to alternative measures of human well-being, the dominant trajectory remains.

Of course, many of the initiatives that arose from the Rio +20 conference are only just getting off the ground. It took almost a year to establish the Open Working Group on Sustainable Development Goals (SDGs), the Expert Committee on Sustainable Development Financing and to create the new ‘High-Level Political Forum’ on Sustainable Development. It is too early to judge whether these initiatives will have the political clout to drive the change which is needed, but at the very least, the issues remain on the political agenda. In part, this is also due to the ‘post-2015’ debate, and the significant enthusiasm shown by civil society around the world for engaging in the discussion about a new set of development goals. In parallel with the post-Rio processes, the UN Development Group has overseen thematic and national consultations which have now involved over 1 million people globally. Perhaps in a world of 7 billion people there is still a way to go, but this effort should not be underestimated and for a UN process, it is really without precedent.

There does now seem to be a strong consensus from governments and from civil society, in favour of bringing these two discussions together, resulting ultimately in one set of integrated goals which reflect the three pillars of sustainable development: economic, environmental and social. This approach was endorsed within the recent UN General Assembly resolution on post-2015 but is not without difficulty. Whilst campaigners on development are unlikely to separate out their passion for economic and ecological justice, too often the ‘professionals’, whether they be government negotiators or civil society activists, have become focused on either delivering human development, through investment in the social sectors and through the promotion of gender equality, or on delivering environmental sustainability – biodiversity, protecting our forests and delivering a science-based climate change deal. It can be easy to lose sight of our inter-connectedness, of human reliance on nature and of the impact that environmental degradation has on human wellbeing. To agree one set of post-2015 development goals, will require a breaking down of silos and fresh thinking, but the reward will be great. Two sets of parallel goals would only reinforce false distinctions – environmentalists, economists and those working in the social sectors must start talk more and more with one another as we approach 2015.






Inter-religious service in the space Religions for Rights

So what is the ‘World We Want’ or as we asked at Rio, the ‘future’ we want? Christian Aid has recently published a collection of responses to this question from 17 partner organisations around the world, including Koinonia and INESC, with a strong focus on sustainability and equality. Christian Aid and ACT Alliance, have sought for some time to give voice to those communities that are vulnerable to the impacts of climate change and the report’s opening contribution from CEPA in Malawi draws attention to the increase in climate-related disasters experienced by grassroots communities, and the wide-ranging consequences including death, economic loss, and a disrupted education for many children. This message is reiterated in the report by Mathieu Ouedraogo from Réseau Marp Burkina Faso who suggests that a post-2015 development agenda should help develop early warning systems, build local capacity for the prevention and management of disasters, and drive investment into infrastructure for the reduction and mitigation of disaster risks. The ‘World We Want’ is also clearly one without catastrophic climate change – where global average temperature rise is kept below 1.5 degrees – and whilst the politics of a legally binding deal on mitigation will be negotiated through the United Nations Framework Convention on Climate Change (UNFCCC), the Sustainable Development Goals (SDGs) clearly have a supporting role to play in driving low-carbon development and promoting sustainable energy.

Inequality is of course wrapped up in the environmental story. The richest 1 per cent today control 40 per cent of the world’s wealth and as Oxfam have recently shown, the combined wealth of the world’s richest 85 people is now equal to that of the poorest 3.5 billion. A number of contributions to Christian Aid’s report highlight this – with




“Inequality is of course wrapped up in the environmental story. The richest 1 per cent today control 40 per cent of the world’s wealth and as Oxfam have recently shown, the combined wealth of the world’s richest 85 people is now equal to that of the poorest 3.5 billion”.

Mónica López Baltodano from Centro Humboldt in Nicaragua, arguing for a new development agenda underpinned not only by climate justice and environmental sustainability, but by gender equity and redistribution of wealth. As Martin Vilela from the Bolivian Climate Change Platform notes, there is a need to detach ‘development’ from the concept of economic growth, and instead pursue an agenda focused on human wellbeing in line with planetary boundaries. The ‘High-Level Panel’ on Post-2015 has already suggested that a core objectives of the new development agenda must be to ‘leave no-one behind’, to ensure that the most marginalised populations are able to share in the fruits of development and have their absolute basic needs met. This chimes with a number of contributions that we have received – from the Indian focus on eliminating caste-based discrimination and the powerful Afghan piece on the inclusion of women, to the Colombian article emphasising the persistence of rural poverty. However, in our view it does not go far enough in addressing the widening gap between the rich and poor globally and within countries, in addressing the concentration of wealth at the very top, or in pursuing a ‘human rights based approach’ which should be manifest by the ‘progressive realisation’ of people’s rights. The World We Want is not just a world where everyone earns at least \$1.25 a day. Where is the ambition and justice in that? Rather, it is a world of fair shares in a constrained world, of development within planetary boundaries, and of decreasing income inequality. The SDGs must reflect these priorities.

The question for all of these global processes is of course, whether they can actually drive change at a national level. What are the consequences for governments and for businesses, especially when new goals and financing commitments are regarded as voluntary? In the absence of international legally binding mechanisms linked to the sustainable development agenda, the question is whether multilateralism can function effectively and establish strong enough global norms and incentives in favour of sustainability and equality. The new post-2015 goals will therefore only be as strong as the accountability which they generate, and unfortunately, experience indicates that progress could be slow.

Let’s take the elimination of fossil fuel subsidies, a hot topic at the Rio+20 Summit and a core ask for civil society. Members of the G20 agreed to eradicate fossil fuel subsidies at the 2009 Pittsburgh Summit with US President Obama stating, “*All nations*



“The World We Want is not just a world where everyone earns at least \$1.25 a day. Where is the ambition and justice in that? Rather, it is a world of fair shares in a constrained world, of development within planetary boundaries, and of decreasing income inequality”.

*have a responsibility to meet this challenge, and together we have taken a substantial step forward in meeting that responsibility.”* Yet the International Energy Agency (IEA) has warned that far from eliminating these subsidies, they are on course to reach USD \$660 billion in 2020. On tax, there is still an estimated USD \$21 trillion sheltering in tax havens, despite all of the recent pronouncements from world leaders. And on gender equality, we already have a legally binding convention – CEDAW – the Convention on the Elimination of all forms of Discrimination against Women – ratified by nearly all UN member states, and yet it is still estimated by the World Health Organisation, that 35 per cent of women worldwide, have experienced either intimate partner violence or non-partner sexual violence in their lifetime. In 2006, there were still 102 countries around the world without any specific legal provisions against domestic violence.

The point is not to give up on these global processes but alongside our lobbying at the UN, to pay much more attention to both securing the full implementation of global deals and promises, and also shaping the political and cultural context at a national level. Faith-based communities are exceptionally placed to do both of these things, to remind leaders of their moral obligations and promises, but also through their theological and educational function, to shape social and cultural norms in favour of sustainable development. An example of the former can be seen in the global ‘Micah Challenge’ campaign<sup>1</sup>, which brings church-based organisations together to campaign for the delivery of the Millennium Development Goals (MDGs). They are now active in 46 countries around the world and we will need a similar, if not greater push, towards sustainable development after 2015. People of faith, including faith leaders must continue to speak out on the fulfilment of promises and as the former Archbishop of Canterbury, Rowan Williams, writes in our recent report, *“the job faced by civil society and advocacy groups is not to create aspirations out of nothing, but to hold government agencies and the public at large accountable to the best and most generous vision they have recognised.”*

The second role for faith communities is perhaps even more distinct although not without risks – the power of faith and belief can be harnessed for good or for ill, and so that challenge for faith-based and ecumenical agencies is how we can promote theology which is positive for people and planet. The recent work undertaken by the Council of Christian

1. [www.micahchallenge.org](http://www.micahchallenge.org)

Churches of Brazil in drawing attention to the continued violence against women and girls, using Biblical texts to underline the importance of tackling violence and building peace, is an example of how this can be done well. In relation to sustainability, faith communities have an absolutely critical role to play in reminding us that we are not just material beings, whose ultimate function is to consume more and more, but that instead we are called to flourish in community with God, with nature, and with others.

A recent quote from Gus Speth, US advisory on climate and Yale Professor articulates this point perfectly: *“I used to think the top global environmental problems were biodiversity loss, ecosystem collapse and climate change. I thought with thirty years of good science we could address those problems but I was wrong. The top environmental problems are selfishness, greed and apathy – and to deal with these we need a spiritual and cultural transformation.”*

Arguably, we get the politics that we deserve, and so whilst continued advocacy and lobbying is essential, we also need to see a much deeper commitment amongst individuals and faith communities to sustainable development and securing the common good. The American theologian and activist Jim Wallis speaks about needing to ‘change the wind’ to create a political climate which is ripe for change. So in the run up to 2015 let’s keep challenging our political leaders to deliver for people and planet, let’s hold them to their promises, but let’s also keep challenging ourselves.

---

**Helen Dennis** is currently Christian Aid’s Senior Adviser on Poverty & Inequality, and is co-ordinating Christian Aid’s work on the post-2015 development agenda with a focus on equality and sustainability. Helen is the co-Chair of the Beyond 2015 UK hub and serves on the post-2015 steering group of the ACT Alliance. Prior to joining Christian Aid, Helen worked at Tearfund for over 3 years as their Senior Political Adviser with a focus on climate change and anti-corruption, and also has experience working for the YMCA in England. She holds an MA in Public Policy from King’s College London and outside of work, she is active within the UK Labour Party and helps lead a small church in South-East London.

**Christian Aid** is a Christian organization that insists the world can and must be swiftly changed to one where everyone can live a full life, free from poverty.

Christian Aid works globally for profound change that eradicates the causes of poverty, striving to achieve equality, dignity and freedom for all, regardless of faith or nationality. The institution is part of a wider movement for social justice.

Christian Aid provides urgent, practical and effective assistance where need is great, tackling the effects of poverty as well as its root causes.

# LA MADRE TIERRA QUE QUEREMOS POST 2015



María Teresa Hosse Sahonero

## PLATAFORMA BOLIVIANA FRENTE AL CAMBIO CLIMÁTICO

A más de un año de Rio+20, vemos que para la sociedad civil es cada vez más difícil incidir en los gobiernos para que cumplan sus compromisos en el papel. Esto se podía prever por la distancia existente entre los debates y las discusiones que se dieron en la Conferencia Mundial de Desarrollo Sostenible, en sus dos espacios: el de los gobiernos y el de los pueblos. En cada espacio debatían y construían documentos como si se trataran de dos mundos totalmente diferentes. De cierta manera lo eran: en uno estaban los que administran y detentan el poder económico y político sin pretender cambiar sus paradigmas; en el otro los que sufren las consecuencias de estas acciones.

Sin embargo, en el espacio oficial algunos países trataron de influir y hasta lograron incluir algunas palabras del “otro mundo”. Por ejemplo, la delegación boliviana logró que se aceptara la existencia de otros modelos alternativos, así como el interés de respetar los derechos de la Madre Tierra. Más allá de estas buenas intenciones, en los hechos se sigue construyendo el andamiaje para continuar profundizando el desarrollo sostenible, sin haber evaluado con claridad los objetivos y resultados planteados hace ya más de 20 años. Se insiste en consolidar el modelo actual, a pesar de que estamos viviendo una importante crisis civilizatoria, producto de la cual hay más pobres y más vulnerables. Esto mismo advertimos como Plataforma, en nuestro pronunciamiento emitido justo cuando se aprobaba el documento “El futuro que queremos”. Nuestro texto, llamado “El futuro que no queremos”, expresaba en algunos de sus párrafos:

*“Reiteramos nuestro rechazo a la ‘economía verde’ y al documento ‘El Futuro que queremos’, aprobado por todos los gobiernos parte de Naciones Unidas, el cual lejos de resolver la crisis socio-ambiental global que enfrentamos, profundizará las causas estructurales, a través del fortalecimiento de la liberalización de la economía y la mercantilización y financiarización de la naturaleza viabilizada por la ‘economía verde’. Además, rechazamos que el texto otorgue luz verde al fortalecimiento de mecanismos de mercado, como REDD+, que vulneran los derechos de los pueblos indígenas y comunidades locales.*

*Dicho documento no toma en cuenta las alertas de la ciencia, que han demostrado la urgencia de un cambio profundo de paradigmas y patrones de consumo, promoviendo el crecimiento económico como base para el ‘desarrollo’ y omite el tratamiento real de las causas estructurales de la crisis, sin plantear los cambios de fondo necesario en el sistema económico actual.*

*Este documento significa un retroceso en comparación con lo alcanzado en la Cumbre de la Tierra de Rio de Janeiro de 1992 y de otros instrumentos legales de reconocimiento de derechos humanos, como el de los pueblos indígenas y de las mujeres, entre otros. En Bolivia, potencialmente significará la vulneración de los derechos consagrados en la Constitución Política del Estado de 2009.*

*Denunciamos que la inclusión de los conceptos de ‘derechos de la naturaleza’ acaban legitimando este texto que profundizará el modelo económico neoliberal, los patrones de consumo irracional y la ‘economía verde’ como una nueva fase del sistema capitalista y el libre mercado.*






Cumbre de los Pueblos (2012)

*Denunciamos que los gobiernos llamados ‘progresistas’ de la ALBA han perdido la oportunidad de objetar el proceso de negociación, pasando a ser cómplices de una peligrosa dilución de los principios de los derechos de la Madre Tierra con la propuesta de la ‘economía verde’, que profundizará la crisis planetaria, aumentará las desigualdades y seguirá promoviendo el consumo irracional de los recursos naturales, permitiendo su apropiación privada, todo esto en medio de un proceso en el cual la sociedad civil no ha sido debidamente consultada. Los gobiernos del mundo han ignorado las propuestas de un nuevo paradigma de vida (Buen Vivir) propuesto por las culturas ancestrales del mundo, que han pervivido hasta hoy en una verdadera relación de armonía con la naturaleza.*

*Los pueblos del mundo reconocemos que no es posible que el mismo modelo capitalista inhumano, a través de sus herramientas basadas en el lucro, sean las respuestas que logren restaurar el desequilibrio con la Madre Tierra”.*

Por su parte, el gobierno del Estado Plurinacional boliviano analizó los problemas que tiene el documento “El futuro que queremos” mediante los siguientes comentarios:

“Continúa el enfoque del desarrollo sostenible, que dificulta avanzar en un nuevo paradigma del Vivir Bien en el marco del desarrollo integral en armonía y equilibrio con la Madre Tierra. Continúa el antropocentrismo como eje rector del desarrollo de los países. No existen compromisos claros de financiamiento y transferencia de tecnología; al contrario, éstos han sido sistemáticamente evadidos. Se enfatiza el rol del sector privado en el financiamiento para el desarrollo sostenible. Se difiere la discusión y definición de los mecanismos de tecnología y financiamiento a un proceso nada claro que queda en gran medida en manos del Secretario de la ONU. No obstante, establece que la Asamblea General de la ONU tomará decisiones al respecto, con lo cual tenemos un gran desafío para los próximos dos años. Persiste la intención de am-



“Los pueblos del mundo reconocemos que no es posible que el mismo modelo capitalista inhumano, a través de sus herramientas basadas en el lucro, sean las respuestas que logren restaurar el desequilibrio con la Madre Tierra”.


bientalizar y climatizar la agenda de los Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS) sin una visión integral que incluya los aspectos sociales y económicos. Es decir, continúa la intención de que los ODS enfatizen responsabilidades de reducción de emisiones transferidas a los países en desarrollo y no aborden problemas sociales de fondo como el hambre, el desempleo, la salud, la educación, etc.

No se reconoce la soberanía alimentaria como un tema central en la discusión de la seguridad alimentaria, nutrición y agricultura sustentable, lo que quita poder de decisión a los pueblos y a los Estados en materia de alimentos. Se han dado pasos decisivos para dismantelar la cooperación internacional, privatizarla y nacionalizarla. Es decir, la cooperación se sustituye con la inversión privada, con recursos nacionales de los países en desarrollo y con la cooperación Sur-Sur. No hay compromisos claros de cambio de patrones de consumo, en particular de parte de los países desarrollados, quienes deberían tomar el liderazgo en este sentido.”

La declaración final de la Cumbre de los Pueblos apunta a los culpables de la crisis estructural que sufrimos, las instituciones financieras multilaterales, las coaliciones al servicio del sistema financiero, como el G8/G20, además del secuestro corporativo de la ONU y la irresponsabilidad para con el futuro de la humanidad y del planeta demostrada por la mayoría de los gobiernos, los cuales promovieron los intereses de las corporaciones en la conferencia oficial.

La Cumbre de los Pueblos reclama la deuda ambiental histórica que afecta mayormente a los oprimidos del mundo, y que debe ser asumida por los países altamente industrializados, los cuales, al fin y al cabo, fueron los que provocaron las múltiples crisis que vivimos en la actualidad. También denuncia la llamada “economía verde” como una de las expresiones de la actual fase financiera del capitalismo que también utiliza viejos y nuevos mecanismos, tales como la profundización del endeudamiento público-privado, el estímulo excesivo al consumo, la apropiación y concentración de las nuevas tecnologías, los mercados de carbono y la biodiversidad, la apropiación ilegal y la extranjerización de tierras y las asociaciones público-privadas, entre otros.

La Cumbre de los Pueblos propone, entre las alternativas, que la defensa de los bienes comunes pasa por la garantía de una serie de derechos humanos y de la naturaleza, por la solidaridad y respeto a las cosmovisiones y creencias de los diferentes pueblos, por ejemplo la defensa del “Buen Vivir” como forma de existir en armonía



“La Cumbre de los Pueblos reclama la deuda ambiental histórica que afecta mayormente a los oprimidos del mundo, y que debe ser asumida por los países altamente industrializados, los cuales, al fin y al cabo, fueron los que provocaron las múltiples crisis que vivimos en la actualidad”.

con la naturaleza, lo que presupone una transición justa, a ser construida con los/las trabajadores/as y los pueblos.

En resumen, la Cumbre de los Pueblos denuncia la verdadera causa estructural de la crisis global: el sistema capitalista patriarcal, racista y colonial, a la vez que defiende la justicia social y ambiental en defensa de los bienes comunes, contra la mercantilización de la vida.

Si tomamos en cuenta la posición de la Plataforma Boliviana frente al Cambio Climático, el posicionamiento de los pueblos en la cumbre de los Pueblos en Río y los comentarios del gobierno boliviano, vemos que si no partimos de una evaluación seria de los retos planteados en el 92 y los resultados de lo planteado en Rio+20, no podemos basarnos solamente en el cumplimiento de los ODM hasta el 2015, porque estos objetivos están en función a medir el desarrollo sostenible dentro del modelo capitalista y tratar de construir los objetivos de desarrollo sostenible, puesto que seguimos dentro del mismo modelo capitalista y solo estamos tratando de barnizarlo para que se vea mejor y sus efectos parezcan menos dañinos, pero al final es el mismo modelo.

No obstante, sabemos que en este contexto como sociedad civil debemos seguir generando corrientes de opinión y articular procesos que puedan cambiar este modelo desde las prácticas cotidianas, así podremos exigir el cumplimiento de derechos en todos sus niveles: los derechos humanos, de los pueblos indígenas y de la Madre Tierra.

Así debe ser el papel de la sociedad civil en la actualidad, frente a los retos que tenemos en el proceso post 2015: incidir en nuestros gobiernos locales, en los regionales y en los gobiernos y en espacios internacionales, para tener voz y hacer valer el derecho a decidir nuestro futuro. Debemos mostrar que se puede vivir de manera diferente, desde experiencias concretas y ejecutadas paso a paso, pero teniendo claro que queremos construir un mundo diferente. Sobre la base de lo anterior, pese a que el documento “El futuro que queremos” representa una profundización de modelo de desarrollo vigente, como sociedad civil no podemos quedarnos solamente en la crítica: debemos crear espacios de construcción de este modelo alternativo.

El proceso post 2015 abre oportunidades para generar procesos de incidencia, para lograr una mayor participación de la sociedad civil en los espacios de decisión en todos los niveles. Hay que preparar estos procesos para que las decisiones sean abiertas a



Foto: Marcelo Shneider

Presencia de Pueblos Indígenas en la Cumbre

la sociedad civil: que no solo seamos consultadas, sino que podamos tomar decisiones sobre nuestro futuro. Porque tenemos la fuerza, la capacidad propositiva y de lucha. Con estas herramientas podemos cambiar el rumbo a futuro y salvar el mañana de nuestras generaciones y del planeta.

No tendremos el capital y el poder de las empresas transnacionales, pero sin nuestra participación tampoco podrán seguir con su programa. Tenemos que dimensionar el poder que tiene la gente común si se organiza y si cae en la cuenta del peligro que corre nuestra civilización. Si seguimos con este ritmo de explotación indiscriminada de nuestros recursos, con la pérdida de valores y de conocimientos comunales, no tendremos futuro posible.

En Bolivia tenemos dos ejemplos de construcción de normativa con participación de la sociedad civil organizada: en primer lugar la Constitución Política aprobada en febrero de 2009 y en segundo la Ley Marco de Madre Tierra, promulgada el 15 de octubre de 2012. Ambos hitos tratan de plasmar este otro modelo que surge del vivir de la población en su cotidianeidad, así como de su experiencia de enfrentarse al modelo de desarrollo capitalista y a sus impactos en sus vidas, en sus territorios y en el mundo globalizado. De la Ley Marco de Madre Tierra rescatamos objetivos que pueden aportar al diseño de los ODS, desde la visión de un modelo alternativo, basado sobre los saberes ancestrales de los pueblos y en el cuidado inexcusable de la naturaleza.

La Ley Marco de Madre Tierra establece los Objetivos de Desarrollo Integral para orientar de forma coherente la planificación, gestión pública intercultural y la inversión pública en los próximos años, hacia la construcción de una sociedad justa, equitativa y solidaria, sin pobreza. Postula:

- Saber alimentarse para Vivir Bien.
- Promover hábitos de consumo sustentables.
- Establecer procesos de producción no contaminantes y que respeten la capacidad de auto regeneración de la Madre Tierra.
- Conservar los componentes, zonas y sistemas de vida de la Madre Tierra, en el marco de un manejo integral y sustentable.
- Prevenir y disminuir las condiciones de riesgo y vulnerabilidad del pueblo boliviano.
- Orientar la inversión y distribución de la riqueza con justicia social.
- Facilitar el acceso equitativo a los componentes de la Madre Tierra.
- Democratizar el acceso a los medios y factores de producción.
- Promover fuentes de empleo digno en el marco del desarrollo integral.
- Facilitar el acceso universal del pueblo boliviano a la educación y a la salud.

La Ley Marco establece medidas concretas para garantizar el balance entre los derechos al desarrollo y derechos de la Madre Tierra.

- a) Se establece la protección y garantía legal de los derechos de la Madre Tierra y se empiezan a fijar sanciones a los delitos contra la Madre Tierra.
- b) Se establecen aspectos técnicos de articulación entre los derechos establecidos, como ser: registro de los componentes de la Madre Tierra; marcos indicativos de las capacidades de regeneración de los componentes de la Madre Tierra; ordenamiento de zonas y sistemas de vida; y construcción de indicadores de desarrollo integral.
- c) Desarrollo de metas e indicadores del desarrollo integral en armonía y equilibrio con la Madre Tierra para Vivir Bien, en el marco de instrumentos de planificación integral y participativa y de gestión pública intercultural, en el nivel central del Estado y en las entidades territoriales autónomas.

Agendas prioritarias para un nivel global, regional y local, ecuménico e interreligioso

Los procesos de consulta están siendo construidos en espacios muy restringidos, en círculos cuyos integrantes tienen acceso a esta información o tienen acceso a la comunicación globalizada. El resto de la gente sigue con sus vidas, sin darse cuenta de que otros están decidiendo su futuro, quienes serán los ricos y quiénes los pobres del futuro. Cómo llegar a este otro mundo y hacer que quienes no tienen voz puedan hacerse escuchar y mostrar que hay otras maneras de hacer vida, en armonía con la



Madre Tierra. Es el reto que tenemos en este proceso. Realizamos varios intentos para que estas voces sean escuchadas. Y seguimos.

Las agendas ecuménicas e interreligiosas, así como de la sociedad civil en todos sus niveles, deberían llevar básicamente lo menos los siguientes lineamientos generadores:

- Transformación del modelo actual de crecimiento económico que nos permita ver el futuro con otros indicadores que midan cómo se vive bien en armonía con la naturaleza; cómo adoptamos un patrón de consumo que tenga como principio el respeto a la Madre Tierra y a sus bienes comunes.
- El respeto pleno de los derechos en general y en particular de los pueblos indígenas, en preparación de un modelo de desarrollo que respete a la Madre Tierra y a los seres vivos. La meta debería ser el vivir bien, en armonía con la naturaleza.
- Proteger los bienes comunes, garantizar la soberanía alimentaria, regular y transformar las Industrias Extractivas y Energéticas; evaluar nuevas tecnologías, recuperar y aplicar el conocimiento de los pueblos indígenas, el enfrentamiento al cambio climático como prioridad.
- Integrar fuertes mecanismos de rendición de cuentas basado sobre el respeto a los derechos humanos y los derechos de la Madre Tierra, promover estructuras participativas y transparentes de gobierno. Hacer la gobernanza económica mundial democrática, responsable y transparente. Adoptar enfoques holísticos para monitorear y evaluar el progreso.

Principios generales de la agenda:

- Respeto a la diversidad de modelos de desarrollo, visiones, enfoques, sin imposición de modelos o instrumentos únicos y privilegiados, ni sistemas de monitoreo y control que conduzcan a los estados a obligar a seguir un modelo determinado.
- Solidaridad entre seres humanos y la complementariedad con la naturaleza, concientizar sobre la Responsabilidad Colectiva en construir Equidad Social y Justicia Ambiental.
- Debe basarse sobre un enfoque de deberes y derechos, así como en la realización plena de la felicidad de la gente, de los pueblos y poblaciones, a través del cumplimiento de los derechos de los pueblos, de las personas, de las y los trabajadores, de los Estados y de la Madre Tierra, de manera integral, complementaria y solidaria.
- Acceso y disfrute de los bienes espirituales y materiales y de la realización efectiva, subjetiva, cultural, comunitaria de la felicidad, en armonía con la naturaleza y en comunidad con los seres humanos.



- Proveer recursos financieros nuevos y adicionales, estables y predecibles para apoyar la implementación de los planes y acciones de los países con modelos alternativos.

## **Bibliografía**

Estado Plurinacional de Bolivia, Ley marco de la Madre Tierra y Desarrollo Integral para Vivir Bien. Octubre 2012.

Ministerio de relaciones exteriores del estado Plurinacional de Bolivia, Rio+20, 5 de agosto del 2012.

Plataforma Boliviana Frente al Cambio Climático, Pronunciamiento ante el resultado final de Rio+20, junio 2012

Naciones Unidas, Una nueva alianza mundial: Erradicar la pobreza y transformar las economías a través del desarrollo sostenible. Carta de los copresidentes del grupo de alto nivel de personas eminentes sobre la agenda de desarrollo post-2015., 2013

UNITAS , Informe-Memoria Consulta Nacional sobre ODM y Agenda de Desarrollo Post 2015, Mayo 2013.

---

---

**María Teresa Hosse Sahonero**, nacida en Cochabamba Bolivia, es Licenciada en Economía y tiene una Maestría en Desarrollo Rural, ambas logradas en la Universidad Mayor de San Simón (UMSS). Desde 1985 integra el Centro de Comunicación y Desarrollo Andino (CENDA), del cual fue su directora hasta 2008. Desde 2009 es secretaria técnica de la Plataforma Boliviana Frente al Cambio Climático.

**La Plataforma Boliviana Frente al Cambio Climático** fue conformada el 18 de febrero de 2009 en Cochabamba, a iniciativa de las organizaciones campesinas indígenas, comunidades interculturales, organizaciones urbanas, en alianza con ONG nacionales e internacionales. Éstas asumieron el reto de conformar la Plataforma como un espacio de articulación y coordinación para unir esfuerzos en el país y llegar con información al área rural o urbana en relación a la problemática del cambio climático, todo ello para construir propuestas.

Las acciones de la Plataforma apuntan a incidir y acompañar en la formulación de políticas nacionales para promover acciones necesarias que enfrenten las causas y consecuencias del cambio climático, así como a participar e incidir en los espacios internacionales de negociación sobre cambio climático, en la búsqueda de justicia climática desde la visión de los sectores de la población más afectados y vulnerables, haciendo énfasis en que desde las comunidades indígenas campesinas existen propuestas que aportan a la construcción de un modo de vida en armonía con la Madre Tierra.

# THE MOTHER EARTH WE WANT POST 2015

María Teresa Hosse Sahonero

## BOLIVIAN CLIMATE CHANGE PLATFORM

Two years after Rio +20, we see that it is increasingly difficult for civil society to influence governments to fulfill the commitments put on paper. This could be expected by the clear gap between the debates and discussions that took place at the World Conference on Sustainable Development in the two separated spaces, the Governments and the peoples. Each area discussed and built documents as if they were two completely different worlds. In a way, they were: in one, those who manage and hold economic and political power without trying to change their paradigms; in the other, those who suffer the consequences of these actions.

However, in the official space some countries tried to influence and even managed to include a few words of “another world”. For example: the Bolivian delegation got that the existence of alternative models be acknowledged as well as the interest of respecting the rights of Mother Earth. Beyond these good intentions, the facts remain that the scaffolding to building sustainable development continues without assessing clear objectives and outcomes raised over 20 years ago. We insist on strengthening the current model, even though we are experiencing a major crisis of civilization of which the product is greater numbers of poor and most vulnerable people. This same caution was voiced by us as Bolivian Climate Change Platform in our statement issued just as the document “The Future We Want” was approved. Our text, called “The future we do not want”, expressed in some of its paragraphs:

*“We reiterate our rejection of the ‘green economy’ and the document ‘The Future We Want’, approved by all governments of the United Nations, which far from solving the global socio-environmental crisis we face, deepen the structural causes, through the strengthening of economic liberalization and commodification and financialization of nature made viable by the ‘green economy’. Furthermore, we reject the text giving green light to strengthen market mechanisms such as REDD +, which violate the rights of Indigenous Peoples and local communities.*

*That document does not take into account the warnings of science, which have demonstrated the urgency of a profound paradigm and consumption patterns shift, promoting economic growth as a basis for ‘development’ and ignores the actual treatment of the structural causes of crises, without raising the substantive changes necessary in the current economic system.*

*That document is a step backwards compared to what was achieved in the Earth Summit in Rio de Janeiro 1992 and other legal recognition of human rights, such as Indigenous Peoples and women, among others. In Bolivia, potentially means the violation of the rights enshrined in the State Constitution of 2009.*

*We denounce the inclusion of the concepts of ‘rights of nature’ legitimizing this text that deepens the neoliberal economic model, consumption patterns and the irrational ‘green economy’ as a new phase of capitalism and the free market.*



The Peoples' Summit (2012)

*We denounce that called 'progressive' ALBA governments have lost the opportunity to object to the negotiation process, becoming complicit in a dangerous dilution of the principles of the rights of Mother Earth to the proposal of the 'green economy' that will deepen the global crisis, increase inequalities and continue to promote the irrational consumption of natural resources, allowing private appropriation, all in the midst of a process in which civil society has not been properly consulted. World governments have ignored the proposals for a new paradigm of life (Living Well) proposed by the ancient cultures of the world that have survived until today in a real relationship of harmony with nature.*

*The Peoples around the world recognize that it is not possible that the same inhuman capitalist model, through its profit-based tools, have the answers to restore the imbalance with Mother Earth.*

The government of the Bolivian Plurinational State analyzed the problems of the document "The future we want" voicing the following comments:

"The approach on sustainable development continues what hinders progress towards a new paradigm of Living Well under the understanding of comprehensive development in harmony and balance with Mother Earth. Anthropocentrism remains as cornerstone of developing countries. No clear funding commitments and technology transfer; on the contrary, they have been systematically evaded. The role of private sector in financing for sustainable development is emphasized. The discussion and definition of mechanisms for technology and financing is assigned to an unclear process that is largely in the hands of the Secretary of the UN. However, it states that the UN General Assembly will make decisions about it, in consequence we have a great challenge for the next two years. The intention remains on green



“The Peoples around the world recognize that it is not possible that the same inhuman capitalist model, through its profit-based tools, have the answers to restore the imbalance with Mother Earth”.

and climate-change wording the agenda of Sustainable Development Goals (SDGs) without a comprehensive view to include the social and economic aspects. In other words, the intend is that the MDG will emphasize emission reduction responsibilities transferred to developing countries and do not address underlying social problems such as hunger, unemployment, health, education, etc.


Food sovereignty is not recognized as a central theme in the discussion of food security, nutrition and sustainable agriculture, which takes away the decision making power from the people and the States concerning food. We have seen major steps be taken to dismantle, privatize and nationalize international cooperation. In other words, cooperation is replaced with private investment, with domestic resources of developing countries and with South-South cooperation. No clear commitments to change consumption patterns, particularly that of the developed countries, who should take the lead in this regard.”

The final declaration of the Peoples Summit points to the culprits of the structural crisis we suffer, the multilateral financial institutions, the coalitions serving the financial system, as well as the G8/G20, besides the corporate hijacking of the UN and the irresponsibility for the future of humanity and the planet shown by most governments, which promoted the interests of corporations in the official conference.

The Peoples’ Summit calls for historical environmental debt that mostly affects oppressed peoples of the world, and that must be assumed by the highly industrialized countries, which, in the end, after all, were the ones who caused the multiple crises we live in today. He also denounces the “green economy” as one of the keywords of the current financial phase of capitalism that also uses old and new mechanisms such as the deepening of public-private indebtedness, excessive stimulation of consumption, ownership and concentration of new technologies, carbon markets and biodiversity, illegal ownership and foreign ownership of land and public-private partnerships, among others.

The Peoples’ Summit proposes, among the alternatives, that the defense of the commons passes through the guarantee of a series of human and nature rights, through solidarity and respect for the worldviews and beliefs of different peoples, for example the defense of the “Living Well” as a way to exist in harmony with nature, which presupposes a just transition, to be built with the workers and the peoples.





“The Peoples’ Summit calls for historical environmental debt that mostly affects oppressed peoples of the world, and that must be assumed by the highly industrialized countries, which, in the end, after all, were the ones who caused the multiple crises we live in today”.

In summary, the Peoples’ Summit denounces the real structural cause of the global crisis: the patriarchal capitalist system, which is racist and colonial, while advocating social and environmental justice in defense of the commons, against the commodification of life.

If we take into account the position of the Bolivian Climate Change Platform, the position of the people at the Peoples’ Summit in Rio and comments of the Bolivian government, we see that if we start with a thorough assessment of the challenges put forward in 92 and the results presented in Rio +20, we cannot rely solely on the achievement of the MDGs by 2015, because these objectives are measuring sustainable development within the capitalist model and try to build sustainable development objectives, as we continue within the same capitalist model and we are just trying to varnish it to make it look better and its effects seem less harmful, but in the end it is the same model.

However, we know that in this context as civil society we must continue to generate currents of opinion and to mobilize processes that can change this model from the daily practices so we can enforce rights at all levels: the human rights of Indigenous Peoples and Mother Earth.

That should be the role of civil society currently facing the challenges we have in the post 2015 process: influence our local, regional and international governments and spaces, to have a voice and to assert the right to decide our future. We must show that we can live differently from concrete experiences and execute step by step, but having clarity that what we want is to build a different world. Based on the above, although the document “The Future We Want” represents a deepening of the current development model, as civil society cannot remain only on the critical analysis: we must create opportunities for the construction of this alternative model.

The post 2015 process opens opportunities to generate advocacy actions to achieve greater involvement of civil society in decision-making spaces at all levels. We must prepare these processes in which the decisions are open to civil society: that we are not only consulted, but we can make decisions about our future, because we have the strength, the capacity to propose and fight for. With these tools we can change the path toward the future, saving our generations and the planet.

We will not have the capital and the power of transnational corporations, but without our participation they will not be able to continue with their program. We need to grasp the power dimension of organized ordinary people and the realization of the danger that runs our civilization. If we continue with this pace of indiscriminate exploitation of our resources, with the loss of community values and knowledge, we have no possible future.

In Bolivia we have two examples of building regulations with participation of organized civil society: first, the Constitution adopted in February 2009 and secondly the Mother Earth Framework Law, enacted on October 15, 2012. Both milestones try to mold this other model that comes from people's living their daily lives and their experience of confronting the capitalist development model and its impact on their lives, in their territories and in the globalized world. From the Mother Earth Framework Law we have rescued objectives that can contribute to the SDG design, from the perspective of an alternative model, based on the ancient knowledge of the peoples and the inexcusable care of nature.

The Mother Earth Framework Law establishes the Integral Objectives of Development consistently to guide planning, public intercultural governance and public investment in the coming years towards building a just, equitable and caring society, free of poverty. It claims:

- Learn to eat for “Living Well”.
- Promote sustainable consumption habits.
- Establish clean production processes and respect the ability of self-regeneration of Mother Earth.
- Retain components, zones and systems of life of Mother Earth, as part of an integrated and sustainable management.
- Prevent and reduce the risk and vulnerability conditions of the Bolivian people.
- Guide the investment and distribution of wealth and social justice.
- Provide equitable access to the components of Mother Earth.
- Democratizing access to the means and factors of production.
- Promoting decent employment sources in the context of overall development.
- Provide comprehensive access of the Bolivian people to education and health.

The Framework Law establishes concrete measures to ensure the balance between development rights and rights of Mother Earth.

- a) Establish legal protection and guarantee of the rights of Mother Earth and start to fix penalties for crimes against Mother Earth.
- b) Establish technical aspects of articulation between the rights achieved, such as: registration of the components of Mother Earth; indicative frameworks of regeneration capabilities of the components of Mother Earth; classifying of zones and life systems; and building of integrated development indicators.

- c) Development of goals and indicators of overall development in harmony and balance with Mother Earth to live well, within the framework of integrated tools and intercultural participatory planning and governance, at the central state level and in autonomous territorial entities.

### Priority agenda to global, regional, local, ecumenical and interfaith levels.

Consultation processes are being built in very restricted spaces, circles whose members have access to this information or have access to global communication. The rest of the people continue with their lives without realizing that others are deciding their future, who will be the rich and the poor of the future. How to get to this other world and to make that the voiceless can be heard and to show that there are other ways to make life in harmony with Mother Earth? That is the challenge we have in this process. We have made several attempts to make these voices heard. And we will continue.

Ecumenical and interfaith agendas as well as the civil society at all levels should take at least the following guidelines:

- Transformation of the current economic growth model allowing us to see the future with other indicators that measure how well we live in harmony with nature; how to adopt a pattern of consumption that has its principles based on the respect for Mother Earth and her commons.
- Full respect for human rights, in general and in particular, the rights of indigenous peoples, in preparation of a development model that respects Mother Earth and living beings. The goal should be to live well, in harmony with nature.
- Protect the commons, ensuring food sovereignty, regulate and transform the Extraction and Energy Industries; evaluate new technologies, retrieve and apply knowledge of Indigenous Peoples, tackling climate change as a priority.
- Integrate strong accountability mechanisms based on respect for human rights and the rights of Mother Earth, to promote participatory and transparent governance structures. Make global economic governance democratic, responsible and transparent. Adopt holistic approaches to monitor and evaluate progress..

### General principles of the Agenda:

- Respect the diversity of development models, visions, approaches, without imposing models or unique instruments and privileged, and monitoring and control systems leading to compel states to follow a certain pattern.
- Solidarity between humans and complementary with nature, awareness on Collective Responsibility in building Social Equity and Environmental Justice.
- It should be based on an approach of rights and duties, as well as the full realization of the happiness of the people, towns and villages, through the

fulfillment of the rights of the peoples, of the persons, of the workers, of states and of Mother Earth, holistically, complementary and supportive.

- Access and enjoyment of the spiritual and material goods and effective self- fulfillment, subjective, cultural, communal happiness in harmony with nature and in community with the human beings.
- Provide new and additional, predictable and stable financial resources to support the implementation of the plans and actions of countries with alternative models.

## **Bibliography**

Statement of the Plurinational State of Bolivia, Mother Earth Framework Law and Integral Development for Living Well. October 2012.

Ministry of Foreign Affairs of the Plurinational State of Bolivia, Rio +20, August 5, 2012.

Bolivian Platform on Climate Change, Statement to the outcome of Rio +20, June 2012

United Nations, New global partnership: Eradicate poverty and transform economies through sustainable development. Letter from the Co-Chairs of the High Level Group of Eminent Persons on the development agenda post-2015, 2013

UNITAS, National Consultation Report on MDGs and Development Agenda

Post 2015, May 2013.

---

**Maria Teresa Hosse Sahonero**, born in Cochabamba Bolivia, has a degree in Economics and a Masters in Rural Development, both achieved in the Universidad Mayor de San Simon (UMSS). Since 1985 a member of the Andean Center for Communication and Development (CENDA), she was its director until 2008. Since 2009 she is the technical secretary of the Bolivian Climate Change Platform Front.

**The Bolivian Climate Change Platform Front** was formed on February 18, 2009 in Cochabamba, on the initiative of indigenous peasant organizations, intercultural communities and urban organizations in partnership with national and international NGOs. They embraced the challenge to form the platform as a space for coordination of efforts to unite the country and to share information on climate change in rural and urban area.

The actions aim to influence the platform and assist in the formulation of national policies to address the causes and consequences of climate change and to participate and influence in international negotiation spaces on climate change towards climate justice from the perspective of the most affected and vulnerable population. The emphasis is that indigenous peasant communities have proposals that contribute to building a lifestyle in harmony with Mother Earth.

# ODM +ODS =PÓS2015



Sean Hawkey

A maior parte deste material é ilegível, mas é muito importante para ser ignorada. Se você não conhece os seus ODM de seus ODS, ou não sabe dizer a diferença entre a Rio+20 e Pós 2015, então leia isso. Vamos tentar colocar a maior parte em linguagem simples em poucas páginas.

Como você deve saber, a cooperação através da Organização das Nações Unidas é descrita usando abundância de jargões e acrônimos, produzindo uma linguagem que é ocasionalmente um tanto maçante e impenetrável. Aqui vamos tentar quebrar tudo em pedaços pequenos e fazer desta uma leitura emocionante. Primeiro, porém, algumas palavras sobre o quão importante realmente é o assunto:

1,4 bilhão de pessoas ainda vivem em extrema pobreza. A cada 4 segundos uma criança morre de causas evitáveis e mais de 900 milhões, particularmente mulheres e jovens, sofrem de fome crônica. Enquanto isso, nossa população deve crescer para 9,5 bilhões em 2050 e o sistema alimentar e o meio ambiente estão em ponto de colapso.

Em suma, temos de encontrar um caminho para o mundo se desenvolver que não termine por destruir-nos.


## **UM NOVO MILÊNIO: ESPERANÇAS PARA UM NOVO MUNDO**

Vamos começar a história no ano de 2000, na Cúpula do Milênio em, Nova York. Naquela época, esta foi a maior reunião de líderes mundiais já realizada, tendo sido relevante e animadora. Durante o encontro, todos os Estados membros da ONU (eram 189 à época) comprometeram-se a ajudar os países mais pobres a conseguirem uma vida melhor até o ano de 2015 - expressão de uma intenção unida para melhorar o mundo em que vivemos. Para alcançar esta visão esperançosa, objetivos específicos a serem alcançados até 2015 foram definidos e chamados de objetivos de Desenvolvimento do Milênio (cuja abreviação é ODM). Estas são as metas de esperança:

- Erradicar a pobreza extrema e a fome;
- Alcançar a educação primária universal;
- Promover a igualdade de gênero e a autonomia das mulheres;
- Reduzir as taxas de mortalidade infantil;
- Melhorar a saúde materna;
- Combater o HIV / AIDS, malária e outras doenças;
- Garantir a sustentabilidade ambiental;
- Desenvolver uma parceria global para o desenvolvimento.

Eles concordaram, talvez de forma um pouco otimista, que teriam todas essas metas cumpridas ao fim de 2015. Então, como fizemos?





“1,4 bilhão de pessoas ainda vivem em extrema pobreza. A cada 4 segundos uma criança morre de causas evitáveis e mais de 900 milhões, particularmente mulheres e jovens, sofrem de fome crônica”.

## 2010: a revisão decepcionante dos esforços globais

Em 2010, houve uma reunião para verificar como estávamos lidando com os objetivos (o encontro foi uma Reunião Plenária de Alto Nível da Assembleia Geral das Nações Unidas). O progresso não saiu como esperado e era irregular. Alguns países não estavam a caminho de alcançar qualquer um dos objetivos.

Assim, a reunião da Assembleia Geral da ONU de 2010 apelou a uma aceleração do progresso e adotou um plano para tentar fazer com que isso acontecesse.

Vale a pena mencionar aqui, sem entrar em muitos detalhes, que houve uma série de críticas a estas metas e ao processo para alcançá-las. Por que esses objetivos em particular foram apontados? Quais foram a análise e justificativa por trás deles? Se esses objetivos não foram formulados pelas pessoas a quem eles supostamente deveriam ajudar, quão legítimos devemos considerá-los? Eles são imposições de cima para baixo, sem apropriação local ou nacional? Como exatamente se pode medir o progresso das metas? Essa é uma questão complicada. E, enquanto a ajuda dos países desenvolvidos aumentou com a intenção declarada de ajudar os países em desenvolvimento para alcançar as metas, uma grande quantidade de ajuda - mais da metade - foi gasta em alívio da dívida, ajuda militar em operações de respostas a desastres, socorro e recuperação: tudo isso é a despesa que realmente não ajuda a alcançar as metas de desenvolvimento. É uma lata de minhocas, mas não vamos divagar.

## O que acontece depois de 2015?

O prazo fixado para os objetivos era 2015, mas, vendo que 2015 estava logo ali, e que os objetivos eram agora demasiado ambiciosos para serem alcançados em um curto espaço de tempo, houve uma percepção de que eles deveriam olhar para além de 2015.

Assim, enquanto os ODM ainda estão sendo trabalhados em todo o mundo, a ONU pôs em marcha várias vertentes de pensamento, de diálogo e planejamento, que são intencionalmente diversificadas, envolvendo um amplo espectro de públicos de interesse.

Muitas das pessoas e grupos que se sentiram em injusta desvantagem pelos objetivos originais, viram isso como uma oportunidade para ajudar a escrever novas e me-

lhores metas, mais inclusivas e que lidem com os seus problemas de desenvolvimento de forma mais efetiva.

Há um consenso crescente de que vários processos paralelos em desenvolvimento com diferentes atores e agendas devem convergir em uma única estrutura coerente. Este novo quadro é conhecido como a agenda pós-2015. Aqui destacamos alguns dos diferentes fluxos de trabalho:

### **Colocando a sustentabilidade no coração do pensamento sobre desenvolvimento**

A Conferência Rio +20 sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada em 2012, marcou o início de um processo de estabelecer metas de desenvolvimento sustentável. Este é um conceito-chave e um processo-chave.

Existe um amplo consenso de que esse processo de sustentabilidade deveria ser conectado a agenda de desenvolvimento pós-ODM, porque a mudança climática é uma ameaça tão grande que precisa figurar como parte essencial do pensamento sobre desenvolvimento. A Conferência Rio +20 instaurou um Grupo Aberto de Trabalho para preparar propostas sobre Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

### **O Grupo Aberto de Trabalho**

O Grupo Aberto de Trabalho (GAT) tem trinta assentos, e usa um sistema inovador de representação de seus membros - cada assento é compartilhado por um a quatro Estados membros. O GAT produzirá uma proposta sobre Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

### **A Equipe de Trabalho do Sistema da ONU**

A Equipe de Trabalho do Sistema ONU sobre a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015 foi criada pelo secretário-geral, Ban Ki Moon, e consiste em 60 agências da ONU, do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial.

### **O Painel de Alto Nível de Pessoas Eminentes**

O Painel de Alto Nível de Pessoas Eminentes, também criado pelo Secretário-Geral, é composto por 27 pessoas do setor privado, da sociedade civil e governos. Seu objetivo é também o de reunir pensadores sobre o desenvolvimento após o tempo de vida dos ODM, pós-2015. O Painel é co-presidido por Susilo Bambang Yudhoyono, presidente da Indonésia; Ellen Johnson Sirleaf, presidente da Libéria; e David Cameron, primeiro-ministro do Reino Unido. O painel de seleção inclui quatro mulheres latino-americanas proeminentes: Izabella Teixeira, ministra do Meio Ambiente do Brasil; Gisela Alonso, presidente da Agência do Meio Ambiente de Cuba; Maria An-

gela Holguin, ministra das Relações Exteriores da Colômbia; Patricia Espinosa, ministra das Relações Exteriores do México.

O Painel de Alto Nível produziu um relatório em maio 2013, chamado de “Uma Nova Parceria Global: erradicar a pobreza e transformar as economias através do desenvolvimento sustentável”, que traça um plano para eliminar a pobreza, em nível mundial, até 2030, fazendo isso por meio do desenvolvimento sustentável. O relatório apela para as metas de desenvolvimento pós-2015, pressionando em cinco eixos de transformação:

1. Não Deixar Ninguém para Trás. Depois de 2015, devemos sair da redução para o fim da pobreza extrema, em todas as suas formas, não deixando ninguém para trás.
2. Colocar o Desenvolvimento Sustentável no centro. Devemos agir agora para diminuir o ritmo alarmante de mudanças climáticas e degradação ambiental, que constituem ameaças sem precedentes para a humanidade.
3. Transformar as economias para o Emprego e o Crescimento Inclusivo. A transformação econômica profunda pode pôr fim a pobreza extrema e melhorar os meios de subsistência. Economias mais diversificadas, com oportunidades iguais para todos, podem nos dar consumo e produção sustentáveis.
4. Construir a paz e instituições eficazes, abertas e responsáveis para todos. Estar livre de conflitos e violência é o direito humano mais fundamental. Ao mesmo tempo, as pessoas de todo o mundo esperam que seus governos sejam honestos, responsáveis e sensíveis às suas necessidades. Estamos chamando a uma mudança fundamental - para reconhecer a paz e a boa governança como elementos essenciais do bem-estar.
5. Forjar uma Nova Parceria Global. Um novo espírito de solidariedade, cooperação e responsabilidade mútua deverá propiciar a agenda pós-2015. Esta nova parceria deve ser baseada em um entendimento comum de nossa humanidade compartilhada, no respeito e benefício mútuos. Deve ser centrada nas pessoas, incluindo aquelas afetadas pela pobreza e exclusão, mulheres, jovens, idosos, pessoas com deficiência e povos indígenas. Deve também incluir organizações da sociedade civil, instituições multilaterais, governos locais e nacionais, a comunidade científica e acadêmica, empresas e filantropia privada.

## **O interesse ecumênico em sustentabilidade e clima**

Houve participação ecumênica na maioria desses processos, particularmente no pensamento e negociações em torno da sustentabilidade e mudanças climáticas. O Conselho Mundial de Igrejas (CMI) e a Federação Luterana Mundial (FLM) enviaram representantes e delegações desde a primeira Conferência das Partes do Protocolo de Kyoto, também conhecido como as COPs ou negociações climáticas da ONU. As várias organizações que trabalham como uma coalizão ecumênica através da ACT Aliança também têm tomado parte e, nos últimos anos, com programas e delega-



Foto: Marcelo Shneider

Manifestação na cidade do Rio de Janeiro, durante a Cúpula dos Povos (2012)


ções substanciais. E muitos dos membros individuais do CMI, FLM, ACT Aliança executam suas próprias campanhas com seus próprios membros, de conscientização, envolvendo apoiadores em campanhas de educação e defesa de direitos. Houve também casos de coalizões e alianças construídas especificamente em torno da questão da mudança do clima ou da justiça climática. E algumas dessas campanhas vão além da abordagem secular da defesa de direitos para incorporar dimensões espirituais e reflexivas no trabalho, incluindo liturgia e oração. Uma dessas iniciativas notáveis tem sido o Jejum pelo Clima.

### **Jejum pelo Clima**

Quando o ciclone tropical Typhoon Haiyan acabara de devastar as Filipinas em novembro do ano passado, o comissário filipino para o clima, Yeb Sano, estava em negociações climáticas da ONU, em Varsóvia.

Sua própria família foi pega pelo desastre, que matou milhares de pessoas e destruiu meio milhão de casas e meios de subsistência em todo o país.

Em um discurso comovente, ele disse que não iria comer, em solidariedade às vítimas do ciclone, e até que países na conferência de Varsóvia tomassem atitudes para “parar a loucura” da crise climática.



“Houve também casos de coalizões e alianças construídas especificamente em torno da questão da mudança do clima ou da justiça climática. E algumas dessas campanhas vão além da abordagem secular da defesa de direitos para incorporar dimensões espirituais e reflexivas no trabalho, incluindo liturgia e oração. Uma dessas iniciativas notáveis tem sido o Jejum pelo Clima”.

Seu discurso foi viral e centenas de outros participantes da conferência e, em seguida, milhares ao redor do mundo, escolheram fazer o mesmo. O episódio ficou conhecido como o Jejum pelo Clima.

O jejum cresceu em um movimento global com a participação de grupos de jovens, grupos ambientalistas e grupos religiosos, todos exigindo medidas urgentes a respeito das mudanças climáticas por parte dos governos, ainda esse ano. O jejum é uma iniciativa em curso e um número crescente de pessoas está jejuando junto no primeiro dia de cada mês.

### **Mudança climática**

Há um reconhecimento crescente de que a mudança climática é provavelmente o maior problema que a humanidade enfrenta hoje, porque é a maior ameaça para nós. Atores tão diversos quanto a comunidade científica mundial e os militares dos EUA fizeram declarações de profunda preocupação e sobre a necessidade de ação. Em 2014, Lima sedia a 20ª Conferência das Partes do acordo de Quioto, que são as negociações anuais das Nações Unidas sobre o clima, que já ocorrem há vinte anos sem obter acordos globais para diminuir as emissões que estão mudando o clima e nos deixaram na situação em que chegamos, ou seja, de desastre em desastre em direção a uma catástrofe global.

A frequência e gravidade dos eventos climáticos extremos em todo o mundo estão aumentando e o clima está bastante instável. No ano passado, por exemplo, havia ondas de calor e secas severas na Austrália, Nova Zelândia, China, Argentina e EUA. Houve um vórtice polar na América do Norte, tornados e inundações extremas nos EUA, mais inundações na Inglaterra e na Rússia, nevascas na França, houve até mesmo neve no Oriente Médio. O mundo experimentou os meses de junho e novembro mais quentes já registrados e o julho mais seco.

A tempestade tropical Haruna atingiu Madagascar e Moçambique. O Cyclone Mahasen, Bangladesh. As enchentes atingiram o norte da Índia. O Tufão Soulik, a

China. O Cyclone Phailin deixou 1 milhão de pessoas desabrigadas na Índia, mas logo foi esquecido quando Typhoon Haiyan atingiu as Filipinas, com ventos de 310 km/h, sendo o tufão mais poderoso, segundo registros históricos, em provocar deslizamentos de terra.

Geleiras, icebergs e gelo marinho estão derretendo em taxas alarmantes, liberando grandes quantidades de dióxido de carbono e metano.

Migrações de aves e outros animais foram severamente perturbadas. Oceanos estão se aquecendo e tornando-se muito mais rapidamente acidificados do que o esperado. Irrigação pela chuva na agricultura está se tornando menos confiável e há previsões sobre o provável fracasso da agricultura em muitas regiões do mundo, se as tendências atuais continuarem. Alguns cientistas estimam que em apenas 20 anos, podemos estar diante de tais eventos extremos, em termos de produção agrícola e da doença, a ponto da população mundial chegar a ser reduzida em 80%.

Os cientistas concordam que à beira de um ponto de inflexão, a mudança climática não é mais linear em relação às emissões, e podemos chegar a um ponto onde a agricultura falhe, doenças tornem-se incontroláveis e os níveis do mar subam dramaticamente muito mais rápido do que tínhamos imaginado. E ainda podemos fazer algo sobre isso, se juntos tomarmos medidas decisivas e massivas.

As pessoas que realmente entendem de mudança climática, como os cientistas do clima que passam a vida a estudá-lo, têm incitado por décadas os políticos a tomarem medidas. Estamos chegando perto de um ponto em que, porque as pessoas podem realmente ver e experimentar o que está acontecendo, elas se dispõem mais a tomar medidas urgentes. Isto não é sobre ursos polares, ou ter invernos agradavelmente mais quentes. Não se trata de algo que pode acontecer no futuro. A mudança climática é real, está acontecendo agora, e isso é uma ameaça muito grave para a humanidade e a vida como conhecemos.

Mais informações sobre o Jejum pelo Clima estão disponíveis em [www.fastfortheclimate.org](http://www.fastfortheclimate.org).

---

---

**Sean Hawkey** é fotografo, videomaker, escritor e editor sobre assuntos de desenvolvimento internacional e humanitários, comércio justo e questões de justiça social. Hawkey viveu na América Central por dez anos, trabalhando com moradia de baixo custo e direitos territoriais indígenas. Nos últimos 15 anos trabalhou para organizações ecumênicas globais. Hoje atua como freelancer para organizações como ACT Aliança, Federação Luterana Mundial e redes de comércio justo.

---

---



**MDG  
+SDG  
=POST2015**

Sean Hawkey

Most of this stuff is unreadable, but it's too important to ignore. If you don't know your MDGs from your SDGs, or can't tell the difference between Rio+20 and Post 2015, then read this, we'll try to put most of it into plain language in a few pages.

As you may know, cooperation across the United Nations is described using plenty of jargon and acronyms, and produces language that's occasionally a little dull and impenetrable, but we'll try here to break it all down into bite-sized pieces and make this a thrilling read. First though, a few words on how important it really is:

1.4 billion people still live in extreme poverty. Every 4 seconds a child dies from preventable causes and over 900 million, particularly women and young people, suffer from chronic hunger. Meanwhile our population is set to rise to 9.5 billion by 2050 and the food system and environment is at breaking point.

In a nutshell, we have to find a way for the world to develop that doesn't end up destroying us.

## **A NEW MILLENNIUM, HOPES FOR A NEW WORLD**

Let's start the story in the year 2000 at the Millennium Summit in New York. At that time this was the biggest meeting of world leaders ever held, and it was exciting and purposeful. During the meeting all the member States of the UN (there were 189 at the time) committed to help the poorest countries achieve a better life by the year 2015, it was an expression of a united intention to improve the world we live in. To achieve this hopeful vision, specific goals were set, to be reached by 2015, and they were called the Millennium Development Goals, abbreviated to MDGs. These are those hopeful goals:

- To eradicate extreme poverty and hunger
- To achieve universal primary education
- To promote gender equality and empower women
- To reduce child mortality rates
- To improve maternal health
- To combat HIV/AIDS, malaria, and other diseases
- To ensure environmental sustainability
- To develop a global partnership for development.

They agreed, perhaps a bit optimistically, get all that done by the end of 2015. So, how have we done?



“1.4 billion people still live in extreme poverty. Every 4 seconds a child dies from preventable causes and over 900 million, particularly women and young people, suffer from chronic hunger”.

### 2010: disappointing review of global efforts

In 2010 there was a meeting to check how we were all getting along with the goals (the meeting was a High Level Plenary Meeting of the UN General Assembly or UNGA). Progress wasn't what they'd hoped for, it was uneven and some countries weren't on track to achieve any of the goals.

Foto: Marcelo Shmeider



Rehearsal for the inter-religious service, Religions for Rights Space

So, the 2010 UNGA meeting called for an acceleration of progress and they adopted a plan to try to make it happen.

It's worth mentioning here, without going into too much detail, that there has been a lot of criticism of these goals and the process to achieve them. Why were these particular goals singled out, what was the analysis and justification behind them? If these goals weren't formulated by the people they are supposedly to help, how legitimate should we consider them to be? Are they top-down impositions with no local or national ownership? How exactly can you measure progress on the goals? that's a complicated issue. And, while the aid from developed countries rose with the stated intention of helping developing countries to achieve the goals, a lot of the aid - more than half of it - was spent on debt relief and military aid and responses to disasters, relief and recovery operations: all of that is spending that doesn't really help achieve development goals. It's a can of worms, but let's not digress.

### What happens after 2015?

The deadline set for the goals was 2015, but, seeing that 2015 was just around the corner, and that the goals were now too ambitious to achieve in such a short space of time, there was a realisation that they should look beyond 2015.

So, while the MDGs are still being worked on all over the world, the UN set in motion several different strands of thinking, dialogue and planning, that are intentionally diverse, that engage a broad spectrum of stakeholders.

Many of the people and groups who felt hard-done-by by the original goals see this as an opportunity to help write new, better, more inclusive goals that deal with their development problems more effectively.

There is growing consensus that several parallel processes on development with different stakeholders and agendas should converge into a single coherent framework. This new framework is known as the post-2015 agenda. Here we outline some of the different streams of work:

### **Putting sustainability at the heart of development thinking**

The Rio+20 Conference on Sustainable Development, held in 2012, signalled the start of a process to develop a set of sustainable development goals. This is a key concept and key process.

There is broad agreement that this process on sustainability should be linked with the post-MDG development agenda because the climate change is such a huge threat that it needs to be a core part of development thinking. The Rio+20 conference set up an Open Working Group to prepare proposals on Sustainable Development Goals (SDGs)

## **The Open Working Group**

The Open Working Group has thirty seats, and uses an innovative constituency-based system of representation - each seat is shared by one to four member States. The OWG will produce a proposal on Sustainable Development Goals (SDGs).

## **The United Nations System Task Team**

The UN System Task Team on the Post-2015 UN Development Agenda was set up by UN Secretary General Ban Ki Moon and consists of 60 UN agencies and the International Monetary Fund (IMF) and the World Bank.

## **The High Level Panel of Eminent Persons**

The High Level Panel of Eminent Persons, also set up by the Secretary General, consists of 27 people from the private sector, civil society and governments, the purpose is also to bring together thinkers on development after the lifespan of the MDGs, post-2015 development. The Panel is co-chaired by Susilo Bambang Yudhoyono, President of Indonesia; Ellen Johnson Sirleaf, President of Liberia and David Cameron, Prime Minister of United Kingdom. The select panel includes four prominent Latin American women: Izabella Teixeira, Minister for the Environment of Brazil; Gisela Alonso, President of the Agency of Environment of Cuba; Maria Angela Holguin, Foreign Minister of Colombia; Patricia Espinosa, Foreign Minister of Mexico.

The High Level Panel produced a report in May 2013 called “A New Global Partnership: Eradicate Poverty and Transform Economies through Sustainable Development” which outlines a plan to eliminate poverty, worldwide, by 2030 and to do this through sustainable development. The report calls for post-2015 development goals to push for five transformative shifts:

1. **Leave No One Behind.** After 2015 we should move from reducing to ending extreme poverty, in all its forms, leaving no one behind.
2. **Put Sustainable Development at the Core.** We must act now to slow the alarming pace of climate change and environmental degradation, which pose unprecedented threats to humanity.
3. **Transform Economies for Jobs and Inclusive Growth.** A profound economic transformation can end extreme poverty and improve livelihoods. More diversified economies, with equal opportunities for all, can give us sustainable consumption and production patterns.
4. **Build Peace and Effective, Open and Accountable Institutions for All.** Freedom from conflict and violence is the most fundamental human entitlement. At the same time, people the world over expect their governments to be honest, accountable, and responsive to their needs. We are calling for a fundamental shift – to recognize peace and good governance as a core element of wellbeing.



Foto: Marcelo Shmeider


Public demonstration in the city of Rio de Janeiro during the Peoples' Summit

5. Forge a New Global Partnership. A new spirit of solidarity, cooperation, and mutual accountability must underpin the post-2015 agenda. This new partnership should be based on a common understanding of our shared humanity, based on mutual respect and mutual benefit. It should be centered around people, including those affected by poverty and exclusion, women, youth, the aged, disabled persons, and indigenous peoples. It should include civil society organizations, multilateral institutions, local and national governments, the scientific and academic community, businesses, and private philanthropy.

**Ecumenical interest on sustainability and climate.**

There has been ecumenical participation in most of these processes, particularly in the thinking and negotiations around sustainability and climate change. The World Council of Churches and the Lutheran World Federation have sent representatives and delegations since the first Conference of Parties to the Kyoto agreement,





“There have also been instances of coalitions and alliances building specifically around the issue of climate change or climate justice. And some of these campaigns go beyond the secular approach to advocacy to incorporate spiritual dimensions, reflective dimensions to the work, including liturgy and prayer. One remarkable initiative has been the Fast For The Climate”.

otherwise known as the COPs or UN climate talks. The many organisations working as an ecumenical coalition through the ACT Alliance have also been taking part, and in recent years with substantial programmes and delegations. And many of the individual members of WCC, LWF, ACT Alliance run their own campaigns with their own constituencies, of building awareness, engaging supporters in education and advocacy campaigns. There have also been instances of coalitions and alliances building specifically around the issue of climate change or climate justice. And some of these campaigns go beyond the secular approach to advocacy to incorporate spiritual dimensions, reflective dimensions to the work, including liturgy and prayer. One remarkable initiative has been the Fast For The Climate.

### **Fast For The Climate**

When Typhoon Haiyan had just devastated the Philippines in November last year, Filipino climate commissioner Yeb Saño was at the UN climate negotiations in Warsaw.

His own family was caught up in the disaster that killed thousands of people and destroyed half a million homes and livelihoods across the country.

In a moving speech he said that he would not eat, in solidarity with the victims of Haiyan, and until countries at the Warsaw conference delivered actions that would ‘stop the madness’ of the climate crisis.

His speech went viral and hundreds of others at the conference and then thousands around the world chose to fast with him and the fasting became known as the Fast For The Climate.

The Fast has grown into a global movement with participation of youth groups, environmental groups and faith-based groups, who all want urgent action on climate change by governments this year. The fasting is an ongoing initiative, and growing numbers of people are fasting together on the first of each month.

## Climate change

There is growing recognition that climate change is probably the greatest issue facing humanity today, because it is the greatest threat to humanity. Actors as diverse as the global scientific community and the US military have made statements of profound concern and on the need for action. This year Lima will host the 20th Conference of Parties to the Kyoto agreement, these are the annual United Nations negotiations on climate, that's twenty years of negotiating without getting binding global agreements to slow the emissions that are changing climate as we lurch from disaster to disaster towards a global catastrophe.

The frequency and severity of extreme weather events across the world is increasing and the weather is topsy-turvy. Last year, for example, there were severe heat waves and droughts in Australia, New Zealand, China, Argentina and the USA. There was a polar vortex in North America, tornados and extreme floods in the US, more floods in England and in Russia, blizzards in France, there was even snow in the Middle East. The world experienced the hottest June ever recorded and the driest July ever recorded and then the hottest November ever on record.

Tropical storm Haruna hit Madagascar and Mozambique. Cyclone Mahasen hit Bangladesh. Flash floods hit northern India. Typhoon Soulik hit China. Cyclone Phailin made a million people homeless in India but was soon forgotten when Typhoon Haiyan hit The Philippines, with winds of 310kmh, it was the most powerful typhoon to make landfall in recorded history.

Glaciers, icebergs and sea ice are melting at alarming rates, releasing vast amounts of carbon dioxide and methane.

Bird and animal migration has been severely disrupted. Oceans are warming and becoming acidified much faster than expected. Rain-fed agriculture is becoming less dependable, and there are predictions on the probable failure of agriculture in many areas of the world if current trends continue. Some scientists estimate that in as few as twenty years we may be looking at such extreme events, in terms of agricultural production and disease, that the world population may be reduced by 80%.

Scientists agree that we are on the verge of a tipping point, that climate change is no longer linear in relation to emissions, and we may arrive at a point where agriculture fails, diseases become uncontrollable and the sea levels rise dramatically much faster than we'd imagine. And we can still do something about it if together we take decisive and massive action.

People who really understand about climate change, such as the climate scientists who spend their lives studying it, have been urging politicians to take urgent action for decades. We are getting close to a point where, because people can actually see and experience what is happening, that they may be willing to take urgent action. This isn't about polar bears, or about having pleasantly warmer winters, and this isn't about something that might happen in the future. Climate change is real, it is happening now, and it is a very serious threat to humanity and life as we know it.

Frances Witt, climate change campaigner  
at Christian Aid, talks about the Fast For The Climate

“I think for me that the idea of fasting for the climate came about when I was lucky enough to be in Warsaw for the UN climate talks where I saw Yeb Saño’s very impassioned speech demanding urgent action on climate change.

I think it was in the immediate follow-up to Typhoon Haiyan in The Philippines where Yeb Saño’s family had been directly affected and many communities were completely wiped out by this extreme weather event.

And Yeb Saño, chief negotiator for The Philippines, had pledged not to eat for the entire period of the climate talks until serious action had been taken on climate. I felt at that time, very personally moved and wanted to join him in the fast.

At the climate talks I was able to participate in the fast for the climate and now I am very pleased to be part of the growing movement of fasters who are fasting on the first of every month, in solidarity with people who are affected by climate change and who are demanding action from governments to reduce climate change and the impact of climate change through mitigation and adaptation measures.

So, I’m really happy that there’s been an opportunity developing for a global movement where increasing number of people from around the world are joining together in the spirit of personal reflection and action, asking and demanding action on climate change.

So I think for me witnessing the impact of climate change across the globe and seeing the evidence of extreme weather events is something that makes me personally committed to demanding action on climate change. I think we see that it is the poorest and most vulnerable people in the world that are most affected by the impacts of climate change. People are affected by drought in places like sub-Saharan Africa, and in places like Bolivia they are witnessing a glacial melt.

All over the world people are having to adapt to the impacts of climate change and it is very real. For me, standing in solidarity with people who are affected by climate change is an important personal commitment.

I’m very glad that Christian Aid is participating in the fast for the climate and encouraging supporters and regional programmes and partners too. I think as well as being an opportunity to demand action, the fast is also an opportunity for personal reflection, about being part of a global movement of people who are saying that enough is enough, we want to see action by government to reduce the effects of dangerous climate change.”

More information on the Fast For The Climate is available at [www.fastfortheclimate.org](http://www.fastfortheclimate.org) or you can search for #fastfortheclimate on Twitter.

---

---

**Sean Hawkey** is photographer, videographer, writer and editor on issues of humanitarian and international development, fair trade and social justice issues. Hawkey lived in Central America for ten years, working on low-cost housing and indigenous territorial rights. Over the past 15 years he has worked for global ecumenical organizations. Today it operates as a freelancer for organizations like ACT Alliance, Lutheran World Federation and fair trade networks.

---

---

# EM LUTA CONTRA A MERCANTILIZAÇÃO DA VIDA



Tica Moreno

O desafio de construir um espaço capaz de expressar as vozes dos povos em luta por justiça social e ambiental, e de rearticular processos de resistência à mercantilização da vida e em defesa dos bens comuns orientou a atuação de um conjunto de atores e movimentos sociais na Cúpula dos Povos. Os dias da Cúpula dos Povos foram precedidos por atividades de articulação, formação política e mobilização realizadas em várias partes do Brasil e do mundo. Este processo amplo e diverso possibilitou que, no Rio de Janeiro, a força da denúncia das verdadeiras causas da crise climática, da crítica às falsas soluções da economia verde e da defesa dos modos de vida tradicionais e alternativas construídas pelos povos das cidades, do campo e das florestas, fizesse o contraponto às negociações da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20.

Este texto recupera avaliações e perspectivas construídas pela Marcha Mundial das Mulheres neste processo, em diálogo com movimentos e articulações.

## **A LÓGICA DO MERCADO**

Nos 20 anos que se passaram entre a chamada Eco 92 e a Rio+20, a resistência à expansão do controle do mercado sobre todas as dimensões da vida se tornou um componente fundamental na luta por uma sociedade justa e igualitária.

Desde um pouco antes da realização da Eco-92, a economia capitalista mundial passou a ser guiada pelos princípios do neoliberalismo. Com uma ideologia de que não havia alternativa para esta orientação, as políticas neoliberais reorganizaram reprodução e produção da vida pela lógica do mercado. O neoliberalismo representou um realinhamento da relação entre capital e trabalho. Por um lado, medidas macroeconômicas de combate à inflação tinham caráter recessivo, levando ao aumento do desemprego e da precarização do trabalho, que se somou à repressão à atividade sindical. De outro lado, as políticas sociais de garantias de direitos básicos para a população eram cada vez mais reduzidas e restritas, devido aos cortes de investimentos.

Ao combater o neoliberalismo e seus instrumentos, como o livre comércio, os movimentos sociais colocaram na agenda política a denúncia ao que se passava nos territórios: um modelo de agricultura baseado no latifúndio monocultor e no mercado financeiro; a combinação entre a divisão social, sexual e internacional que cria ondas de migração de mulheres de países pobres para fazer o trabalho doméstico nos países ricos ao mesmo tempo em que superexplora o trabalho das mulheres na produção nos países pobres; o controle por parte de empresas de processos vitais, a partir de recrudescimento de legislações de propriedade intelectual, entre outras.

Ao mesmo tempo em que estes aspectos da economia eram negociados em nível internacional, em processos antidemocráticos como os da OMC, havia outros processos que buscavam dar um rosto humano para o capitalismo neoliberal. O ciclo de conferências sociais, como a das Mulheres, em 1995, resultou em uma série de tratados, protocolos e plataformas que enunciavam princípios gerais de igualdade, mas que não colocavam como objetivo uma transformação estrutural, capaz de alterar



as bases da desigualdade. Enquanto a Conferência das Mulheres resultou em uma plataforma que declarava o compromisso com a garantia dos direitos das mulheres, os Estados eram governados com orientação geral pelas políticas neoliberais. Assim, o mercado reorganizou a vida das mulheres, resultando inclusive em retrocessos. Enquanto a Plataforma de Ação do relatório da Conferência de Pequim enunciava a necessidade de rever a legislação punitiva do aborto, por exemplo, em muitos países, a ofensiva machista e conservadora crescia, penalizando ainda mais as mulheres. Enquanto se falava em igualdade de oportunidades no trabalho, se expandia uma inserção precarizada da força de trabalho feminina, como na agroexportação ou nas *maquilas* da América Central.

## A INSTITUCIONALIDADE DAS FALSAS SOLUÇÕES

Na Eco-92, a consciência sobre a importância de preservar e proteger a natureza aumentou em todo o mundo. Mas os governos daquele momento, hegemonzados pelo pensamento neoliberal, utilizaram a questão da sustentabilidade para legitimar a continuidade de uma economia baseada no livre mercado e no poder das grandes transnacionais, que aumentaram seu poder sobre os Estados nacionais.

Isso significou que os acordos da Eco-92 continham mecanismos de flexibilização que abriram a possibilidade de se constituir um mercado também nas questões ambientais. A conferência definiu vários processos institucionais para as negociações climáticas, como a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima, tratado que aponta a necessidade de estabilizar a concentração de gases do efeito estufa, embora sem fixar limites para cada país. Como parte do tratado, os países concordaram em realizar encontros anuais, as Conferências das Partes (COP), que acontecem desde 1995. Porém as COP vêm falhando em obter acordos efetivos.

Em 1997, a conferência propôs o Protocolo de Kyoto, que estabeleceu metas de redução da emissão de gases do efeito estufa. O documento se articula a partir do princípio das responsabilidades comuns, mas diferenciadas, reconhecendo que os países industrializados são os principais responsáveis pelo aquecimento global e as metas poderiam comprometer o crescimento dos países em desenvolvimento. O acordo nunca foi ratificado pelos Estados Unidos, principal emissor. O Protocolo de Kyoto também incorporou o conceito de mecanismos de flexibilização e compensação para que os países atingissem suas metas. Dessa forma, os países desenvolvidos podem comprar o “direito de poluir” de países pobres, através dos mercados de carbono. Com isso, na prática, não há redução nas emissões, mas sim uma lógica compensatória. Além do ar, essa visão de precificar os recursos naturais se expandiu para a água, as florestas, o material genético e as culturas tradicionais.

As COP15, realizada em 2009 em Copenhague, e COP16, no ano seguinte em Cancun, aprofundaram a lógica da mercantilização, aumentando a pressão sobre países do Sul e colocando o mercado como solução para a crise ambiental. É o caso do programa de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD+). São

mecanismos de incorporação das “externalidades” ambientais no mercado financeiro. Isso se baseia na ideia de que a crise climática existe porque o custo do impacto causado pelas atividades econômicas não é contabilizado nos preços dos produtos. A solução, segundo essa visão, seria mercantilizar a natureza. No entanto, esses foram os únicos acordos obtidos nas últimas conferências. Até as metas de redução, mesmo sendo consideradas insuficientes por cientistas, passam a ter caráter apenas voluntário, sem vinculação legal.


## **A CRÍTICA À ECONOMIA VERDE**

Considerando este histórico e as movimentações do capital para se recuperar da crise financeira, a economia verde, proposta central da Rio+20, foi recebida pelos movimentos sociais com um forte rechaço. A avaliação foi de que se tratava da institucionalização e agravamento deste processo que já vem se dando a partir da mercantilização e da financeirização da natureza, sob o discurso de sustentabilidade. A economia verde foi considerada pelos movimentos como um capitalismo esverdeado, ou uma maquiagem verde para o capitalismo.

Com a crise ambiental e financeira, os grandes bancos e corporações viram a oportunidade de integrar a natureza ao mercado. Ao invés de regras para limitar os danos à natureza, a economia verde segue a lógica da compensação e da mercantilização, em uma visão capitalista de que só tem valor o que pode ser comprado e vendido no mercado.

É uma forma de colocar a natureza no circuito empresarial, que sob a ideia enganosa de responsabilidade social e ambiental, busca mais legitimidade para seguir destruindo o planeta e as relações humanas. Através de uma proposta chamada TEEB (A Economia dos Ecossistemas e da Biodiversidade), são apresentadas fórmulas para colocar preço na água, na paisagem, na biodiversidade. Colocar preço na natureza é permitir sua venda e privatização, em um processo que tira o direito dos povos sobre os territórios.

No capitalismo, a natureza é utilizada como um recurso inesgotável a serviço do lucro de empresas, ou como uma mercadoria cada vez mais cara à medida que se esgota. A experiência das mulheres de invisibilidade e desvalorização de seu trabalho de cuidados é muito similar à invisibilidade e desvalorização da natureza. O tempo e a energia das mulheres em cuidar das pessoas, preparar a comida, os cuidados e a disponibilidade para a escuta não são visíveis e são considerados elásticos. As mulheres são as primeiras a se levantar e as últimas a dormir na maioria das famílias. O tempo e a energia dos processos de regeneração da natureza são ocultados e tratados como impedimentos a serem superados para que a máquina do consumo funcione a todo vapor. As mulheres seguem sendo pressionadas para ajustar lógicas e tempos opostos – o da vida e o do lucro – assumindo as tensões geradas. Seu trabalho é instrumentalizado para amenizar ou ocultar as injustiças promovidas por instituições multilaterais, governos e empresas.



“A experiência das mulheres de invisibilidade e desvalorização de seu trabalho de cuidados é muito similar à invisibilidade e desvalorização da natureza. O tempo e a energia das mulheres em cuidar das pessoas, preparar a comida, os cuidados e a disponibilidade para a escuta não são visíveis e são considerados elásticos”.

A economia verde mantém a exploração do trabalho das mulheres como um recurso inesgotável, justamente porque não considera as atividades das mulheres no cuidado das pessoas e da natureza como trabalho. Associa este cuidado ao papel de mães, como se este fosse o destino de todas as mulheres. O documento oficial da Rio+20 contém uma afirmação de que as mulheres desempenham um papel fundamental para o desenvolvimento sustentável. Mas isso tem como consequência a utilização do trabalho das mulheres na implementação das políticas da economia verde. Isso não é um avanço, e sim a refuncionalização do papel das mulheres nas famílias, como se fossem as responsáveis exclusivas pelo cuidado. São falsas soluções para o planeta, e falsas soluções para o machismo, porque mantêm as mulheres em uma relação de desigualdade e com a sobrecarga de trabalho com a sustentabilidade da vida.

Quanto mais a sociedade é regida pelos interesses do mercado, mais as mulheres são transformadas em mercadorias. Um exemplo disso é a situação da Costa Rica, que é recomendada como exemplo a ser seguido pelos negócios verdes. Lá, diversas florestas foram convertidas em áreas de preservação e o deslocamento das comunidades empurrou as mulheres para a prostituição e o turismo sexual, que agregam valor ao turismo ecológico. Da mesma forma, vemos no território brasileiro um grande aumento da prostituição nos territórios de mineração, da construção de usinas hidrelétricas ou nas obras da Copa do Mundo. Em uma lógica desenvolvimentista que reduz o desenvolvimento ao crescimento ilimitado, o corpo das mulheres amortece os impactos da superexploração do trabalho e da destruição do território.

## **A CONSTRUÇÃO DE UM PROCESSO DE CONVERGÊNCIAS E SEUS DESAFIOS**

A Cúpula dos Povos trouxe um novo fôlego para os processos de articulação dos movimentos sociais, tanto em nível nacional como internacional. Foram construídos consensos na avaliação dos problemas e das causas estruturais da crise, no horizonte que buscamos alcançar e na nossa mobilização, a partir de formas de luta que compartilhamos.

A Cúpula foi um ponto de encontro e reencontro entre organizações, movimentos sociais e povos em resistência. Desde o posicionamento crítico a mercantilização da vida, passando pela construção de uma metodologia de convergências e de um caráter de mobilização popular no espaço do Aterro do Flamengo e na cidade do Rio de Janeiro, reconhecemos na Coalizão Ecumênica para a Cúpula dos Povos um conjunto de organizações aliadas. Como movimento feminista, que nos últimos anos tem enfrentado uma forte ofensiva conservadora, foi importante reconhecer nesta coalizão ecumênica aliados na defesa de uma justiça social que inclua as mulheres e garanta os seus direitos. A afirmação desta visão se expressou tanto no processo preparatório da Cúpula, mas também em sua realização, nos debates nas plenárias de convergência e nas místicas que conseguiram reunir distintos atores, entre eles indígenas e as mulheres, simbolizando a defesa dos nossos modos de vida e dos territórios, dos direitos, justiça e igualdade.


Na busca de convergências de análises e propostas, um desafio para o próximo período é aprofundar o debate sobre as alternativas em um cenário de transição rumo ao futuro que queremos. Isso depende de um intenso processo popular de acordos e sínteses. Esse debate ainda tem muito que trilhar: houve um sentimento geral entre os e as participantes que outros momentos de convergência são necessários – não apenas em grandes eventos, como a Cúpula dos Povos – para seguir este processo.

Na luta contra o agronegócio e na defesa da agroecologia há bastante acúmulo, a partir de experiências concretas e de estudos. É preciso articular este acúmulo com a discussão sobre uma forma diferente de viver na cidade. Pensar em como reorganizar o espaço urbano, encontrando soluções que reduzam o circuito de produção e consumo, melhorem o transporte público, tenham maior eficiência energética. Isso



Mulheres em marcha na Cúpula dos Povos (2012)

Foto: Marcelo Shneider



“Desde o posicionamento crítico a mercantilização da vida, passando pela construção de uma metodologia de convergências e de um caráter de mobilização popular no espaço do Aterro do Flamengo e na cidade do Rio de Janeiro, reconhecemos na Coalizão Ecumênica para a Cúpula dos Povos um conjunto de organizações aliadas”.

vai desde a construção de casas que recebam iluminação e ventilação naturais, dispensando ou diminuindo a necessidade de insumos externos, que são uma forma de o capitalismo manter uma demanda permanente por mercadorias.

Outro modelo de desenvolvimento precisa incorporar a construção da igualdade entre homens e mulheres como objetivo. A reorganização do trabalho doméstico é central nesse desafio. O processo de transição não pode significar o aumento do tempo de trabalho das mulheres. Ou seja, é preciso sair da lógica de pensar a natureza como recurso inesgotável, mas sem pensar no trabalho das mulheres como uma variável de ajuste ao mudar a relação com a natureza. Muitas das propostas de substituição de produtos e práticas com o objetivo de gerar menos impactos ao ambiente não consideram isso.

Outro ponto em que o diálogo entre diversos setores pode trazer proveitos – e a Cúpula dos Povos foi uma demonstração disso – é em relação como lidar com a atual organização do trabalho assalariado urbano. Quando há alguma ameaça ao nível de emprego, a resposta dos governos vem sendo o incentivo a setores da economia, como a indústria automobilística, que é considerada dinâmica e capaz de gerar efeito em outras áreas. Porém, toda a cadeia do automóvel, da siderurgia, produção de combustíveis e uso do transporte individual, gera profundos impactos sociais e ambientais. Esse é um tema que costuma gerar tensão entre trabalhadores e sindicatos de um lado e movimentos ambientalistas e indígenas de outro. Ainda assim, os movimentos conseguiram encontrar pontos de contato para dar sequência ao debate.

Não existem soluções prontas para a sociedade que queremos construir, mas a reorganização dos recursos públicos e da economia para um modelo que não seja organizado pelo mercado tem de ser fruto de um grande debate político com participação popular.

A partir do feminismo, nas mobilizações e debates, foi possível expressar que para transformar este sistema é necessário considerar a sustentabilidade da vida como um objetivo comum da sociedade, da economia e da política. A superação da atual divisão sexual do trabalho, buscando um equilíbrio entre a reprodução e



a produção foi uma das propostas da economia feminista que dialogaram com os movimentos e organizações da Cúpula.

A Cúpula dos Povos teve sucesso em comprovar que a ideia da economia verde era mais uma proposta dos mesmos atores responsáveis pela crise que vivemos. As soluções dos povos não podem depender ou se basear nas propostas apresentadas e financiadas por grandes empresas transnacionais. Por isso, entre os acúmulos positivos da Cúpula dos Povos está a denúncia da captura corporativa das Nações Unidas, ou seja, da influência que as empresas têm sobre as negociações. As empresas transnacionais e instituições financeiras atuaram para ter peso em todas as propostas da economia verde. Corporações da área do petróleo influenciam no debate sobre energias limpas, gigantes do agronegócio, como a Monsanto, participam da elaboração de propostas sobre política alimentar e Coca-Cola e Nestlé imprimem seus interesses nas discussões sobre a política para água.

A construção de convergências entre os movimentos sociais e a mobilização popular, vinculada às lutas em defesa dos territórios, demonstraram um caminho a seguir. As soluções dos povos afirmam a defesa intransigente dos bens comuns, a garantia dos direitos de todas e todos a uma vida digna, e a justiça e a igualdade como princípios organizadores da sociedade que buscamos construir.

---

**Tica Moreno** integra a equipe da SOF (Sempreviva Organização Feminista), em São Paulo. É militante feminista e integra a coordenação nacional da Marcha Mundial das Mulheres. Socióloga, é mestre em Ciências Humanas e Sociais pela UFABC. É autora e organizadora de publicações sobre feminismo, como "Perspectivas feministas para a igualdade e autonomia das mulheres" e "Mulheres em luta contra a mercantilização da vida".

A **SOF** Sempreviva Organização Feminista é uma organização não governamental com sede em São Paulo que faz parte do movimento de mulheres no Brasil e em âmbito internacional.

Uma das contribuições centrais da SOF está no campo da formação, coordenando atividades educativas com um público diverso como mulheres rurais e urbanas, negras, indígenas e jovens, lideranças e ativistas de base, técnicas e técnicos de ONG's e órgãos públicos.

A SOF expressa sua razão de ser no tripé Movimento Social, Transformação e Feminismo. Isso sintetiza uma trajetória que combina atuação de assessoria a organizações de mulheres e organizações mistas, a movimentos sociais e a órgãos de governo; trabalho com formação para fortalecimento de grupos e dirigentes sociais e a participação nos movimentos sociais a partir do feminismo. Para a SOF é fundamental fortalecer e ampliar o número de mulheres lideranças com capacidade de serem multiplicadoras de processos formativos em âmbito local.



# THE FIGHT AGAINST THE COMMODIFICATION OF LIFE

Tica Moreno

The challenge of building a space capable of expressing the voices of the peoples fighting for social and environmental justice, and reconnect processes of resistance to the commodification of life and defense of the commons guided the work of a group of actors and social movements at the Peoples' Summit. The days of the Peoples' Summit was preceded by joint activities, political education and mobilization activities in various parts of Brazil and the world. This broad and diverse process enabled that in Rio de Janeiro, the strength of the denunciation of the true causes of the climate crisis, the critique of the false solutions of the green economy and the defense of traditional lifestyles and alternatives built by the people of the cities, of the rural areas and of the forests, made the counterargument to the UN Conference on Sustainable Development Rio +20 negotiations.

This paper reviews the perspectives built by the World March of Women in this process, in dialogue with movements and joints efforts.

## THE LOGIC OF THE MARKET

Twenty years have passed between the call to Eco 92 and Rio +20. Resistance to the expansion of market control over all aspects of life has become a key component in the fight for a just and egalitarian society.

Just before Eco -92 was held, the world capitalist economy has been guided by the principles of neoliberalism. With an ideology that an alternative to this approach did not exist, neoliberal policies reorganized production and reproduction of life by the logic of the market. Neoliberalism represents a realignment of the relationship between capital and labor. On the one hand, macroeconomic measures to combat inflation had recessive effect, leading to increased unemployment and hazardousness of work, which added to the repression of trade union activity. On the other hand, social policy that guaranteed basic rights for the population were increasingly reduced and restricted, due to cuts in investment.

In fighting neoliberalism and its instruments, such as free trade, social movements put on the political agenda the denunciation of what was happening in their territories: a model of agriculture based on large landed monoculture estate and financial markets; the combination of social, sexual and international factors that creates waves of migration of women from poor countries to do the housework in rich ones, while the over exploitation of women's labor in the production in poor countries is kept; the control of vital process by business, the recrudescence of intellectual property laws, among others.

While these aspects of the economy were traded internationally in undemocratic processes such as the WTO, there were other processes that sought to give a human face to neoliberal capitalism. The cycle of social conferences such as Women, in 1995, resulted in a series of treaties, protocols and platforms which enunciate general principles of equality, but that does not put as objective a structural transformation, able to change the basis of inequality. While the Women's Conference resulted in a platform

that declared its commitment to guarantee the rights of women, the states were ruled on general guidance by neoliberal policies. Thus, the market has reorganized the lives of women, also resulting in setbacks. While the Platform for Action of the Beijing Conference report set out the need to review the punitive abortion laws, for example, in many countries, the macho and conservative offensive grew, further penalizing women. While speaking on equal opportunities at work, a precarious insertion of female labor force expanded, as in the agro-export or *maquiladoras* of Central America.

## THE INSTITUTIONAL STRUCTURE OF THE FALSE SOLUTIONS

Due to Eco-92, the awareness about the importance of preserving and protecting nature has increased worldwide. But the governments at that time, under a homogeneous neoliberal thinking, used the issue of sustainability to legitimize the continuation of an economy based on free markets and the power of large transnational companies that increased their power over the national state economy.

This meant that the agreements of Eco-92 contained flexibility mechanisms that opened the possibility of setting up a market also on environmental issues. The conference set various institutional processes for climate negotiations, such as the Framework UN Convention on Climate Change, treaty that points to the need to stabilize the concentration of greenhouse gases, although without setting limits for each country. As part of the treaty, countries agreed to hold annual meetings, the Conference of the Parties (COP), which have been held since 1995. The COPs are failing on obtaining effective agreements.

In 1997, the conference proposed the Kyoto Protocol, which set targets for reducing greenhouse gases' emissions. The document is articulated from the principle of common but differentiated responsibilities, recognizing that industrialized countries are primarily responsible for global warming and the goals could undermine the growth of developing countries. The agreement was never ratified by the United States, leading emitter. The Kyoto Protocol also incorporated the concept of flexibility mechanisms and compensation for countries that achieved their goals. Thus, developed countries can buy the "right to pollute" from poor countries through carbon markets. In practice, there is no reduction in emissions, but a compensatory logic. Besides, this view of pricing natural resources expanded to water, forests, genetic material and traditional cultures.

The COP15, held in 2009 in Copenhagen and COP16 in Cancun the following year, deepened the logic of commodification, increasing pressure on countries of the South and putting the market as a solution to the environmental crisis. This is the case for Reducing Emissions from Deforestation and Degradation (REDD +) program. Those are mechanisms of incorporation of "externalities" in the financial market environment. This is based on the idea that the climate crisis exists because the cost of the impact of economic activities is not accounted for in product prices. The solution, according to this view, would be to commodify nature. However, these were the

only agreements made in recent conferences. Even the reduction goal, despite being considered insufficient by scientists, now has only voluntary, not legal binding.

## CRITICISM OF THE GREEN ECONOMY

Considering this history and movements of capital to recover from the financial crisis, the green economy, central proposal at Rio +20, was received by the social movements with a strong rejection. The assessment was that there is an institutionalization and aggravation of this process that was already in place from the use of commodification and financialization of nature approaches in the discourse of sustainability. The green economy is considered by movements as a green capitalism or green wash to capitalism.

With environmental and financial crisis, the big banks and corporations saw an opportunity to integrate the nature into the market. Instead of rules to limit the damage to nature, the green economy follows the logic of compensation and commodification in a capitalist view that only has value which can be bought and sold on the market.

It is a way to put nature in the business circuit, under the misleading idea of social and environmental responsibility, seeking greater legitimacy to continue destroying the planet and human relations. Through a proposal called TEEB (The Economics of Ecosystems and Biodiversity), formulas to put a price on water, landscape, biodiversity is presented. Put a price on nature is to allow its sale and privatization in a process that takes away people's rights over the territories.

In capitalism, nature is used as an inexhaustible resource in the service of profit companies, or as an increasingly expensive commodity as it is depleted. Women's experience of invisibility and devaluation of their care work is very similar to invisibility and devaluation of nature. The time and energy of women in caring for people, preparing food, care and willingness to listen are not visible and are considered elastic. Women are the first to rise up in the morning and the last to go to sleep at night in most families. The time and energy of the regeneration processes of nature are hidden and treated as obstacles to be overcome in order for the machine to operate at full throttle consumption. Women continue to be pressured to adjust logics and time opposed to one another - the one of life and the one of profit - assuming the tensions it generates. Women's work is instrumentally used to minimize or hide the injustices promoted by multilateral institutions, governments and businesses.

The green economy holds the exploitation of women's work as an inexhaustible resource, precisely because it does not consider the activities of women on care of people and nature as work. This care is associated to the role of mothers, as if this was the fate of all women. The official document of Rio +20 contains a statement that women play a key role for sustainable development. But this has resulted in the use of female labor in the implementation of green economy policies. This is not a breakthrough, but the use of the role of women in families as instrument, as if they were the exclusive caregivers. Those are false solutions for the planet, and false solutions to sexism, because they keep women in a relationship of inequality and work overload for the sustainability of life.

The more society is governed by the interests of the market more women are transformed into commodities. An example is the situation of Costa Rica, which is



“Women’s experience of invisibility and devaluation of their care work is very similar to invisibility and devaluation of nature. The time and energy of women in caring for people, preparing food, care and willingness to listen are not visible and are considered elastic”.

recommended as an example to be followed by green businesses. There, many forests were converted into conservation areas and the displacement of communities pushed women into prostitution and sex tourism, which adds value to ecotourism. Likewise, we see in the Brazilian territory a large increase in prostitution in mining areas, in construction of hydroelectric power plants, in the constructions for the World Cup. In a developmental logic that reduces the development to unlimited growth, women bodies take the impact of the exploitation of labor and the destruction of the territory.

## **THE CONSTRUCTION OF A PROCESS OF CONVERGENCE AND ITS CHALLENGES**

The Peoples’ Summit brought a new breath to the processes of articulation of social movements both nationally and internationally. Consensus was built in evaluating problems and structural causes of the crisis, on the horizon of what we seek to achieve in our mobilization always from the forms of struggle we share.

The Summit was a meeting point and reunion between organizations, social movements and peoples in resistance. From the critical positioning of the commodification of life through the development of a methodology for convergence and a character of popular mobilization in “Aterro do Flamengo”, city of Rio de Janeiro, we recognized the Ecumenical Coalition for the Peoples’ Summit as set of allied organizations. As a feminist movement that has faced in recent years a strong conservative offensive was important to recognize this Ecumenical Coalition allies in the defense of social justice that includes women and uphold their rights. The statement of this view was expressed both in the preparatory process for the Summit, but also in its implementation, in the debates in the convergence plenary and the mystics who succeeded in bringing together various stakeholders, including indigenous and women, symbolizing the defense of our way of life and territories, rights, justice and equality.

In the search for convergent analysis and proposals, a challenge for the next period is to deepen the debate on alternatives in a scenario of transition to the future that

we want. That depends on a process of intense popular agreements and synthesis. This debate still has a long way to go: there was a general feeling among participants that other moments of convergence are needed - not just in major events such as the Peoples' Summit - to follow this process.

In the fight against agribusiness and defense agro ecology there is enough knowledge from concrete experiences and studies. We need to articulate this knowledge to the discussion on a different way of living in the city. Think about how to reorganize urban space, finding solutions to reduce the circuit of production and consumption, public transportation improvement, have increased energy efficiency. This range from building homes that receive natural lighting and ventilation, eliminating or reducing the need for external inputs, which are a form of capitalism to maintain a constant demand for commodities.

Another development model needs to incorporate the construction of equality between men and women as objective. The reorganization of domestic work is central to the challenge. The transition process can not mean increased working time for women. Therefore, it is necessary to move away from the logic of thinking about nature as an inexhaustible resource, but without thinking that women's work is an adjustment variable when the change in relationship with nature comes about. Many of the proposed replacement products and practices with the goal of generating fewer impacts to the environment do not consider it.


Another point in which the dialogue between different sectors can bring benefit - and the Peoples' Summit was a demonstration of that - is in relation to dealing with the current organization of urban labor wage. When there is a threat to employment,



Foto: Marcelo Smelder

Public demonstration in the city of Rio de Janeiro during the Peoples' Summit





“From the critical positioning of the commodification of life through the development of a methodology for convergence and a character of popular mobilization in “Aterro do Flamengo”, city of Rio de Janeiro, we recognized the Ecumenical Coalition for the Peoples’ Summit as set of allied organizations”.

the government response has been to encourage industries, such as automotive industry, which is considered to be dynamic and capable of generating effect in other areas. However, the entire chain of the automobile, steel, fuel production and use of individual transport, generates profound social and environmental impacts. This is a topic that often generates tension between workers and trade unions on one side and environmental and indigenous groups on another. Still, the movement managed to find points of convergence in order to give follow up to the debate.

There are no ready solutions for the society we want to build, but the reorganization of public resources and the economy for a model that is not organized by market, must be the result of a great political debate with popular participation.

From feminism, in the demonstrations and discussions, it was possible to express that to transform this system is necessary to consider the sustainability of life as a common goal of society, of economy and of politics. Overcoming the current sexual division of labor, seeking a balance between reproduction and production was one of the proposals from feminist economics that came for dialogue with movements and organizations of the Summit.

The Peoples’ Summit succeeded in proving that the idea of the green economy was another proposal of the same actors responsible for the crisis we are experiencing. Solutions of the peoples cannot depend on or be based on proposals submitted and funded by large transnational companies. Therefore, among the positive gained knowledge of the Peoples’ Summit is the denunciation of corporate capture of the United Nations, namely the influence that corporations have on negotiations. Transnational corporations and financial institutions have acted to weight all the proposals of the green economy. Corporations in the oil area influence the debate on clean energy, agribusiness giants like Monsanto , participate in the preparation of proposals on food policy and Coca - Cola and Nestle left imprinted their interests in the discussions on water policy.

The building convergences between social movements and mobilization, linked to the struggles in defense of territories, demonstrated a way forward. Solutions of peoples claim the intransigent defense of the commons, to ensure the rights of all peoples to a decent life, and justice and equality as organizing principles of society we seek to build.



# **COLOMBIA: LA NECESIDAD DE ESTABLECER UNA SOCIEDAD JUSTA Y SOSTENIBLE**



Luís Carlos Estupiñán Aponte

Colombia es un país que arrastra una larga tradición de conflictos sociales territoriales, los cuales involucran una multiplicidad de actores, escenarios, y horizontes que expresan concepciones diferenciadas del mundo social. Estas variadas concepciones del desarrollo obedecen a su vez a diversos intereses, que se enfrentan a la hora de plasmarse en cada territorio, con un despliegue de estrategias que buscan imponer una u otra perspectiva, pero que a lo largo de la historia siempre han sido impuestas por quienes tienen mayor posibilidad en el uso de la fuerza.

Las diversas perspectivas y concepciones de desarrollo que se establecen desde los sectores sociales, se anteponen a la visión del país establecida por los grupos de poder quienes a su vez se orientan a cumplir con las presiones establecidas desde los conglomerados financieros que establecen la orientación económica del territorio nacional, pasando por encima de las expresiones y voluntades de las poblaciones, y violentando de manera sistemática los derechos de la sociedad.

Las diferentes visiones sobre el desarrollo tienen expresiones como la imposición de un desarrollo en uno de los países con mayor diversidad en el mundo:

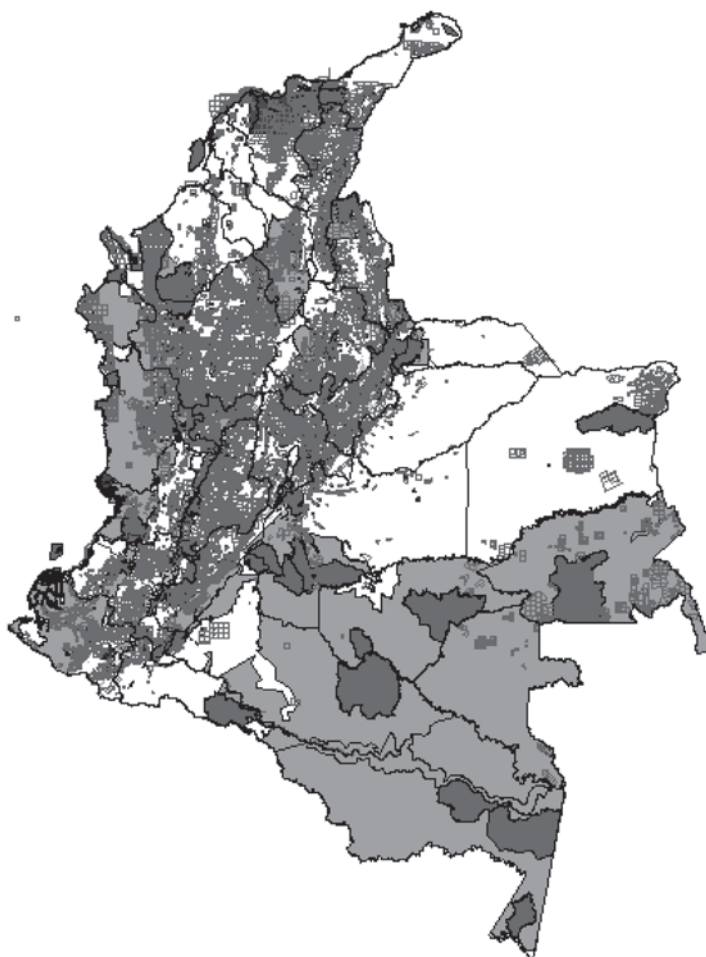
Países biodiversos (número de especies por área)				
Plantas	Anfibios	Reptiles	Aves	Mamíferos
Colombia	Ecuador	Colombia	Ecuador	Colombia
Indonesia	Colombia	México	Colombia	Indonesia
México	México	Indonesia	Perú	México
Brasil	Brasil	Australia	Indonesia	Brasil
China	China	Brasil	Brasil	China

Por una parte, diversos estudios de instituciones como la Universidad de Born, la Universidad de Duke y Pretoria muestran a Colombia como uno de los países con mayor biodiversidad por Km<sup>2</sup> en el mundo (Anexo). En este mismo sentido y de acuerdo a datos del Banco Mundial, Colombia es el 6° país con mayor volumen de agua dulce en el mundo, después de Brasil, Canadá, Indonesia, China, y Estados Unidos.

Se esperaría que una nación privilegiada por estas riquezas, oriente su enfoque de desarrollo hacia el aprovechamiento sostenible de estos recursos, sin embargo, de manera contraria a la imagen que el gobierno nacional quiere aparentar en escenarios internacionales, y siguiendo las directrices de los conglomerados financieros mundiales como Banco mundial y Fondo Monetario Internacional, Colombia se orienta a ser un “País Minero”. Como se evidencia en el mapa gran parte del territorio nacional se ofrece a empresas multinacionales para la explotación de diversos minerales, aún en áreas destinadas a zonas de reserva de biodiversidad, ajustando la legislación para facilitar el acceso a las licencias ambientales y disminuir el pago de impuestos y regalías, dando prioridad a la producción minera sobre cualquier otra posibilidad de uso del suelo en todo el territorio nacional, dejando con alto grado de vulnerabilidad extensas áreas de

páramo que proveen agua para más del 80% de la población, zonas de producción de alimentos campesinos que suministran 70% de la canasta alimentaria básica nacional, abriendo la posibilidad para desviar ríos, trasladar pueblos y asentamientos humanos.

## MAPA DE ZONAS PROTEGIDAS, TÍTULOS Y SOLICITUDES MINERAS



“La ausencia sistemática del Estado en estas regiones; seguida de la lucha de actores armados por el control territorial; el asesinato; la desaparición; la vinculación de jóvenes y niños en el conflicto; las amenazas; el desplazamiento forzado, son mecanismos que lamentablemente se han usado y se siguen usando para limpiar el territorio para la puesta en marcha de las dinámicas de explotación de las empresas”.

La imposición de este modelo de explotación se expresa en una sistemática violación de todo tipo de derechos a las comunidades que se asientan en los territorios de interés para las empresas que desean explotar los recursos minero –e energéticos; la ausencia sistemática del Estado en estas regiones; seguida de la lucha de actores armados por el control territorial; el asesinato; la desaparición; la vinculación de jóvenes y niños en el conflicto; las amenazas; el desplazamiento forzado, son mecanismos que lamentablemente se han usado y se siguen usando para limpiar el territorio para la puesta en marcha de las dinámicas de explotación de las empresas.

Mientras el gobierno colombiano suscribe y promueve tratados internacionales para el desarrollo sostenible, para la mitigación del cambio climático, la superación del hambre y la pobreza, se esfuerza por presentar cifras que demuestran “grandes” avances en indicadores de desarrollo, en uno de los 8 países más inequitativos del mundo y que ocupa el deshonroso primer lugar en desigualdad en Suramérica en 2010, de acuerdo al Informe de Desarrollo Humano, presentado por el Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo - PNUD<sup>1</sup>; hacia el interior pone en marcha las acciones integrales que sean necesarias para favorecer el crecimiento del capital nacional y transnacional; sin importar que ponga en riesgo ecosistemas estratégicos para la vida, o que sean únicos en el mundo, o menos aún que sean fundamentales para la población colombiana, como los páramos que proveen el agua para más del 70% de la población. No hay límites de ninguna clase para los sectores gobernantes para poner en marcha una perspectiva de desarrollo que está en evidente contradicción con el desarrollo sostenible de la población colombiana y de la población global.

## **ACCIONES DE LA SOCIEDAD CIVIL**

En medio de este contexto y en el marco de una sociedad golpeada por una larga historia de conflicto armado, bajo el cual se desarrollan múltiples estrategias para mermar las expresiones y las dinámicas de organización e incidencia de los sectores sociales, se realizan diversas acciones, la mayor parte de ellas con altos niveles de atomización, y bajos niveles de coordinación:

- Esfuerzos para mejorar niveles de Seguridad y Soberanía Alimentaria con el uso de prácticas de producción sostenible, con creciente integración a mercados locales y regionales, y la puesta en marcha de estrategias locales de economía solidaria.
- Resistencia a políticas de privatización de semillas e introducción de materiales transgénicos a partir de la reproducción e intercambio de materiales genéticos tradicionales y la recuperación de alimentos ancestrales.
- Son crecientes las dinámicas de movilización de diversos sectores sociales: los estudiantes han dado ejemplo en el país de integración, de construcción de agendas y propuestas para mejorar el acceso y la calidad de la educación pública en el país, Así como de una gran capacidad de convocatoria a la

1. Fuente: Informe de Desarrollo Humano 2010 - PNUD



movilización que les ha permitido unos niveles crecientes de incidencia en las políticas de educación nacional; algunos gremios de productores como los cafeteros, los productores de papa, han mostrado capacidad de convocatoria y una gran fortaleza de protesta cívica ante las políticas de importación de alimentos y el incremento en el precio de los insumos, ganando un respaldo y reconocimiento muy grande del grueso de la sociedad colombiana.


- En este mismo sentido han crecido las movilizaciones cívicas de diversas regiones que buscan contrarrestar las consecuencias de la explotación minera en ecosistemas estratégicos para la generación de agua potable y la biodiversidad, en las cuales se han logrado integrar diversos sectores sociales como sindicatos, ONG's, ambientalistas, y algunos gremios económicos locales, desde las cuales se han desplegado acciones jurídicas, de comunicación y denuncia, de movilización, que han logrado en diversos territorios frenar el accionar de las empresas mineras.
- Se han desarrollado protestas por sectores campesinos ubicados en zonas marginales de la frontera agrícola en el país, ante el incremento por la erradicación de cultivos de uso ilícito, sin que haya una presencia distinta a la armada por parte del estado

La mayor parte de estas expresiones han recibido por parte del Gobierno Nacional una serie de respuestas que involucran el desconocimiento, la minimización, la estigmatización, la represión policial, aunque luego ha tenido que sentarse en mesas de conversación, establecer acuerdos –aunque los incumple de manera sistemática-, más preocupado por una imagen internacional y por los intereses electorales, que por una voluntad política real de dar soluciones estructurales a la problemática.

Salvo algunos muy pocos ejemplos en el país, estas dinámicas de movilización social han carecido de la convocatoria, liderazgo o del respaldo por parte de las jerarquías eclesiales existentes. Ni siquiera el asesinato de un sacerdote quien lideró la movilización ciudadana en Marmato –Caldas- oponiéndose a un proyecto de minería a cielo abierto con inmensas e irreversibles afectaciones ambientales, productivas de una enorme región del país, ha logrado que se expresen estas jerarquías eclesiales, dejando un profundo vacío en la posibilidad de incidir en la “defensa de los bienes comunes garantizada por una serie de derechos humanos y de la naturaleza, la solidaridad y el respeto a diferentes visiones del mundo y las creencias de los pueblos, por ejemplo, la defensa del “Vivir Bien” como una manera de existir en armonía con la naturaleza”<sup>2</sup>.

Es importante resaltar los esfuerzos de organizaciones nacionales que buscan tejer redes de coordinación para fortalecer dinámicas de incidencia y movilización; sin embargo, se requieren esfuerzos adicionales para que estos esfuerzos tengan mayor presencia en las provincias, mayor articulación con organizaciones locales, respetando los procesos y las visiones, cuidándose de evitar la imposición de agendas, para lograr la integración y solidez necesaria.

2. Declaración final: Cumbre de los Pueblos en Río +20. Lunes 25 de junio de 2012



“En concordancia a lo planteado en las discusiones establecidas en la Cumbre de los Pueblos, en la que se plantea que ‘sólo el pueblo organizado y movilizado puede librar al mundo del control de las empresas y el capital financiero’”

## RETOS

En concordancia a lo planteado en las discusiones establecidas en la Cumbre de los Pueblos, en la que se plantea que “sólo el pueblo organizado y movilizado puede librar al mundo del control de las empresas y el capital financiero”<sup>3</sup>, se refuerza la convicción que sólo desde la organización y movilización, se puede efectivamente incidir en las decisiones gubernamentales. Lograr una amplia movilización ciudadana es uno de los principales retos que debe plantearse en la coalición ecuménica, o en otros procesos que pretendan la defensa del territorio y de los derechos fundamentales. Para lograrlo o para ampliar lo hasta ahora logrado, se hace necesario por una parte incidir en las jerarquías religiosas para desde esos espacios se promuevan los análisis y los llamados a sus iglesias; por otra parte, se requiere una inmersión para que desde los procesos de trabajo directo con los sectores populares, se irradie la información necesaria, se contribuya al análisis, y se facilite la convocatoria a la movilización social.

La construcción desde la educación de una sociedad crítica, es un paso fundamental para incidir y permear en la sociedad con las claridades sobre los principales problemas de la sociedad y su relación con los recursos naturales. Ante la carrera consumista en la que el neoliberalismo quiere ubicar a la sociedad, hay que anteponer el uso creativo de los medios alternativos de comunicación para analizar las implicaciones del modelo de crecimiento y desarrollo, planteando propuestas de otras opciones de vida en la que se permita la garantía del derecho a la tierra y el territorio, el derecho a la ciudad, el medio ambiente y el agua, la cultura, la libertad de expresión y la democratización de los medios de comunicación, y la salud sexual y reproductiva de las mujeres. Se reconocen grandes avances de la Iglesia en los procesos formativos y en la toma de conciencia de las comunidades.

Se realizan desde las organizaciones de base grandes esfuerzos para plantear políticas o legislaciones “alternativas” que permanecen al margen de las políticas públicas y de los marcos jurídicos establecidos. La experiencia con organizaciones sociales en el país es que si bien es cierto ayudan a perfilar las propuestas alternativas de los sectores sociales, estos esfuerzos terminan perdiéndose por que no se articulan al marco legislativo ni al marco jurídico que rige a la sociedad colombiana. Desarrollar estrategias que permitan la inserción efectiva de estas propuestas en el marco legislativo y

3. Ídem

jurídico, demanda esfuerzos adicionales y complementarios que permitan capitalizar de manera efectiva la formulación de estas propuestas con las dinámicas de organización y movilización.

En aras de respaldar los esfuerzos de organizaciones y comunidades para la construcción de alternativas al modelo de desarrollo impuesto, se requiere implementar acciones para establecer o ampliar una relación urbano / rural, en la que se permita: fortalecer las dinámicas de producción sostenible; estimular los esfuerzos de protección y conservación de ecosistemas estratégicos; así como apoyar las resistencias que realizan comunidades rurales, mediante diversos mecanismos como dinámicas de comercialización solidaria, y la implementación de instrumentos que permitan el reconocimiento y estímulo a estas comunidades. Esto permite además de apoyo a estas comunidades rurales, la ampliación de una conciencia ambiental y el crecimiento de expresiones de soberanía alimentaria.

Sería esta una manera efectiva de contribuir a superar la enorme brecha que existe en nuestros países entre lo urbano y lo rural, que es una de las mayores deudas que tiene la sociedad actual con las comunidades que nos proveen de agua, alimento, que de una u otra manera preservan la biodiversidad.

Mediante el uso de instrumentos jurídicos, del aprovechamiento de los espacios constitucionales para la participación e incidencia, del respaldo explícito de jerarquías eclesiales, y de la presión que se ejerce a partir de las dinámicas de movilización ciudadana articulada con otros procesos de movilización física y virtual desde diferentes países, debe promoverse que la agenda de desarrollo de las Naciones Unidas “considere explícitamente la importancia de la biodiversidad como fuente orientadora de la sostenibilidad, dada la riqueza biológica y cultural que poseemos y las tasas de transformación del territorio que estamos experimentando<sup>4</sup>”.

---

4. Brigitte Baptiste, directora del Instituto Humboldt. Declaraciones en medio del diálogo para el desarrollo en el marco de la Resiliencia, 2011.

---

---

### **Luís Carlos Estupiñán Aponte**

Ingeniero Agrónomo - Universidad Nacional de Colombia, Magister en Intervención Ambiental con Énfasis en psicología y Sociología, de la Universidad de Barcelona.

Consultor del programa de Naciones para el Desarrollo - PNUD- para la formulación de Políticas Públicas Alimentarias y para construcción participativa de Políticas Públicas de protección de cuencas en el Nororiente Colombiano.

Como Director de la Corporación Buen Ambiente -CORAMBIENTE-, tiene más de 20 años de experiencia de trabajo con comunidades campesinas, buscando mejorar sus condiciones de vida en diversas regiones del país, implementando prácticas de producción Agroecológica.

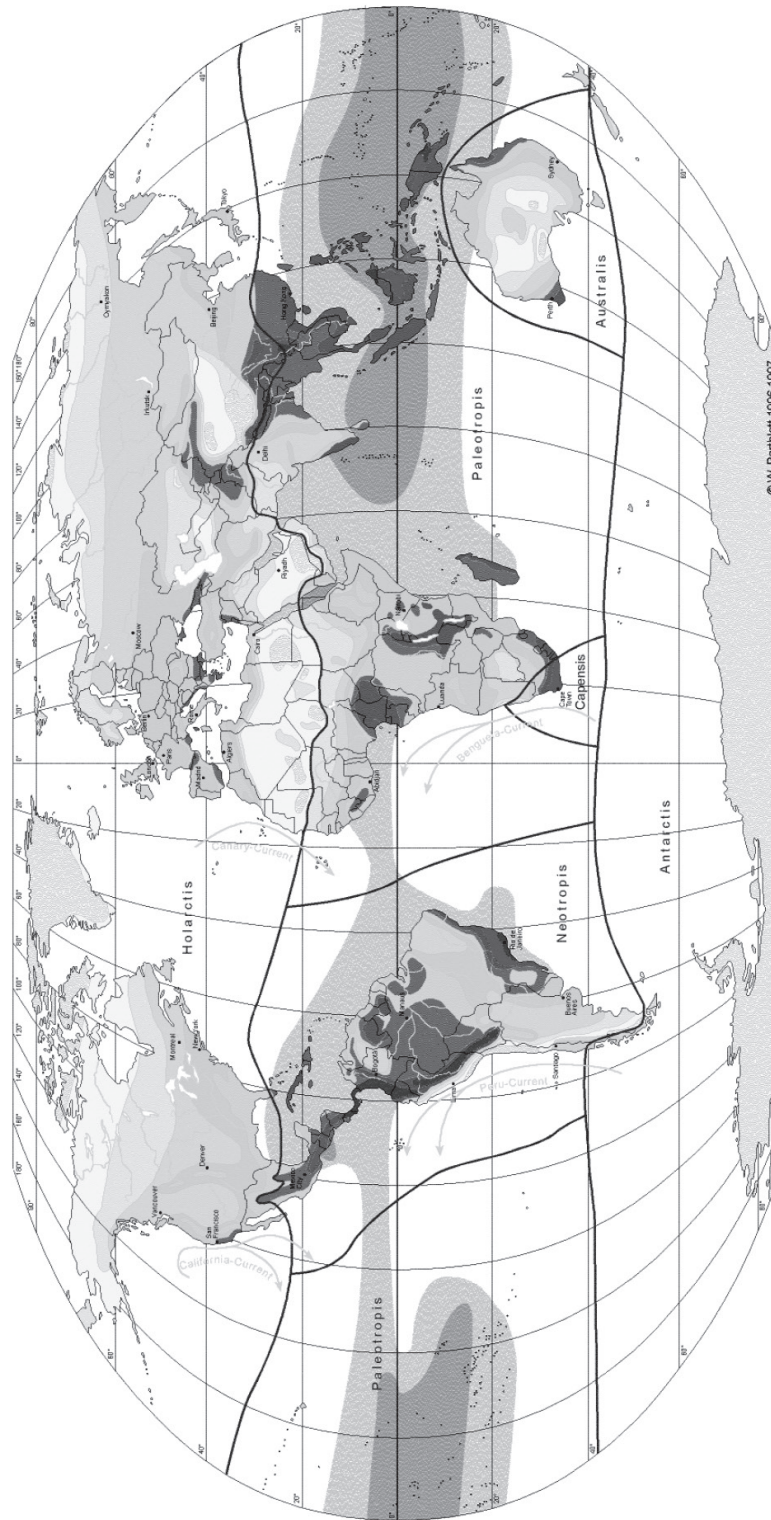
### **CORPORACIÓN BUEN AMBIENTE – CORAMBIENTE-**

CORAMBIENTE es una entidad de asesoría y capacitación para sectores populares, comunidades en situación de pobreza, vulnerabilidad o afectadas por el desplazamiento forzado y la violencia. A través del abordaje de la problemática de seguridad alimentaria, desarrollamos y acompañamos procesos que permitan la reconstrucción social en poblaciones urbanas y rurales, proyectándolos a desarrollo regional como línea de política pública.

CORAMBIENTE promueve los procesos participativos orientados a la actuación colectiva, la construcción de nuevas relaciones humanas, la solidaridad fundamentada en el pensamiento crítico, así como la recuperación de la soberanía alimentaria de poblaciones y regiones enteras, buscando, respaldando y generando prácticas sostenibles que mantengan la riqueza de la vida para las presentes y futuras generaciones y que defiendan el acceso y control sobre la propiedad de la tierra en las comunidades.

(ANEXO MAPAS DE BIODIVERSIDAD)

GLOBAL BIODIVERSITY: SPECIES NUMBERS OF VASCULAR PLANTS



W. Barthlott, N. Biedinger, G. Braun, F. Feig, G. Kier, W. Lauer & J. Mutke 1997 modified after W. Barthlott, W. Lauer & A. Pläcke 1996  
 W. Barthlott, W. Lauer & A. Pläcke 1996  
 Department of Botany and Geography  
 University of Bonn  
 German Aerospace Research Establishment, Cologne  
 Cartography: M. Gref  
 Department of Geography  
 University of Bonn

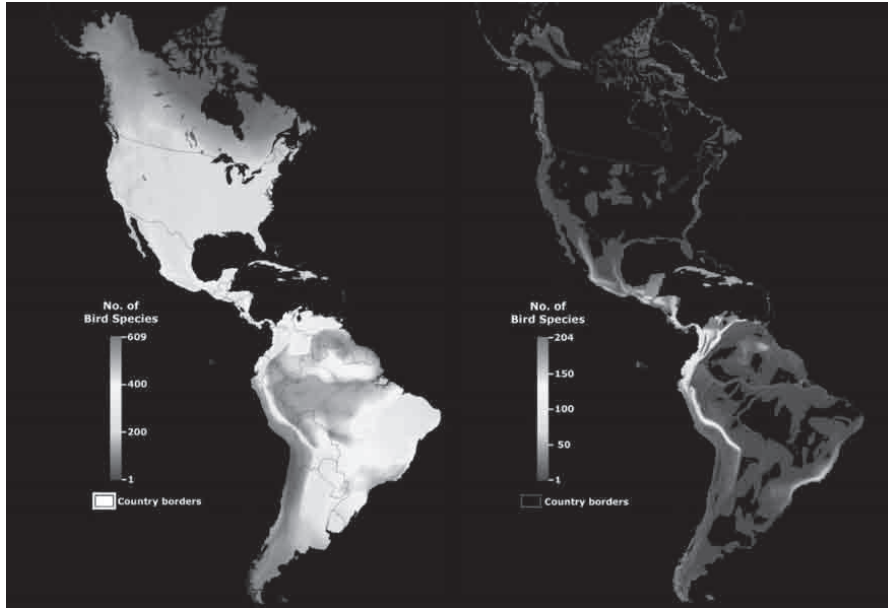
sea surface temperature  
 >29°C  
 >27°C  
 cold currents

**Diversity Zones (DZ): Number of species per 10,000km<sup>2</sup>**  
 DZ 1 (<100)  
 DZ 2 (100 - 200)  
 DZ 3 (200 - 500)  
 DZ 4 (500 - 1000)  
 DZ 5 (1000 - 1500)  
 DZ 6 (1500 - 2000)  
 DZ 7 (2000 - 3000)  
 DZ 8 (3000 - 4000)  
 DZ 9 (4000 - 5000)  
 DZ 10 (>5000)  
 Capensis floristic regions

Robinson Projection  
 Standard Parallels 38°N und 38°S  
 Scale 1:130000000

Fuente: Barthlott et al. 1997

**(ANEXO, MAPA DISTRIBUCIÓN DE ESPECIES EN AMÉRICA)**  
**NÚMERO DE ESPECIES DE AVES**

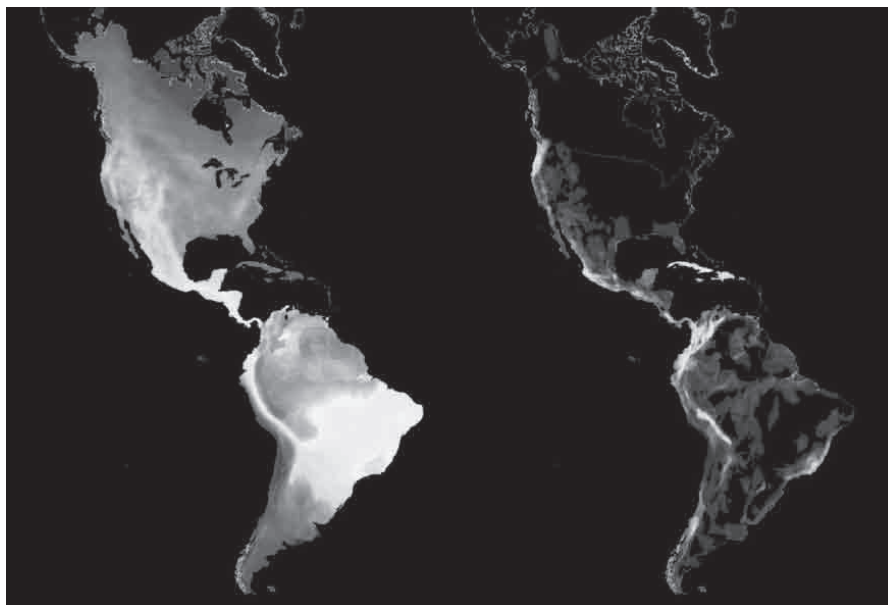


Especies con Distribución Geográfica  
Amplia

Especies con Distribución Geográfica  
Restringida

Fuente: Mapas: Clinton Jenkins, data NatureServe, University of Pretoria 2010.

**(ANEXO, MAPA DISTRIBUCIÓN DE ESPECIES EN AMÉRICA)**  
**NÚMERO DE ESPECIES DE MAMÍFEROS**



Especies con Distribución Geográfica  
Amplia

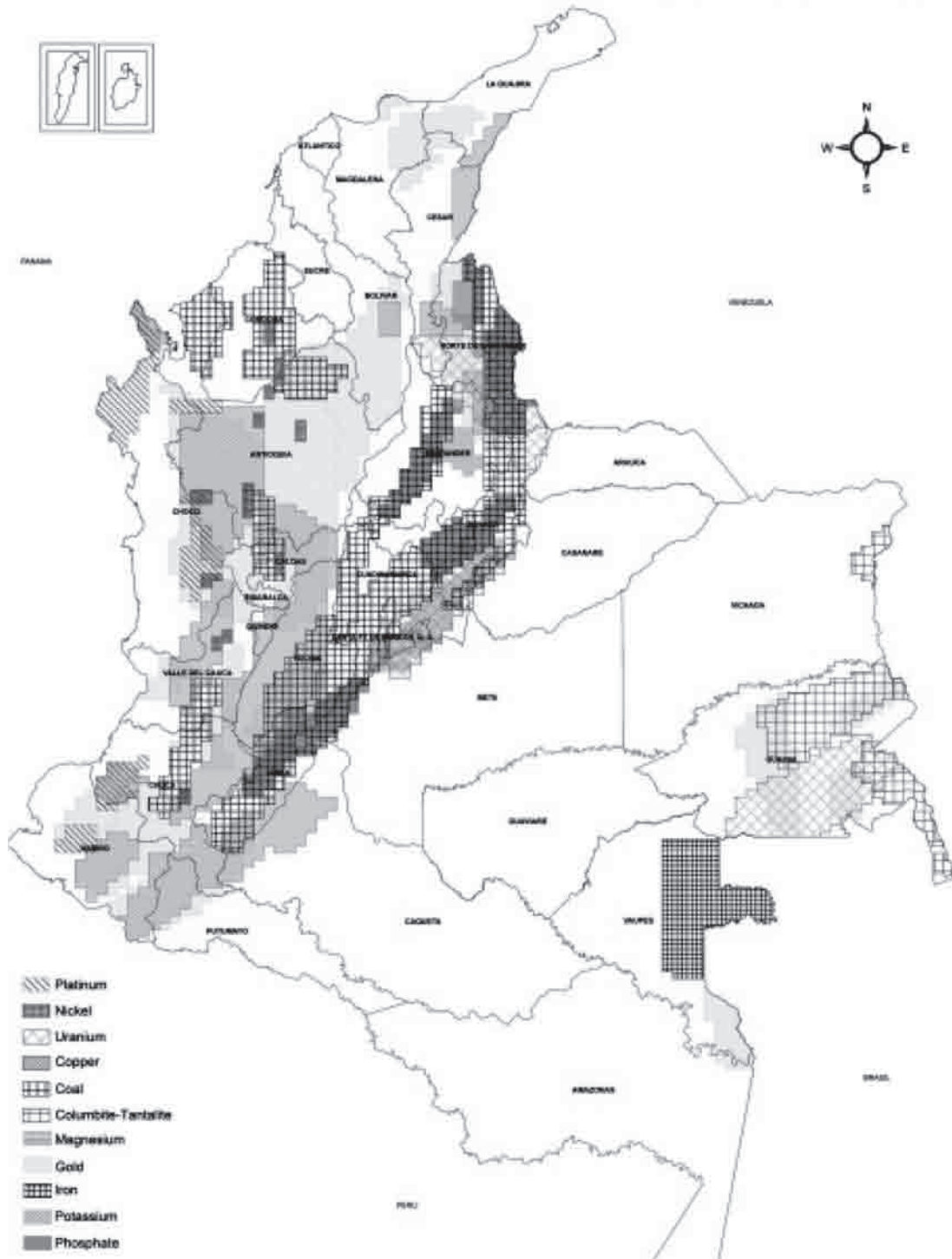
Especies con Distribución Geográfica  
Restringida

Fuente: Stuart L. Pimm, University of Pretoria, 2010



## MAPA: PRODUCCIÓN MINERA EN COLOMBIA

# MINERAL PRODUCTION



Fuente: Gobierno de Colombia, Ministerio de Minas y Energía - Agencia Nacional de Minería, 2014: [http://www.anm.gov.co/sites/default/files/Documentos/exploringopportunities\\_0.pdf](http://www.anm.gov.co/sites/default/files/Documentos/exploringopportunities_0.pdf)

## MAPA: ÁREAS ESTRATÉGICAS PARA DESARROLLO MINERO

### STRATEGIC MINING **AREAS**

The National Government reserved 20,5 million hectares of territory located in the departments of Antioquia, Bolívar, Caldas, Cauca, Cesar, Choco, Huila, La Guajira, Narino, Norte de Santander, Putumayo, Quindio, Risaralda, Tolima, Valle del Cauca, Amazon, Guainia, Guaviare, Vaupes and Vichada. The objective is to award them through a competitive tender process. They are called Strategic Mining Areas (SMA).



Fuente: Gobierno de Colombia, Ministerio de Minas y Energía - Agencia Nacional de Minería, 2014: [http://www.anm.gov.co/sites/default/files/Documentos/exploringopportunities\\_0.pdf](http://www.anm.gov.co/sites/default/files/Documentos/exploringopportunities_0.pdf)

# **COLOMBIA: THE NEED TO ESTABLISH A FAIR AND SUSTAINABLE SOCIETY**

Luís Carlos Estupiñán Aponte

Colombia is a country that carries a long tradition of local social conflicts, which involve a multiplicity of actors, sceneries and horizons expressing different conceptions of the social world. These various conceptions of development are due, in turn, to different interests which are confronted with each other when translated into every territory with an array of strategies that seek to impose one perspective or another, but that throughout history have always been imposed by those who are more likely to use force.

The various perspectives and conceptions of development that are set by the social sectors, oppose the country's vision established by the power groups who are turned to meet the pressures from established financial conglomerates that set the economic orientation for the country, bypassing the will of the people and systematically violating the rights of society.

The different visions of development have expressions such as the imposition of a certain type of development on one of the most diverse countries in the world:

Bio diverse countries (number of species per area)				
Plants	Amphibious	Reptiles	Birds	Mammals
Colombia	Ecuador	Colombia	Ecuador	Colombia
Indonesia	Colombia	Mexico	Colombia	Indonesia
Mexico	Mexico	Indonesia	Peru	Mexico
Brazil	Brazil	Australia	Indonesia	Brazil
China	China	Brazil	Brazil	China

On one hand, studies of institutions such as the University of Born, Duke University and Pretoria<sup>1</sup> show Colombia as one of the most biodiverse countries in the world per km<sup>2</sup> (Appendix). In this sense and according to World Bank data, Colombia is the 6th country with the largest volume of fresh water in the world, after Brazil, Canada, Indonesia, China, and the United States.

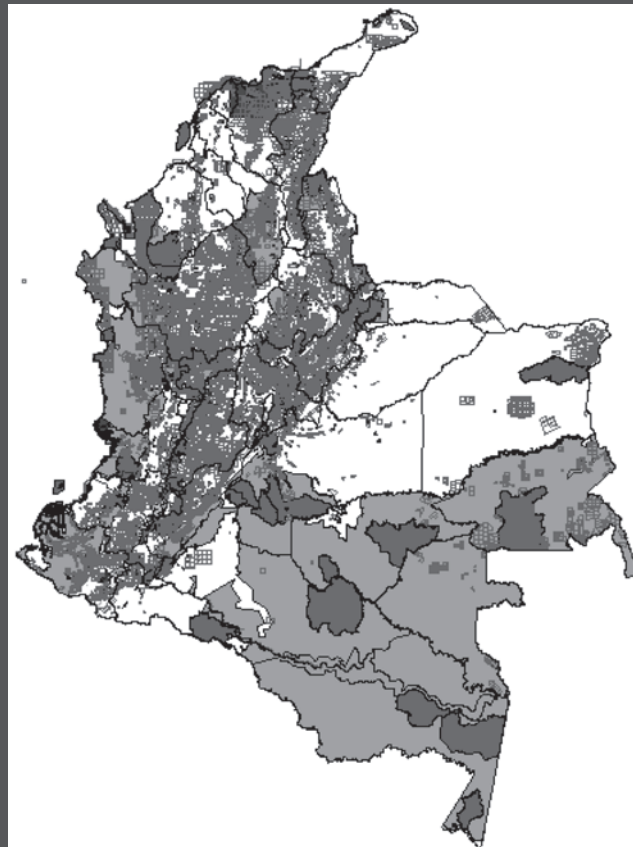
It would be expected that a privileged nation with such a wealth, would orient their development approach towards a sustainable use of these resources. However, contrary to the image that the federal government wants to portray in international settings, and following the guidelines of financial conglomerates such as World Bank and International Monetary Fund, Colombia aims to be a "Mining Country".

As the map clearly shows, a large part of the country is offered to multinationals for exploiting of various minerals, even in areas destined to be reserves of biodiversity, adjusting the legislation to facilitate access to environmental permits and reduce tax and royalties' payments, prioritizing mine production throughout

1. Stuart L. Pimm, 2010 Conservation Ecology Research Unit, University of Pretoria: Geographical Distribution and Extinction taxes of Birds, Amphibian and Mammals Species.

the national territory over against any other possibility of land use, leaving at a high degree of vulnerability extensive moors that provide water to more than 80% of the population and food production areas where small farmers supply 70 % of the national food basket, opening the possibility to divert rivers and remove villages and human settlements.

## MAP OF PROTECTED ZONES, ENTITLEMENTS AND AREAS REQUESTED FOR MINING



“There is a systematic absence of the state in these regions, followed by armed groups fighting for territorial control, murder, disappearances, involvement of youth and children in the conflict, threats, forced displacement. These are all mechanisms that unfortunately were used and continue to be used to clear the territory for the implementation of exploiting dynamics of the companies”.

The imposition of this operating model is expressed in a systematic violation of any rights of communities that settle in the territories of interest of the companies that want to exploit mineral and energy resources. There is a systematic absence of the state in these regions, followed by armed groups fighting for territorial control, murder, disappearances, involvement of youth and children in the conflict, threats, forced displacement. These are all mechanisms that unfortunately were used and continue to be used to clear the territory for the implementation of exploiting dynamics of the companies.

While the Colombian government endorses and promotes international treaties for sustainable development, for mitigation of climate change, for overcoming hunger and poverty, and strives to present figures showing “great” progress on development indicators, is one of the 8 most unequal countries in the world and ranks first in dishonorable inequality in South America (2010), according to the Human Development Report, presented by the United Nations program for Development - UNDP<sup>2</sup>; in the interior of the country launches comprehensive actions necessary to support the growth of national and transnational capital; regardless of strategic ecosystems being put into life-threatening situations, or the fact that they are unique in the world, or even less on considering those fundamental to the Colombian population (such as the moors that provide water to more than 70% of the population). There are no limits of any kind for the ruling classes to put in place a development perspective that is in clear contradiction with the sustainable development of the Colombian population and the global population.

## CIVIL SOCIETY ACTIONS

Within this context and in the context of a society battered by a long history of armed conflict, under which multiple strategies to undermine expressions, organizational dynamics and advocacy efforts of social sectors, several actions are taken, most of them with high levels of fragmentation, and low levels of coordination:

- Efforts to improve levels of Food Security and Sovereignty using sustainable production practices, with increasing integration into local and regional markets, and the implementation of local strategies of solidarity economy.
- Resistance to seeds privatization policies and to the introduction of transgenic materials from traditional breeding; exchange of traditional genetic materials and recovery of ancestral foods.
- Increasing dynamics of mobilization of various social sectors: students have given an example of integration in the country, building agendas and proposals to improve access and quality of public education, as well as great capacity of convening the mobilization that has allowed increasing levels of impact on national education policies; some trade unions of coffee and potato producers have shown convening power and great strength of civic protest against the policies of food imports and the increase in the price of inputs, winning a very large support and recognition of the Colombian society.

2. Source: Human Development Report 2010 - UNDP



- In this sense there has been growing civic mobilizations of various regions that seek to counter the impact of mining on strategic ecosystems to generate potable water and biodiversity, which have integrated various social sectors such as trade unions, NGOs, environmentalists and some local business groups. Legal, communication and denunciation, mobilization actions have been deployed. They have achieved in various territories to curb the activities of mining companies.
- Protests have been developed by small farmers living in marginal sectors of the agricultural borders of the country, facing the increasing actions for the eradication of illicit crops, without a distinct armed presence by the state.

Most of these expressions have received a series of responses by the Government implying ignorance, minimization, stigmatization, police repression, but then Government had to sit down on conversation tables, establish agreements, although breaching of systematically, more concerned with an international image and electoral interests, than a real political will to structural solutions to the problems.

Except for some very few examples in the country, these dynamics of social mobilization have lacked convening, leadership or support from existing ecclesiastical hierarchies. Even the murder of a priest who led the citizens' mobilization in Marmato-Caldas, opposed to an open air mining project with immense and irreversible environmental effects to the productivity of a big region of the country has made these ecclesial hierarchies express themselves, leaving a gap on advocacy possibilities on the "defense of the commons involves the guarantee of a series of human rights and the rights of nature, solidarity and respect for the world views and beliefs of different peoples, such as, for example, the defense of "buen vivir" or "living well" as a way of existing in harmony with nature, which implies a just transition to be built with workers and the people."<sup>3</sup>

It is important to highlight the efforts of national organizations seeking to build networks of dynamic coordination to strengthen advocacy and mobilization; however, additional efforts are required to have a greater presence in the provinces, greater coordination with local organizations and processes, respecting the views, taking care to avoid the imposition of agendas to achieve integration and the robustness needed.

## CHALLENGES

In accordance to the points set out in the discussions at the Peoples' Summit, which says that "only the organized and mobilized people can rid the world of corporate and financial capital control", the conviction that only with organization and mobilization can an effective influence on government decisions be achieved was reinforced.

Achieving a broad citizens' mobilization is one of the main challenges that arise in the ecumenical coalition, or other processes that seek to defend territory and

3. Final Declaration: Peoples' Summit at Rio+20, Monday, June 25, 2012



“In accordance to the points set out in the discussions at the Peoples’ Summit, which says that “only the organized and mobilized people can rid the world of corporate and financial capital control”, the conviction that only with organization and mobilization can an effective influence on government decisions be achieved was reinforced”.

fundamental rights. To achieve or to extend what was so far reached, it is necessary on the one hand to advocate with religious hierarchies that from their spaces they promote analysis and coming together of the churches; moreover, an immersion is required in order that the processes of working directly with the popular sectors, irradiate the necessary information, contributing to the analysis and facilitating the convening for social mobilization.

Building for the education of a critical society, is a fundamental step to influence and permeate the society with clarity on the main problems it faces and its relationship with natural resources.

To confront the consumerist race that neoliberalism impregnates the society, creative use of alternative media to analyze the implications of the model of growth and development must be placed, proposing other ways of living as options which allow the guarantee of the right to land and territory, the right to the city, the environment and water, culture, freedom of expression and democratization of communication, and sexual and reproductive health of women. Recognition of great progress with regards to community formation and awareness has been given to the Church.

From the grassroots efforts has risen political or “alternative” legislation. Those remain outside of public policies and legal frameworks established. The experience with social organizations in the country is that while it is useful to outline some alternative proposals of the social sectors, these efforts get lost as they do not articulate with the legislative and judicial frameworks governing the Colombian society. Developing strategies for effective inclusion of these proposals in the legislative and judicial framework, demands additional and complementary efforts that allow to maximize effectively the formulation of these proposals with the dynamics of organization and mobilization.

In order to support the efforts of organizations and communities to build alternatives to the model of development imposed, actions need to be implemented to establish or expand an urban/rural relationship, which allow: to strengthen the dynamics of sustainable production; stimulate efforts to protect and preserve strategic ecosystems; to support resistance actions done by rural communities through various mechanisms of solidarity and dynamic marketing, and implementation of tools for recognizing and encouraging these communities.

Beyond the support to these rural communities this also allows expanding of environmental awareness and growing number of expressions of food sovereignty. This would be an effective way to help bridge the enormous gap in our country between the urban and the rural, which is one of the largest debts that is the current partnership with the communities that provide us with water, food, that in one way or another, preserve biodiversity.

Through the use of legal instruments, the use of constitutional space for participation and advocacy, the explicit backing up of churches' hierarchies, and the pressure exerted from the dynamics of articulated citizens' mobilization processes - physical and virtual - from different countries, should be promoted into the development agenda of the United Nations "explicitly consider the importance of biodiversity as a guiding source of sustainability, given the biological and cultural wealth we possess and the rates of transformation of the territory that we are experiencing"<sup>4</sup>.

---

---

### **Luís Carlos Estupiñán Aponte**

Agronomist formed at National University of Colombia, has a Master on Environmental Intervention with emphasis in Psychology and Sociology from the University of Barcelona.

Program Consultant of the United Nations Development Programme - UNDP -for the formulation of the Public Policy on Food and for building participatory process for a Public Policy on Watershed protection in the Colombian Northeast.

As Director of the Good Environment Corporation -Corambiente, has over 20 years of experience working with rural communities seeking to improve their living conditions in various regions of the country, implementing Agro-ecological production practices.

**Corambiente** is a consulting and training organization for popular sectors, communities in situation of poverty and at risk or affected by forced displacement and violence. Through the approach on food security, we develop and accompany processes that allow social reconstruction in urban and rural localities from a regional development and public policy strategies.

Corambiente promotes participatory processes towards collective action, building new relationships and solidarity based on critical thinking, as well as recovery of the food sovereignty by people and entire regions, supporting and generating sustainable practices that maintain richness of life for present and future generations and to defend access and control over land in communities.

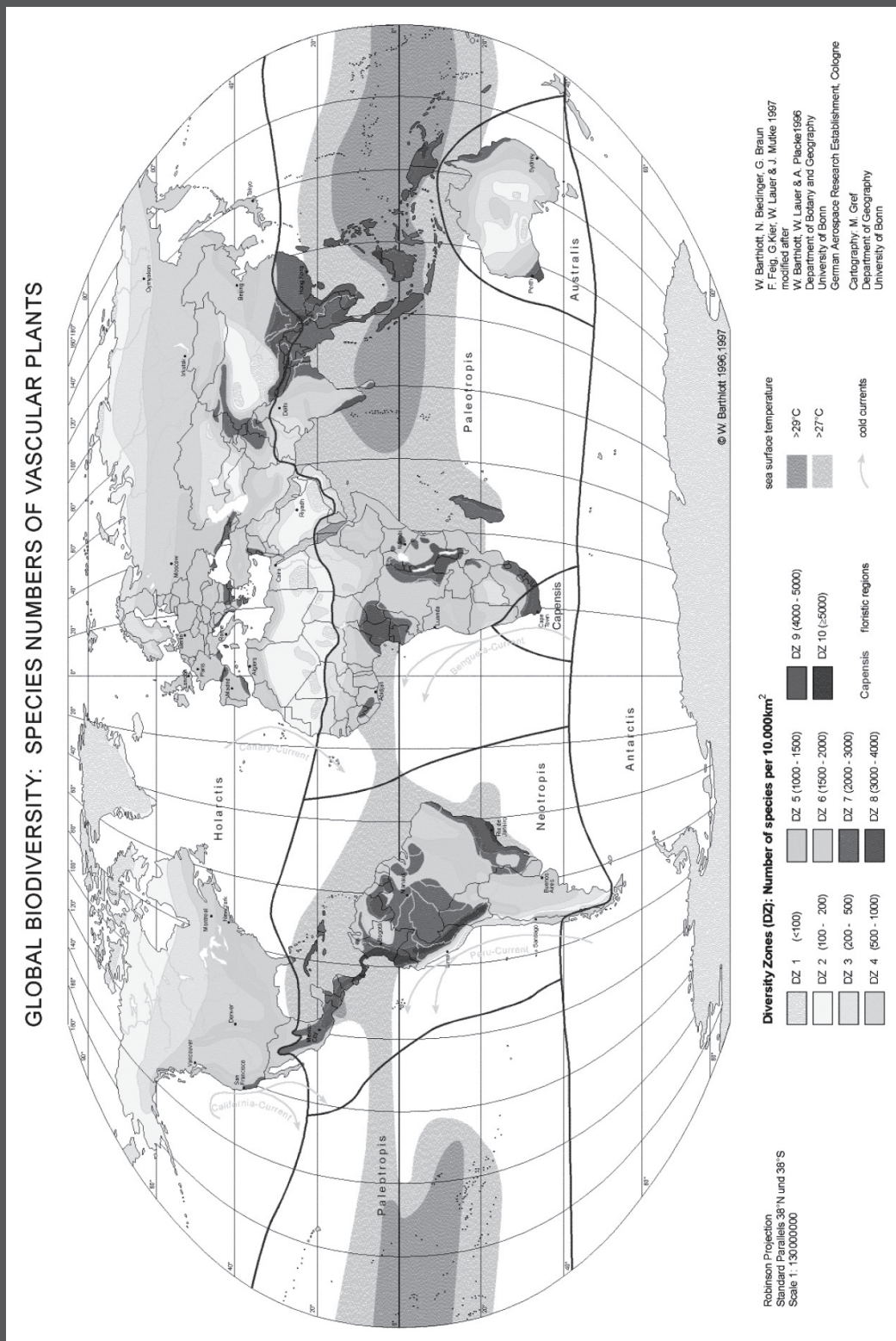
---

---

4. Brigitte Baptiste, director of Humboldt Institute. Statement given in the context of the dialogue for development in the framework of Resilience, 2011.

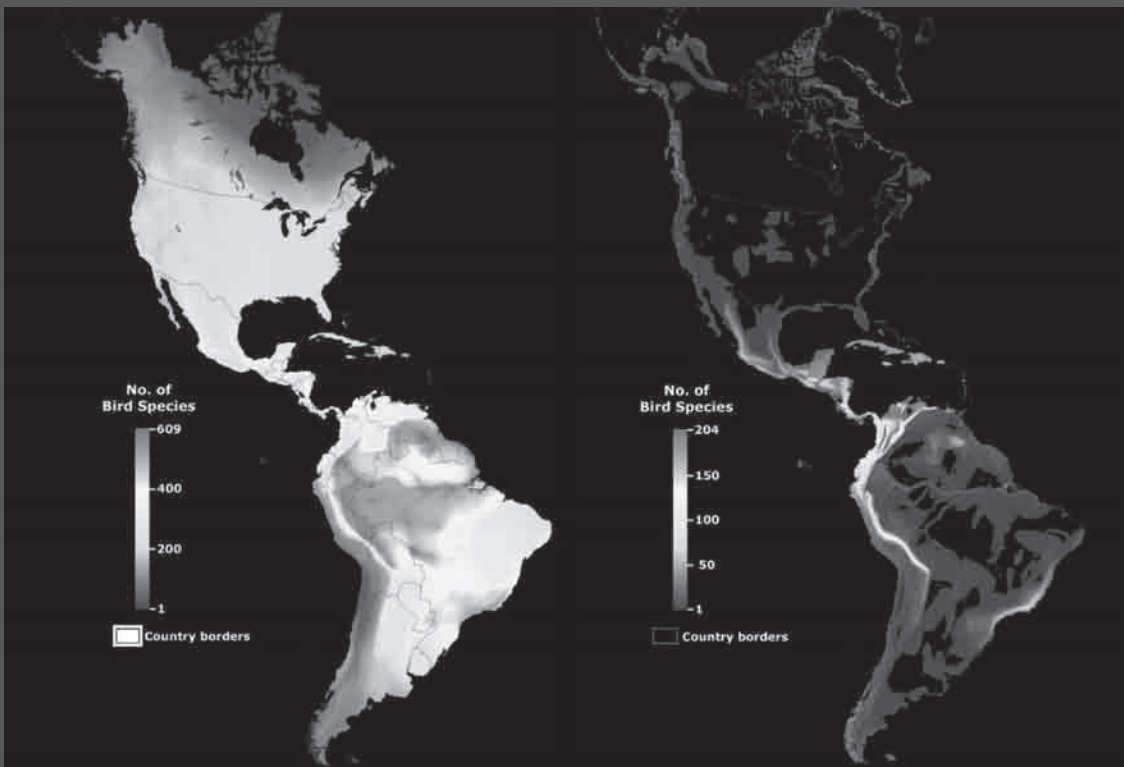
(APPENDIX: MAP OF THE DIVERSITY)

GLOBAL BIODIVERSITY: SPECIES NUMBERS OF VASCULAR PLANTS



Source: Barthlott et al. 1997

(APPENDIX: MAP OF THE SPECIES' DISTRIBUTION IN THE AMERICAS)  
NUMBER OF BIRDS SPECIES



Species with Geographical Distribution

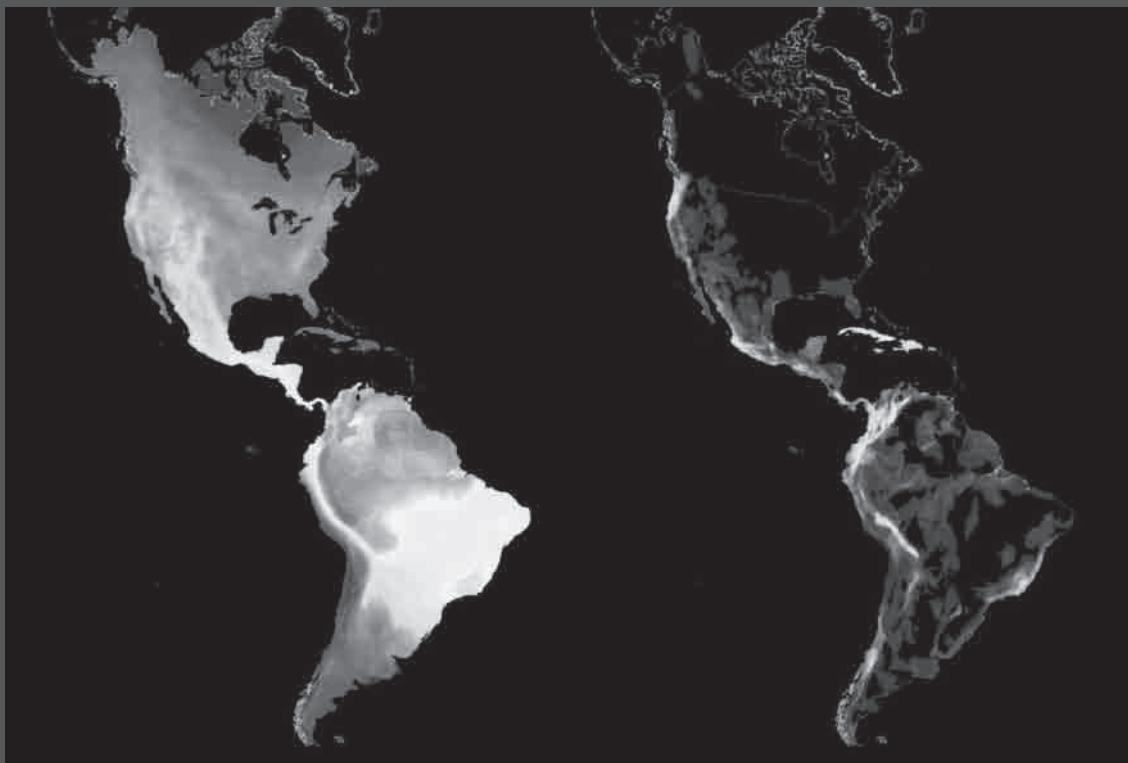
Wide

Species with Geographical Distribution

Restrained

Source: Maps: Clinton Jenkins, data NatureServe, University of Pretoria 2010.

**APPENDIX: MAP OF THE SPECIES'  
DISTRIBUTION IN THE AMERICAS  
NUMBER OF MAMMAL SPECIES**



Species with Geographical Distribution

Wide

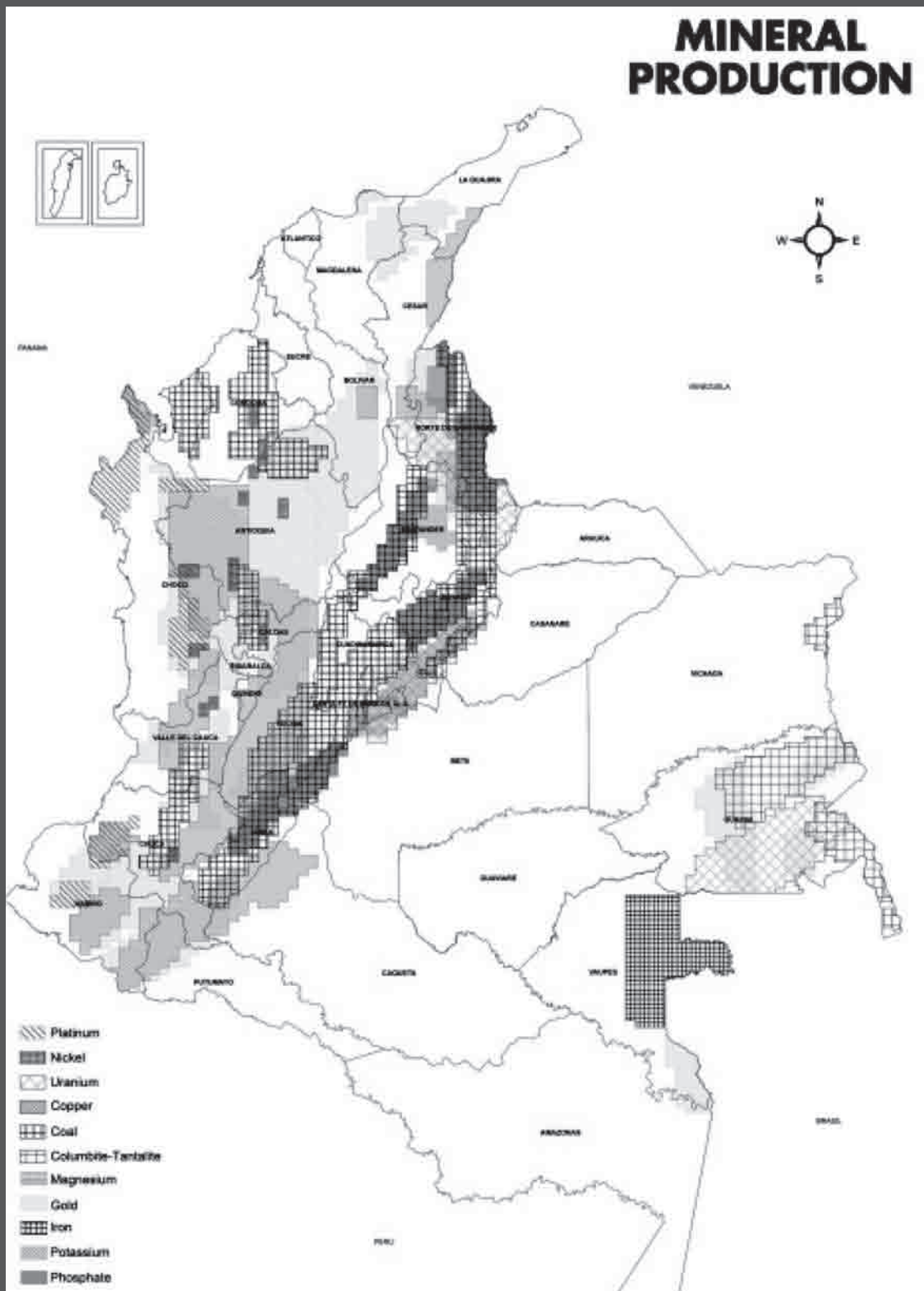
Species with Geographical Distribution

Restrained

Source: Stuart L. Pimm, University of Pretoria, 2010



## MAP: MINING PRODUCTION IN COLOMBIA

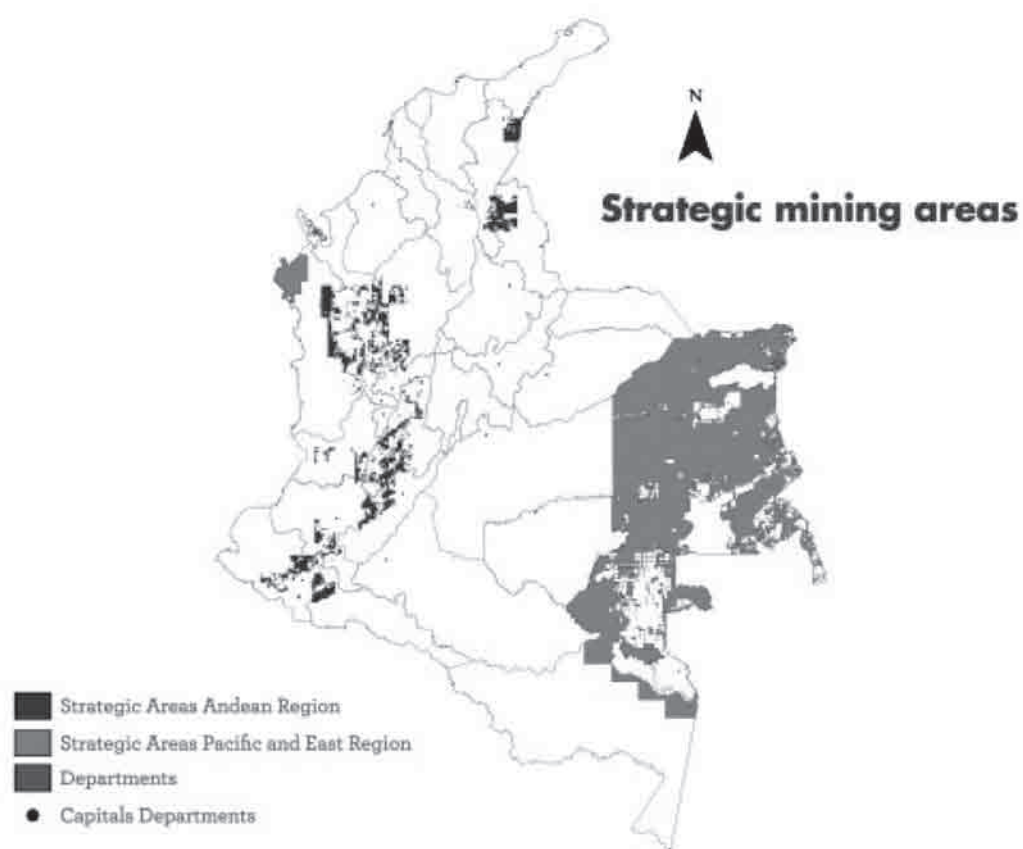


Source: Colombian Government, Ministry of Mines and Energy - National Mining Agency, 2014:  
[http://www.anm.gov.co/sites/default/files/Documentos/exploringopportunities\\_0.pdf](http://www.anm.gov.co/sites/default/files/Documentos/exploringopportunities_0.pdf)

## MAP: STRATEGIC AREAS FOR MINING DEVELOPMENT

### STRATEGIC MINING **AREAS**

The National Government reserved 20.5 million hectares of territory located in the departments of Antioquia, Bolívar, Caldas, Cauca, Cesar, Chocó, Huila, La Guajira, Narifio, Norte de Santander, Putumayo, Quindio, Risaralda, Tolima, Valle del Cauca, Amazon, Guainia, Guaviare, Vaupes and Vichada. The objective is to award them through a competitive tender process. They are called Strategic Mining Areas (SMA).



Source: Colombian Government, Ministry of Mines and Energy - National Mining Agency, 2014:  
[http://www.anm.gov.co/sites/default/files/Documentos/exploringopportunities\\_0.pdf](http://www.anm.gov.co/sites/default/files/Documentos/exploringopportunities_0.pdf)



KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço  
Rua Santo Amaro, 129  
Glória, Rio de Janeiro - RJ. CEP: 22211-230  
Tel.: (55) (21) 3042-6445 | Fax: (55) (21) 3042-6398  
[www.koinonia.org.br](http://www.koinonia.org.br)

*Da Rio+20 ao Pós-2015: Uma ponte entre futuros quer atualizar os desafios da construção de uma agenda comum em torno do desenvolvimento sustentável, sobretudo, no âmbito do Movimento Ecumênico. A tarefa é contribuir para a construção de uma ponte entre o processo da Cúpula dos Povos em 2012 e o futuro que queremos pós-2015, ano em que serão reavaliados os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), adotados por 191 Estados, no ano 2000, e agora oficialmente criticados com propostas de Metas de Desenvolvimento Sustentável.*

*From Rio +20 to Post 2015: A bridge between futures want to update the challenges of building a common agenda around sustainable development, particularly within the Ecumenical Movement. The task is to contribute to the building of a bridge between the process of the Peoples' Summit in 2012 and the future we want post-2015, year in which will be reassessed the Millennium Development Goals (MDGs), adopted by 191 States in 2000 and now officially criticized on the proposal on Sustainable Development Goals.*

Colaboraram com esta publicação:

**Brot**  
für die Welt

christian  
**aid**



  
NORWEGIAN CHURCH AID

Fizeram parte e apoiaram a coalizão:

ACT Aliança | Cidse | Conselho Mundial de Igrejas | FEACT Brasil | Heks (Swiss Church Aid)  
Icco | Iser (Instituto de Estudos da Religião) | Misereor | Movimento Inter-Religioso (MIR)  
Pad (Processo de Articulação e Diálogo) | The United Church of Canada